

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

**ÁGUAS PARA O CEARÁ: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES A PARTIR DA
CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO CASTANHÃO**

MILENA MARCINTHA ALVES BRAZ

FORTALEZA, 2011

MILENA MARCINTHA ALVES BRAZ

**ÁGUAS PARA O CEARÁ: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES A PARTIR DA
CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO CASTANHÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Neyára Oliveira Araújo

FORTALEZA, 2011

ÁGUAS PARA O CEARÁ: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES A PARTIR DA
CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO CASTANHÃO

TESE DE DOUTORADO APRESENTADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2011

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Maria Neyára Oliveira Araújo (UFC)
Orientadora

Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi (UFC)
Examinador

Prof. Dr. Alba Maria Pinho de Carvalho (UFC)
Examinador

Prof. Dr. Mônica Dias Martins (UECE)
Examinador

Prof. Dr. Alícia Ferreira Gonçalves (UFPB)
Examinador

FORTALEZA, 2011

Dedico este trabalho a todos os deslocados compulsoriamente de suas moradias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, fonte de força e inspiração.

Aos jaguaribarenses que ao longo do tempo de pesquisa me acolheram com carinho e contribuíram com a pesquisa.

A amiga Ieda Prado que acompanhou de perto o desenvolvimento deste trabalho, inclusive em alguns momentos esteve comigo no campo de pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará - UFC pelos ensinamentos ao longo do curso.

A minha admirável orientadora, “intelectual orgânico”, no sentido gramsciano. Com ela aprendi que o conhecimento sociológico pode contribuir para a melhoria da sociedade.

Ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB que por meio do Programa de Apoio a Teses e Dissertações financiou parte da minha pesquisa de campo.

A todos que contribuíram direta e indiretamente para o desenvolvimento deste trabalho.

*O homem chega já desfaz a natureza,
Tira a gente põe represa, diz que tudo vai mudar*

Trecho da música *Sobradinho* (Sá e Guarabyra)

RESUMO

Em 2001, no sertão do Ceará, um município inteiro foi deslocado para um novo espaço físico. Jaguaribara teve seus moradores transferidos compulsoriamente em razão do alagamento que a barragem do Castanhão causou no local onde habitavam. A riqueza deste estudo consiste na possibilidade que tive de analisar o fenômeno em três momentos: a) antes da migração compulsória, b) o deslocamento espacial, e c) a situação dos moradores no novo espaço e integração às novas condições de trabalho. O objetivo deste ensaio foi compreender como os grupos de trabalhadores mais impactados com a mudança reorganizaram seus modos de vida no novo espaço, considerando as transformações nas estratégias de sobrevivência, sobretudo as lavadeiras, os pescadores e os agricultores, trabalhadores estes que, antes favorecidos pela localização do rio próximo às moradias, desenvolviam “tranquilamente” seus trabalhos dentro e no entorno deste. No percurso metodológico, priorizei estratégias etnográficas próprias da Antropologia Social, no intuito de desvendar e compreender as mudanças ocorridas no modo de vida dos grupos aqui analisados. Fundamentada na perspectiva etnográfica, realizei o que denominei “etnografia da mudança”, ou seja, descrevi detalhadamente o dilema que os sujeitos sociais experienciaram na relação dos seus saberes antigos com os novos, considerando que os saberes trazidos do antigo espaço foram insuficientes para lidar com o novo tempo. Concluindo, os modos de vida dos grupos analisados mudaram significativamente, pois em todos os casos esteve envolvida a necessidade do aprendizado de um saber técnico difundido pelas instituições governamentais que conduziram a transferência da população. Outro aprendizado importante relaciona-se à participação dos trabalhadores em entidades associativas para o exercício de suas atividades. A mudança foi significativa, positiva para alguns, como no caso dos piscicultores que adquiriram rendimento constante, e para os pescadores, que conquistaram direitos sociais e trabalhistas na colônia. Negativa foi para os agricultores, que ainda não se engajaram em um trabalho rentável, bem como para as lavadeiras que na sua maioria deixaram de lavar no rio.

Palavras-chave: Deslocamento compulsório. Mudança no trabalho. Barragem Castanhão.

Nova Jaguaribara

ABSTRACT

In 2001, in the interior of Ceará State, an entire city was moved to a new physical space. Jaguaribara had its residents compulsorily transferred due to flooding caused by Castanhão dam in the spot where they lived. The richness of this study is the possibility that I had to analyze the phenomenon in three stages: a) before the compulsory migration; b) the spatial displacement; c) the situation of residents in the new place and their integration to new working conditions. The purpose of this work was to understand how the groups of workers most impacted by the change in their lifestyles were reorganized in the new area, considering the changes in surviving strategies, especially washerwomen, fishermen and farmers, workers that were favored by location near the river, and "easily" developed their work in and around. As methodology, I favored ethnographic strategies of social anthropology, in order to unravel and understand the lifestyle changes of the analyzed groups. Based on the ethnographic perspective, I ran what I called "ethnography of change", i.e., described in detail the dilemma of the social subjects, about the relationship of their old and new knowledges, considering that the knowledge brought from the old place was insufficient to cope with the new time. In conclusion, the lifestyles of the analyzed groups changed significantly, since in all cases the necessity of learning a technical knowledge disseminated by governmental institutions, that led the population transfer, was involved. Another important learning is related to the participation of workers in associations for the exercise of their activities. The change was significantly positive for some, as in the case of fish farmers who purchased yield, and the fishermen, who won social and labor rights in the colony. It was negative for farmers, who have not engaged in a profitable working, as well as the washerwomen who mostly left from wash in the river.

Keywords: Compulsory displacement. Changes in work. Castanhão Dam. Nova Jaguaribara.

RELAÇÃO DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Visão aérea da zona urbana de Jaguaribara.....	87
Fotografia 2: Monumento a Tristão Gonçalves.....	89
Fotografia 3: Casas maiores localizadas em frente à Igreja de Santa Rosa de Lima. As conversas nas calçadas, embaladas pelas cadeiras de balanço.....	91
Fotografia 4: Igreja Matriz de Santa Rosa de Lima vista de fora e dentro (altar).	92
Fotografia 5: Casas menores e sem acabamento.	93
Fotografia 6: Visão das casas conjugadas e sem reparos.....	93
Fotografia 7: Igreja Matriz sendo destruída.	96
Fotografias 8 e 9: Ruas de Jaguaribara após a demolição.....	96
Fotografia 10: Foto aérea Nova Jaguaribara	98
Fotografia 11: Organização espacial de Nova Jaguaribara.	101
Fotografia 12: Organização espacial de Nova Jaguaribara.	101
Fotografia 13: Modificação das casas.....	102
Fotografia 14: Modificação das casas.....	102
Fotografia 15: Mutirão - casas conjugadas e conversas na calçada.....	103
Fotografia 16: Mutirão - casas conjugadas e conversas na calçada.....	103
Fotografia 17: Conjunto Habitacional Habitar Brasil.....	104
Fotografia 18: Local atual das lavagens de roupas em baixo da ponte do Açude Castanhão	149
Fotografia 19: Local atual das lavagens de roupas em baixo da ponte do Açude Castanhão.	149
Fotografia 20: Açude Castanhão - entrada para o Projeto de Piscicultura.....	162
Fotografia 21: Canoas utilizadas na piscicultura.	162
Fotografia 22: Separação dos peixes.	163
Fotografia 23: Vista das casinhas flutuantes e tanques-rede submersos.	164
Fotografia 24: Casinhas-flutuantes.	164
Fotografia 25: Trabalhadores do beneficiamento do peixe em atividade.	171
Fotografia 26: Trabalhadores do beneficiamento do peixe em atividade.	171
Fotografia 27: Artesanato produzido pelo grupo Kardume	174

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento anual da população de Jaguaribara entre 1950 e 2000	89
Gráfico 2 – Análise Comparativa Demográfica entre 2000-2007.....	98
Gráfico 3 – Análise comparativa – ocupação por setor.	106

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Crescimento anual da População.....	89
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação de Reassentamentos em Nova Jaguaribara.....	104
Quadro 2: Demonstrativo da situação das lavadeiras na cidade anterior.....	111
Quadro 3: Demonstrativo da situação desejada das lavadeiras na nova cidade	112
Quadro 4: Demonstrativo da situação dos agricultores na cidade anterior	113
Quadro 5: Demonstrativo da situação desejada para os agricultores na nova cidade.....	114
Quadro 6: Demonstrativo da situação dos pescadores na cidade anterior	115
Quadro 7: Demonstrativo da situação desejada para os pescadores na nova cidade.	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACRITICA – Associação dos Criadores e Beneficiadores de Tilápias do Castanhão

APCP - Associação dos Piscicultores do Curupati Peixe

APLAGES - Associação dos Produtores e Processadores de Peixes de Jaguaribara e Lajes

ASA – Articulação do Semi-Árido Brasileiro

ASPBC – Associação dos Piscicultores da Barragem do Castanhão

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará

COEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente

COGERH – Companhia de Gestão de Recursos Hídricos

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DFA / MA – Delegacia Federal de Agricultura / Ministério da Agricultura.

DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento

DNOCS – Departamento Nacional de Obras de Combate à Seca

EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FECOOP - Fundo Estadual de Combate à Pobreza

EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará

GM – Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Castanhão

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDACE – Instituto de Desenvolvimento Agrário

IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra a Seca

IMOPEC – Instituto de Memória do Povo Cearense

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IOCS – Inspeção de Obras Contra a Seca

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

LEAT – Laboratórios de Estudos Agrários e Territoriais

LEPP – Laboratórios de Estudos de Políticas Públicas

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA – Ministério da Pesca e da Aquicultura
PAI – Plano de Ação Imediato
PEA - População Economicamente Ativa
PROAPE - Programa de Apoio a Pequenos Empreendimentos
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SDU – Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEAGRI – Secretaria de Agricultura
SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEINFRA – Secretaria de Infra Estrutura do Estado
SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SENAR - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Ceará
SINE – Sistema Nacional de Emprego
SOHIDRA – Superintendência de Obras Hídricas
SRH – Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento Da Pesca
TRE – Tribunal Regional Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 A DESCOBERTA DO CAMPO E O PERCURSO DA PESQUISA.....	16
1.2 CENÁRIO DA PESQUISA E DEFINIÇÃO DO OBJETO.....	17
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	22
2.1 O LÓCUS DE PESQUISA E A DEFINIÇÃO DO MÉTODO DE ABORDAGEM.....	22
2.2 POR UMA ETNOGRAFIA DA MUDANÇA.....	25
3 SECA, POLITICA DE AGUAS NO CEARÁ E A BARRAGEM CASTANHÃO.....	31
3.1 OS SIGNIFICADOS DA ÁGUA E SUAS IMPLICAÇÕES.....	35
3.2 ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS NO NORDESTE.....	38
3.3 A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM CASTANHÃO.....	41
4 EXPERIÊNCIAS, INVENÇÃO DE ESPAÇO DEMOCRÁTICO E O RITUAL DA MUDANÇA.....	48
4.1 DA CRIAÇÃO DO CANAL INSTITUCIONAL DE PARTICIPAÇÃO À DESMOBILIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA.....	49
4.2 MUDANÇAS FÍSICA E SOCIAL DE JAGUARIBARA: RITUAL DE PASSAGEM.....	60
5 “A MUDANÇA NA MUDANÇA”: GRANDES OBRAS E DESLOCAMENTO POPULACIONAL.....	77
5.1 JAGUARIBARA: O TERRITÓRIO ALAGADO.....	87
5.2 NOVA JAGUARIBARA: A CIDADE PLANEJADA.....	97
6 VELHOS TRABALHOS NO NOVO CONTEXTO DO AÇUDE CASTANHÃO.....	109
6.1 CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHOS ANTIGOS E OS PROJETOS PARA O FUTURO.....	112
6.2 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA NOVA CIDADE.....	123
7 NOVOS TEMPOS, OUTROS TRABALHOS: A EXPERIÊNCIA COM A PISCICULTURA.....	152
7.1 A ORGANIZAÇÃO DO CENÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PISCICULTURA: ASSOCIATIVISMO.....	153
7.2 CONHECENDO POR DENTRO A EXPERIÊNCIA COM PISCICULTURA A PARTIR DA ACRTICA.....	158
7.3 TRABALHO INÉDITO: O BENEFICIAMENTO DO PEIXE.....	169
7.4 CONHECIMENTO TÉCNICO E CRIAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO	

ARTESANATO	174
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
REFERENCIAS.....	185
DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS.....	191
SITES	192

1 INTRODUÇÃO

Em 2001, no sertão do Ceará, um município inteiro foi deslocado para um novo espaço físico. Jaguaribara teve seus moradores transferidos compulsoriamente em razão do alagamento que a barragem do Castanhão (hoje Padre Cícero) ¹ causou no local onde habitavam. Em 1985², os moradores souberam da inevitável transferência da cidade. Naquele ano, o projeto começou a ser debatido como uma proposta do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) ³. Na época, a mídia noticiava amplamente a situação.

A história de Jaguaribara é similar a outras que envolvem a execução de grandes projetos econômicos para a construção de barragens e hidrelétricas, e têm em comum a necessidade de deslocar grandes massas populacionais de seus lugares de origem para outros espaços. A mudança física do referido município ocorreu em julho de 2001, trazendo consigo diversas alterações, como: mudanças nos trajetos diários, nas moradias, na vizinhança, nos saberes e saber-fazer que os moradores detinham anteriormente. Nestes casos, os saberes necessitam de reformulações para a convivência com o novo.

A construção da barragem do Castanhão continua sendo alvo de debates, em razão da multiplicidade e complexidade dos impactos sociais que, até hoje, repercutem na vida dos moradores transferidos. Um destes impactos é o dilema da sobrevivência⁴ que enfrenta parte da população de Nova Jaguaribara, em decorrência da reestruturação de seus modos de vida.

1.1 A DESCOBERTA DO CAMPO E O PERCURSO DA PESQUISA

Em 1998⁵, comecei a acompanhar a conjunção de problemas enfrentada pelos moradores de Jaguaribara, em face da inevitável mudança para outro espaço físico e social.

¹ A barragem do Castanhão é uma obra constante no Plano de Recursos Hídricos do Estado do Ceará; situa-se no sudoeste do povoado de Castanhão, na região denominada Boqueirão do Cunha, Município de Alto Santo, no estado do Ceará. A Lei No 10.596, de 11 de dezembro de 2002, denominou “Barragem Padre Cícero” a “Barragem do Castanhão”.

² Embora o projeto da barragem tenha sido discutido desde de 1985, segundo um relatório de novembro de 1997, de autoria do DNOCS intitulado “Barragem do Castanhão, Projeto e Aspectos de Construção”, apresentado em Fortaleza, no Encontro da Águas, I Fórum Interamericano de Gestão dos Recursos Hídricos, os primeiros estudos geológicos sobre a barragem datam de 1910, sendo de responsabilidade da antiga Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS), hoje denominada DNOCS.

³ Referido Departamento foi extinto no governo do presidente da República Fernando Collor de Melo, em 1990.

⁴ Desenvolvi no mestrado em Sociologia da UFC, uma dissertação intitulada “Nova Jaguaribara: representações sobre o modo de vida urbano”. O mencionado trabalho apontou como um dos resultados da pesquisa os dilemas de sobrevivência dos moradores na nova cidade em razão da mudança de espaço.

⁵ Embora eu já tivesse conhecimento sobre a transferência da cidade havia alguns anos, por meio da mídia, em 1998, na graduação em Ciências Sociais, tive oportunidade de conhecer mais detalhadamente a problemática.

No ano de 1999, tive a oportunidade de conhecer o Município e iniciar uma pesquisa de campo exploratória. Das conversas com os moradores, surgiu a vontade de compreender como seria o deslocamento daquela população de uma cidade construída “naturalmente”, que fazia parte do cotidiano daquelas pessoas, com uma tradição, para outro lugar; uma cidade projetada, recém-construída, desconhecida e, portanto, vazia de memória.

Nos anos seguintes, continuei acompanhando esse fato pelos meios de comunicação, como também voltei à cidade várias vezes, fazendo caminhadas, anotações em diário de campo e entrevistas. Acompanhei o período da transição da cidade de um espaço a outro. Participei do evento de entrega das chaves (julho/2001), quando gravei as falas pronunciadas na solenidade. Após a mudança, fiz algumas visitas esporádicas, aos finais de semana, assim como outras vezes, também permaneci no local, em períodos de, no máximo, sete dias.

Intensifiquei a pesquisa no início de 2002, quando fui admitida ao Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará - UFC. Naquele momento, de posse dos dados recolhidos em campo desde a fase exploratória, visitei órgãos federais e estaduais ligados ao projeto - DNOCS, SEINFRA, IDACE, SEAGRI⁶ - onde tive acesso a documentos e informações sobre meu objeto de estudo. No ano de 2005, concluí o Mestrado e, nos resultados da pesquisa, estabeleci novo plano de trabalho para o Doutorado.

Em 2007, com a admissão ao Doutorado em Sociologia da UFC, continuei meus estudos sobre a temática, focando a mudança nos modos de vida dos trabalhadores que, impactados com a mudança, reorganizaram suas estratégias de sobrevivência, sobretudo lavadeiras, pescadores e agricultores, trabalhadores estes que, antes favorecidos pela localização do rio Jaguaribe próximo às suas moradias, desenvolviam “tranquilamente” seus trabalhos dentro e no entorno do manancial.

1.2 CENÁRIO DA PESQUISA E DEFINIÇÃO DO OBJETO

No convívio em Nova Jaguaribara, com as novas moradias, vizinhança e organização da cidade com os seus equipamentos sociais situados em lugares diversos do anterior, ficou sensível a necessidade de aprender novas coisas e se desapegar das práticas

⁶ Departamento Nacional de Obras de Combate à Seca, Secretaria de Infraestrutura do Estado, Instituto de Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Agricultura.

anteriores. Mesmo os moradores residentes na zona urbana do antigo lugar compartilhavam de uma sociabilidade diferente daquela que é requerida no novo espaço.

Na antiga cidade, as casas conjugadas facilitavam as conversas nas calçadas, ao embalo das cadeiras de balanço, ao findar da tarde. Eram rotineiros e conhecidos para todos os moradores os trajetos para a igreja, mercado, escolas, bancos, posto de saúde. Habitualmente, nos quintais, criavam-se galinhas, porcos, carneiros, animais que também tinham tráfego livre nas ruas durante o dia, indo usufruir da vegetação e água do rio Jaguaribe.

Diariamente, do rio Jaguaribe, pescadores retiravam o sustento de suas famílias; da fertilidade das margens do rio, beneficiavam-se pequenos agricultores que cultivavam variados alimentos; na correnteza do rio, sobre as pedras, lavadeiras exerciam o seu trabalho; e, nos finais de semana, o rio era fonte de lazer, quando muitas pessoas usufruíam de suas águas, bem como dos restaurantes existentes nas proximidades, servindo-se do peixe fresco.

Com a mudança da cidade de um lugar a outro, o rio perdeu sua função de espaço de trabalho e lazer. Houve também alteração nos percursos diários e hábitos, seja nas conversas embaladas pelas cadeiras nas calçadas, na criação de animais domésticos nos quintais etc. A alteração nos modos de vida significou a necessidade de aprender mais coisas: novos trajetos, espaços, hábitos e trabalhos.

O trabalho, cuja execução dependia do rio, foi objeto de grandes alterações, quando passou a ser exercido no açude. Os moradores que desenvolviam suas atividades de subsistência no rio Jaguaribe e em outros pequenos açudes, na nova cidade, migraram para outras atividades, como a piscicultura, outros foram transferidos para um projeto de reassentamento de agricultura irrigada e alguns se aposentaram.

No novo espaço, a agricultura irrigada e a criação de peixe em viveiro exigem dos trabalhadores não só o aprendizado de saberes técnicos para a produção e a comercialização, mas também outro aprendizado, concernente a mudanças subjetivas na organização social e no trato com a natureza.

A difusão de informações e técnicas de trabalho para os agricultores e piscicultores é orientada para um trabalho cooperativo com fins de comercialização. O principal comprador dos produtos produzidos pelos reassentados é a Companhia Nacional de

Abastecimento – CONAB, a qual destina os produtos comprados para a merenda escolar e para outras instituições que trabalham com projetos sociais.

Diferentemente dos trabalhos de agricultores e pescadores, que estão sendo reorientados para a produção e comercialização, o trabalho das lavadeiras carece de projetos para sua reprodução. Talvez o fato se explique pela dificuldade de orientar o trabalho da lavadeira para a comercialização. Assim, essas trabalhadoras, as mudanças ocorreram mais na esfera privada, alterando a forma de lavar as roupas, antes, trabalho realizado próximo de casa, no rio Jaguaribe e, hoje, em casa, nas pias com água da CAGECE⁷, ou numa parte do açude Castanhão, localizada em baixo de uma ponte, neste caso, tendo as lavadeiras que se deslocar cerca de 6 km (12 km ida e volta).

Posso acentuar que a mudança física alterou em menor ou maior proporção a vida de todos os jaguaribarenses, entretanto, por questões metodológicas, defini empiricamente as relações de trabalho vivenciadas por lavadeiras, pescadores e agricultores, buscando compreender, na dimensão privada de suas experiências, as mudanças em seus modos de vida decorrentes da imposição de uma esfera pública orientada pela lógica racional da produção de mercadorias. Ou seja, pretendo analisar a relação entre a história e a biografia no sentido de Wright Mills (1965).

O Plano de Reestruturação Econômica de Jaguaribara (SEBRAE: 2003) faz menção às três categorias econômicas como trabalhadores urbanos mais impactados com a mudança. As lavadeiras de roupa, pescadores e agricultores residentes na área eram aproximadamente 180 pessoas, representando 11,5% da população economicamente ativa (PEA) da zona urbana da nova cidade.

Para uma compreensão das mudanças experimentadas pelos referidos trabalhadores, descrevo e analiso ao longo deste trabalho situações vivenciadas por estes e registradas por mim nas diversas interações que fiz no percurso da pesquisa de campo. Faço uso também de fotografias, que estão dispostas em alguns capítulos da tese, entretanto as mesmas são somente ilustrações para a visualização de algumas nuances do processo estudado.

⁷ Companhia de Água e Esgoto do Ceará.

As histórias envolvendo relatos de lavadeiras, pescadores e agricultores trazem indícios para entendimento da alteração na forma de organizar o trabalho, que envolve questões referentes aos saberes populares já existentes em permanente relação com os novos saberes técnicos exigidos para a manipulação dos novos trabalhos.

As relações com o novo modo de realizar o trabalho de lavadeiras, pescadores e agricultores diferem em suas especificidades, mas existe algo em comum - a grande mudança em seus modos de vida - em razão da transferência de suas ocupações em torno de um rio natural para um açude construído artificialmente. Isto implicou a necessidade de uma rápida absorção de um novo conhecimento para realizar seus antigos trabalhos no novo tempo.

Partindo disto, o intuito aqui é compreender como os grupos de trabalhadores mais impactados com a mudança reorganizaram seus modos de vida no novo espaço, principalmente, em relação às estratégias de sobrevivência. Assim, cabe aqui questionar: Como esses trabalhadores estão desenvolvendo os seus “trabalhos antigos” neste “novo tempo/espaço”? Como é realizada a permuta entre o conhecimento do senso comum que tinham acerca do trabalho com o conhecimento racional exigido pelas novas relações técnicas de trabalho?

A primeira parte desta tese coincide com a parte introdutória. No segundo capítulo descrevo a trajetória da pesquisa, a incursão a campo, bem como a escolha metodológica para condução da pesquisa. No estudo, defini como metodologia, estratégias etnográficas próprias da Antropologia Social, no intuito de desvendar e compreender as mudanças ocorridas no modo de vida de lavadeiras, pescadores e agricultores, com amparo nas transformações na forma de trabalho. Fundamentada na perspectiva etnográfica, realizei o que denominei “etnografia da mudança”; ou seja, descrevi detalhadamente o desafio que os sujeitos sociais experienciaram na relação dos seus saberes antigos com os novos, considerando que os saberes trazidos do antigo espaço foram insuficientes para lidar com o novo tempo.

O terceiro capítulo versa sobre uma análise histórica da seca e da política de águas no Ceará. Examinamos os significados comumente atribuídos à água e importância deste recurso para o Nordeste. Enfoco a participação da sociedade civil na gestão das águas do nordeste, em especial as experiências vivenciadas nos Comitês de Bacias e na Articulação para o Semiárido – ASA. Apresento ainda, informações sobre o processo que permeou a construção da

barragem Castanhão, no que concerne aos efeitos sofridos pela população residente em Jaguaribara, deslocada compulsoriamente em virtude da submersão do local onde residiam.

No quarto capítulo, estudo a participação popular nas negociações para minimizar os efeitos da construção, inicialmente, por parte da Igreja Católica, até o estabelecimento de um canal institucional criado pelo Governo do Estado para a participação popular. Pesquisa, ainda, como um ritual de passagem, a transferência física de uma cidade, momento simbolizado no evento da entrega das chaves.

No quinto capítulo, consta uma análise sobre a mudança social em Jaguaribara, com a transferência física da população. Denominei o fenômeno de “mudança na mudança”, conforme explicado no referido capítulo. Compreendi o fenômeno como uma ação comum a os projetos que ensejam deslocamentos compulsórios, entretanto, destaco os efeitos da mudança com base nas especificidades do Município analisado. Trato, ainda, sobre a organização espacial e social da antiga e da nova cidade.

O sexto capítulo enfoca os três grupos de trabalhadores mais impactados com a mudança - pescadores, lavadeiras e agricultores. A análise privilegia: a) O Plano de Reestruturação Econômica de Jaguaribara, seu diagnóstico e a proposição da reorganização da produção no novo espaço; b) Uma abordagem empírica, descrevendo e analisando sobre a mudança nos modos de vidas das lavadeiras e dos agricultores urbanos que antes desenvolviam seus trabalhos no rio Jaguaribe e no novo espaço tiveram que modificar o modo de trabalho para a nova realidade do açude Castanhão.

No capítulo sétimo, descrevo o modo como se deu a inserção da piscicultura no contexto do Castanhão, a adesão dos agentes sociais, o envolvimento das instituições, as primeiras experiências. Estudo, sob uma abordagem empírica, as experiências vivenciadas por piscicultores na Associação dos Criadores e Beneficiadores de Tilápias do Castanhão – ACRITICA. Além da dos piscicultores são enfatizadas as atividades desenvolvidas por mais duas categorias de trabalhadores, surgidos da atividade piscícola - os beneficiadores e as artesãs.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este ensaio consiste em uma pesquisa de longa duração, tendo como marco o início de sua formulação o ano de 1999, quando pela primeira vez visitei a cidade hoje submersa. Na primeira visita, decidi compreender e explicar como ocorre uma mudança de um município inteiro para outro espaço. Foi o que fiz ao longo destes anos de muitos estudos e visitas ao local pesquisado.

A riqueza deste estudo consiste na possibilidade que tive de analisar o fenômeno em três momentos: a) antes da migração, que, vale ressaltar, é compulsória, b) o deslocamento espacial, e c) a situação dos moradores no novo espaço e a integração às novas condições.

Para tanto, examinei detalhadamente diversos documentos institucionais que tratam sobre a construção da barragem do Castanhão e da nova cidade, acerca da mudança, a respeito do Plano de Reestruturação Econômica para o município etc. Fiz uma extensa pesquisa de campo, que compreendeu o antes e o depois da mudança. Registrei tudo em diário de campo, entrevistei diversos sujeitos sociais envolvidos, moradores em geral, trabalhadores, técnicos das instituições participantes.

2.1 O LÓCUS DE PESQUISA E A DEFINIÇÃO DO MÉTODO DE ABORDAGEM

A escolha das estratégias de pesquisa é mais bem definida quando do conhecimento do campo empírico. Nas diversas circunstâncias de incursão a campo, novas pistas são descobertas para um melhor direcionamento da pesquisa. Desenvolvi esta pesquisa desde quando o Município ainda se localizava no espaço anterior. Acompanhei a mudança do Município cearense e, na nova cidade, analisei as representações dos moradores sobre o espaço urbano. Em 2004, concluí as pesquisas para a elaboração da dissertação de Mestrado em Sociologia, defendida em 13 de maio de 2005.

Em 2006, dediquei-me à elaboração do projeto para o Doutorado. Para tanto, continuei visitando Nova Jaguaribara, realizando entrevistas com os moradores transferidos. Em 2007, fui admitida ao doutorado em Sociologia da UFC, dando continuidade às

investigações. Em abril de 2009, por ocasião de um curso que ministrei para professores em Nova Jaguaribara, vinculados ao projeto do Governo Federal, “Alfabetização Solidária”, entrevistei alguns deles, indagando sobre os seus modos de vida na nova cidade. As perguntas foram direcionadas no intuito de descobrir mais sobre a nova organização do trabalho presente na cidade e nos projetos de reassentamento.

Como explicitarei, a delimitação do campo e dos interlocutores foi ocorrendo de acordo com as incursões que fui realizando em campo. Com tal concepção, priorizei no percurso metodológico, estratégias etnográficas próprias da Antropologia Social, no intuito de desvendar e compreender as mudanças ocorridas no modo de vida de lavadeiras, pescadores e agricultores, com suporte das transformações na forma de trabalho. A intenção era compreender os sentidos que os sujeitos envolvidos neste processo atribuem à mudança, ou seja, como eles “contam” essa história. (GEERTZ, 2001).

Busquei registrar não apenas a diversidade cultural do universo pesquisado, mas, antes de tudo, perceber o significado das práticas sociais, dos comportamentos como “experiências humanas – de sociabilidade, de trabalho, de entretenimento, de religiosidade – que só aparecem como exóticas, estranhas ou até mesmo perigosas quando seu significado é desconhecido”.(MAGNANI, 2000:18).

Sob a perspectiva de análise que prioriza a compreensão dos sentidos que os sujeitos sociais atribuem às suas vidas, Gilberto Velho (1989) diz que esse entendimento que os pesquisadores buscam acerca da percepção das pessoas sobre suas realidades sociais trata da verificação de quais categorias são utilizadas, como se relacionam e hierarquizam, e os princípios que presidem esta organização⁸.

Nesta investigação, a ênfase é conferida à compreensão dos significados que os informantes têm dos espaços pesquisados e das suas práticas no novo local. Sobre este assunto, Geertz (2001) discorre que, ao empreender um trabalho em campo, deve-se desprover de qualquer visão fechada acerca da cultura. Não podemos ter um parâmetro do que é correto, ou não, para os outros e sim interpretar o significado que eles dão a sua realidade, seja ela similar ou bem diferente da nossa. Ainda sobre a ênfase na visão dos entrevistados,

⁸ Em um estudo sobre “representações” de classes médias em Copacabana, Gilberto Velho (1989) utiliza questionários e entrevistas, fazendo uma comparação entre proprietários e inquilinos do prédio estudado, e classificando os copacabanenses quanto à época de chegada no bairro, além de comparar suas opiniões com moradores de outro prédio, e de outros bairros. Seu objetivo foi descobrir, junto aos entrevistados, a visão de mundo de cada grupo por meio das “representações”.

Gilberto Velho (1989) confirma a importância de procurar perceber como os indivíduos da sociedade investigada elaboram e definem a sua realidade, como articulam e que peso relativo têm os fatos que vivenciam.

A perspectiva de condução da pesquisa empírica, sugerida por Gilberto Velho, foi seguida por mim, sem perder de vista as lúcidas e instigantes sugestões defendidas por Pierre Bourdieu (1977) para a ciência social, principalmente quando este defende o rigor científico, mas combate a rigidez do pensamento, abrindo perspectivas para um trabalho interdisciplinar. De acordo com esta lógica, a intenção era desvendar o mundo social em Nova Jaguaribara, mas também refletir sobre minha posição de pesquisadora, indagando com qual interesse o mundo social é classificado, lido e elaborado.

Na pesquisa social, está explícita a complicada relação entre sujeito e objeto. De um lado, o rigor científico exige a objetividade na pesquisa, mas na relação de conhecimento que se estabelece nas Ciências Sociais, é inarredável a subjetividade do pesquisador. Assim, na pesquisa social, está presente uma relação entre objetivismo e subjetivismo. A sociedade oferece uma estrutura social que pode ser alterada pela ação dos indivíduos. Esta relação é denominada por Bourdieu como “Sociologia da prática” – a relação dialética entre uma situação dada e um *habitus*. Aí a categoria *habitus* entra como elucidativa do processo relacional - o *habitus* é internalizado, mas pode ser modificado pelos sujeitos, mediante suas práticas, para, assim, transformar a realidade social.

Na esteira das reflexões de Bourdieu, comecei a pensar sobre a relação entre o campo institucional, que definiu a estrutura da cidade planejada, e a prática dos agentes sociais (moradores). Isto me fez questionar, por exemplo, sobre: como a estrutura urbana definida por meio de um planejamento técnico se articula com a produção do espaço social? Ou seja, como os moradores estão agindo para se adequar às novas formas de sociabilidade demandadas na nova cidade?

Considerando o problema que tenciono responder – “como os moradores reorganizaram seus modos de vida a partir de uma nova organização do trabalho”? - é fundamental entender a atuação da tecnocracia estatal, que neste âmbito específico de deslocamento populacional, foi responsável por consolidar a construção da barragem, que determinou a migração compulsória em massa para a nova cidade e, conseqüentemente, um novo modo de vida.

Os moradores, ao se transferirem para o novo espaço, tiveram que aprender outras formas de reproduzir suas vidas. Assim, no estudo, busquei desvendar o relacionamento entre várias categorias de saber que ali iriam coexistir: o saber popular, o saber rural e urbano, o saber técnico e científico. O meio privilegiado para conhecer sobre o relacionamento destes saberes foi por meio das falas e ações dos sujeitos; entretanto, ao mesmo tempo, procurei levar em consideração o contexto histórico, político e social onde se operaram o projeto Castanhão e as mudanças decorrentes de sua implementação.

Detive-me, cuidadosamente, nas falas das lavadeiras, pescadores e agricultores, mas também me ocupei com os estudos e pesquisas sobre mudança social, bem como de notícias e artigos veiculados nos jornais deste período. Visitei trabalhadores nas associações, nas residências e nos locais de trabalho, imbuída da intenção de captar, em suas falas e experiências, como estavam vivenciando as mudanças em seus modos de vidas. Não desconsiderei, igualmente, a análise sobre a tecnocracia estatal responsável pela consolidação do projeto de mudança dos moradores, no que diz respeito à determinação dos novos modos de vida, à primeira vista, impostos aos sujeitos sociais envolvidos.

2.2 POR UMA ETNOGRAFIA DA MUDANÇA

Na tentativa de compreender e explicitar as experiências vivenciadas pelos indivíduos envolvidos na mudança, realizei a “etnografia da mudança”; ou seja, descrevi detalhadamente o desafio que os sujeitos sociais experienciaram na relação dos seus saberes antigos com os novos, considerando que os saberes trazidos do antigo espaço foram insuficientes para lidar com o novo tempo.

O método etnográfico ainda é bastante questionado em relação a sua cientificidade no campo das ciências sociais, exatamente por não propor um afastamento do pesquisador em relação ao universo pesquisado, mas antes sugere uma imersão total do investigador no campo de pesquisa, com vistas a uma melhor compreensão do fenômeno estudado. Para François Laplantine, a etnografia é

[...] antes de tudo uma experiência física de imersão total, consistindo numa verdadeira aculturação ao invés, onde, longe de tentar compreender uma sociedade unicamente nas suas manifestações ‘exteriores’ (Durkheim), eu devo interiorizá-las através das significações que os próprios indivíduos atribuem a seus próprios comportamentos. (2004:23).

A concepção de etnografia descrita por Laplantine parece-me adequada na prática, considerando que quero explicar o fenômeno da mudança social, tentando apreender como estas mudanças se processam nas vidas dos indivíduos por elas afetados. Para tanto, sei da importância do estabelecimento de uma relação de empatia entre mim e os sujeitos da pesquisa, pois, quanto mais confiança tiverem, mais tranquilos ficarão para contar sobre suas vidas no doloroso procedimento de mudança que viveram. Sobre o tema Sato e Souza (*apud* ALVES E JUSTO 2001:201) concordam que

[...] o fornecimento e o ocultamento de informações ao pesquisador serão controlados pelas representações que essas pessoas criam sobre “quem é o pesquisador”. E o mesmo ocorre conosco. Essa atitude investigativa das pessoas do local em relação ao pesquisador o insere numa relação na qual a assimetria é menor do que ele eventualmente possa imaginar e isso tem implicações diretas para o seu trabalho de pesquisa. Essa assimetria no relacionamento deixa de ser motivo de surpresa quando vemos a pesquisa de campo como um processo de convivência entre pessoas. Sendo assim, não são apenas as regras e rigores metodológicos que norteiam a qualidade da pesquisa, mas a qualidade do relacionamento entre pesquisador e as pessoas do local pesquisado.

Prezando pela qualidade no relacionamento com meus informantes, busquei sempre o diálogo intermediado por pessoas conhecidas dos entrevistados. Quando visitava alguém objetivando uma entrevista, eu ia acompanhada por um morador conhecido, ou, no caso do morador não poder me acompanhar, pedia autorização para me apresentar ao informante como conhecida daquele a quem me enviou.

Comumente, em cidades pequenas, as pessoas se conhecem, e as redes de parentesco são extensas. Assim me beneficieei deste sistema de parentes e amigos para facilitar a pesquisa, aquilo que Roberto Da Matta (2000) identifica como redes de relações, as quais os brasileiros utilizam para facilitar a “navegação social”. Usei abundantemente deste “universo relacional”. Assim, com origem em uma conversa, já solicitava o apoio do informante para que ele me apresentasse para outro que pudesse colaborar com a minha investigação.

É claro que o ingresso nesta teia de parentesco e amizades teve sua gênese, que remete à minha primeira visita a Jaguaribara, por ocasião de uma aula de campo. Na atividade, estive acompanhada por uma professora e um grupo de alunos do Curso de Ciências Sociais. Entre os alunos estava o jaguaribarense Agnelo Queiroz que, gentilmente, me inseriu em sua rede de relações, me apresentando a conhecidos, membros familiares e,

principalmente, a sua mãe, Dona Rosa, que sempre me recebeu com atenção e carinho, seja na antiga ou na nova cidade.

Nestes termos, a forma de ingresso no campo de pesquisa esteve pautada numa relação de confiança, considerando que eu era colega do Munícipe citado e estava no local desenvolvendo um “trabalho para a Faculdade”. Estas qualificações foram imprescindíveis para que eu fosse recebida de forma tranqüila, pois a situação que as pessoas enfrentavam em Jaguaribara era de angústia ante o desconhecido. Frequentemente, encontrei entrevistados fragilizados e muito tristes com a inevitável mudança.

A forma de inserção no universo empírico foi primordial para o tipo de pesquisa que queria realizar - qualitativa, descritiva e analítica. E a metodologia que mais se coadunou com minhas pretensões foi a abordagem etnográfica, pois possibilitou a aproximação entre sujeito e objeto sem desqualificar o caráter científico da pesquisa.

Se a Etnografia é, conforme definiu Geertz (1989), “uma descrição densa”, a intenção aqui foi realizar uma etnografia da mudança, da mudança física, mais ainda, da mudança nos modos de vida dos indivíduos por ela afetados. A etnografia da mudança por mim realizada reuniu as características descritas por Marli André (2005), que conceitua o trabalho etnográfico com base em cinco características. A primeira característica é a utilização de técnicas tradicionalmente próximas à Etnografia, tais como a observação participante, a entrevista e a análise dos documentos. Para a autora,

[...] a observação é chamada de participante porque parte do princípio de que a pesquisa tem sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado. As entrevistas têm a finalidade de aprofundar as questões e esclarecer os problemas observados. Os documentos são usados no sentido de contextualizar o fenômeno, e explicar suas vinculações mais profundas e completar as informações coletadas através de outras fontes. (ANDRÉ, 2005:28).

Na pesquisa, interagi bastante com os sujeitos envolvidos por meio de conversas e entrevistas. E os documentos institucionais que analisei serviram para contextualizar o quadro de mudanças vivenciado pelos sujeitos sociais ali envolvidos.

A segunda característica descrita por André (2005) refere-se à relevância da presença do investigador no universo da pesquisa, pois, ao interagir diretamente no campo, suas percepções são fundamentais para consolidação do estudo. Vivenciar as experiências de campo, a inquietação das pessoas com a mudança, o desalento com a situação na nova cidade,

a inserção nas novas atividades, tudo isto foi primordial para melhor compreender o processo. A ênfase na pesquisa é a terceira característica apontada pela autora, ao defender a ideia da produção da pesquisa ser mais relevante do que o “produto” ou as conclusões do estudo.

A quarta característica imprescindível na Etnografia é a compreensão dos significados, entendidos como “as maneiras como as pessoas vêem e interpretam os fatos e a si mesmas, esse é o desafio do pesquisador, de tentar entender a visão das pessoas envolvidas no trabalho de campo”. (PRADO, 2009:48). A quinta característica é o próprio trabalho de campo, pois, para a compreensão do universo e das experiências vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa, é necessária uma aproximação do pesquisador com os entrevistados.

Complemento a descrição da autora sobre o método etnográfico com um aspecto não menos importante do trabalho em campo, qual seja, a dimensão ética da pesquisa. Esta se apresenta na interação do pesquisador com os pesquisados, em face de problemas que aparecem no trabalho em campo, os quais exigem, por parte do pesquisador, sensibilidade para tratá-los. Geertz (2001:43) chama a atenção, no trabalho de campo, para o “desequilíbrio entre a capacidade de revelar problemas e o poder de resolvê-los, por um lado, e a inerente tensão moral entre pesquisador e objeto, por outro”.

Na experiência de pesquisa vivenciada em campo, me deparei com situações tensas no contato com os entrevistados. É comum entre eles o questionamento sobre a necessidade da pesquisa, sua relevância e importância; indagam bastante sobre em que suas falas podem contribuir com a pesquisa. Dentre as situações por mim vivenciadas neste sentido, evoco uma informante idosa com quem mantinha contato, desde a antiga Jaguaribara. Numa conversa com ela cidade nova, ela narrava novamente trechos da história de sua vida e, repentinamente, parou e indagou: “minha filha, o que as histórias de uma velha vão servir para este seu trabalho da Faculdade?”.

Desde o início de minhas pesquisas, percebi que o modo mais compreensível para justificar a pesquisa e as entrevistas para a maioria dos informantes era afirmar genericamente que eu desenvolvia um “trabalho da Faculdade”. Adotei esta explicação como regra, por perceber que ela abriu muitas possibilidades para diálogos. Se por um lado esta estratégia me abria as portas para adentrar as histórias das pessoas, por outro, ela não convenciu totalmente da importância dos relatos para a feitura do meu trabalho, talvez por compreenderem que um “trabalho de Faculdade” não comporta um saber do senso comum.

Em razão da desconfiança ainda presente na fala dos entrevistados, justificava ainda a importância de suas falas, explicando que o trabalho que eu desenvolvia se transformaria em um livro sobre a história de Jaguaribara, e, neste caso, eles seriam personagens da narrativa. Isto convencia os interlocutores, deixando-os empolgados e mais dispostos para contar suas histórias; muitos, inclusive, convidavam outras pessoas da família para relatar também sobre suas vidas. Minha intenção na qualidade de pesquisadora era, com base nas narrativas individuais, alcançar a “narrativa social”, ou seja, saltar da dimensão biográfica para a dimensão histórica, inspirada em Wright Mills (1965), como referi antes.

Outra situação experimentada durante a pesquisa diz respeito ao diálogo que mantive com muitas pessoas desorientadas em relação aos novos trajetos, outras formas de trabalho, nova vizinhança, convivência com pessoas vindas de fora etc. Essas pessoas queriam solução para os seus problemas, respostas para suas dúvidas. Alguns entrevistados creditavam a mim a tarefa de responder as suas indagações ou de trazer solução para as suas carências na nova cidade.

Em relação à expectativa que alguns entrevistados depositavam em mim, no que diz respeito à crença de que eu poderia trazer benefícios para a comunidade, lembro-me de uma entrevista com uma lavadeira, quando ela se lamentava da ausência na nova cidade de uma lavanderia pública, a mesma pediu que eu registrasse isto no meu gravador. E como se não bastasse, me acompanhou nas entrevistas com outras lavadeiras, difundindo a notícia (deduzida por ela) de que minha tarefa lá era registrar o que faltava no local, inclusive instruindo as colegas, para que falassem sobre a necessidade da lavanderia pública.

Os entrevistados criam uma expectativa acerca do trabalho do pesquisador, e há um paradoxo: enquanto, para nós, suas informações são muito importantes, não temos nada material para lhes oferecer. Eles, ao prestarem informações, estão de alguma forma querendo se “beneficiar”; mesmo aqueles que compreendem bem o objetivo da pesquisa esperam algum “benefício”.

No caso de Nova Jaguaribara, e em outras pesquisas de campo, atuamos em meio a pessoas que necessitam de melhorias em suas vidas e, às vezes, somos percebidos como possíveis “benfeitores”, capazes de trazer melhoramentos para suas vidas, mas, também estamos, naquele momento, solicitando sua ajuda e, quase sempre, somos atendidos.

Minha angústia se dava na relação com os informantes, pois, enquanto questionava o assunto do meu interesse investigativo, os informantes não estavam passivos: eles indagavam, sempre que possível, sobre o meu papel naquele lugar, o que poderia fazer de efetivo para ajudá-los e, nessa hora, percebia quão frágil era a minha posição, pois, efetivamente, em termos práticos, nada tinha para lhes oferecer. Ouvi suas angústias, me emocionei com eles, mas nada podia fazer para amenizar seus sofrimentos.

Ante o exposto e o tempo de convivência em campo que, ensejou gerou empatias e tensões entre mim e os sujeitos investigados, acredito que a estratégia etnográfica foi a escolha mais acertada para a condução desta pesquisa, considerando que o caso analisado é uma situação de mudança social que trouxe muitas alterações nas vidas das pessoas em diversos aspectos - econômico, social, cultural e emocional. Assim, a compreensão de como os indivíduos experienciaram estas mudanças foi possibilitada pela minha incursão constante no campo de pesquisa.

3 SECA, POLITICA DE AGUAS NO CEARÁ E A BARRAGEM CASTANHÃO

A história das secas no sertão nordestino é um tema discutido por conceituados escritores, dentre os quais, podemos destacar Graciliano Ramos que, na obra *Vidas Secas*, publicada pela primeira vez em 1938, descreve a trajetória de uma família de retirantes, sofrendores dos problemas oriundos dos períodos de secas no nordeste. “Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. (...)”. (RAMOS, 2007:09).

A descrição pormenorizada do sofrimento de famílias inteiras de sertanejos, na busca incessante de um lenitivo para os efeitos da seca é também narrada em Rodolfo Teófilo na sua obra *A Fome*: “A crise foi acentuando-se e o mal tomando dia-a-dia maiores proporções. Os campos secavam e as águas desapareciam das fontes”. (2002: 18).

O historiador Marco Antônio Villa, na obra “Vida e Morte no Sertão” descreve a grande seca de 1877 – 1879.

Os retirantes, fugindo dos efeitos devastadores da seca, buscam as cidades maiores do sertão [...] Pequenos e médios proprietários também foram atingidos pelo flagelo. Abandonaram as suas terras – que naquele momento não possuíam valor comercial – reuniram seus pertences, trocaram seus escravos – quando os tinham – por farinha para se alimentar no percurso até a cidade onde pudessem encontrar outra forma de sobreviver. Pelas estradas perambulavam milhares de retirantes, famintos e com sede. (VILLA *apud* LIMA, 2007: 16).

São várias as obras de historiadores e romancistas que, sensibilizados com os malefícios gerados pelas secas no Nordeste brasileiro, descrevem os flagelos causados a milhares de seres humanos, vítimas deste fenômeno da natureza, transmutado historicamente, em problema social, sendo assim agravado ou amenizado, conforme o tipo de gerenciamento dos recursos hídricos de cada local, em face dos interesses políticos intervenientes.

Algumas destas obras, embora utilizem a ficção para trazer à tona discussões sobre os efeitos nefastos das secas, sabemos que suas narrativas retratam fielmente a realidade vivenciada no Nordeste brasileiro. A realidade reproduzida na Literatura e na História, marcada pela decadência de muitos seres humanos, afetados pela ausência de água no sertão, começou a ser redefinida politicamente a partir do século XIX, com a finalidade da proposição de estratégias para o enfretamento de tal flagelo que vitimou ao longo da história,

milhares de pessoas. Segundo Villa e Campos (2006), o Nordeste enfrentou no final do século XIX a pior seca do século (1877- 1879) com um triste resultado de meio milhão de mortos.

No Nordeste, para minimizar os problemas decorrentes das secas, foi proposto, tradicionalmente, como uma das soluções, a “construção de obras de barramentos, visando estocar água nos anos de pluviometria regular para garantir o abastecimento nos anos de penúria.” (LIMA, 2007:16). Trata-se de uma prática antiga que persiste até o presente como forma de “combater a seca” e, assim, melhorar as condições de vida na região, considerando suas peculiaridades climáticas e de relevo, visto que 92.1% do território cearense se caracterizam como área de semiárido, sendo a pequena extensão restante classificada como subúmida.

A ideia para solucionar os problemas gerados pelas secas por meio da construção de barragens foi bem assimilada no Ceará. Assim, no final do século XIX, foi iniciada a primeira obra hídrica para acumulação de água no Estado. Começando no ano de 1884 e findando 22 anos depois, em 1906, temos a primeira represa construída, o açude Cedro, em Quixadá. Nestes termos, a engenharia aparece como uma aliada para minimizar os problemas sociais ocasionados pelas secas.

Para dar continuidade ao planejamento e construção de barragens no Nordeste, foi criada, em 1909, a Inspetoria de Obras Contra as Secas⁹ (IOCS) que atuava em toda a região. A construção de açudes no sertão cearense conduzida pelo Poder Público, em meio século de obras, possibilitou uma acumulação hídrica de seis bilhões de metros cúbicos distribuídos em diversos açudes. O tipo de gerenciamento dado a estes mananciais, entretanto, não evitou que o Ceará fosse apenado pelo fenômeno das secas, sobretudo, porque os reservatórios foram construídos em terras de propriedade privada.

Com a constatação, por parte do Poder Público, da grande quantidade de água acumulada, mas com a ineficácia da sua gestão, começou-se a debater uma política mais eficiente para a convivência com a seca. Nestas circunstâncias, nos anos de 1950, foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), com a finalidade de promover um estudo sobre qual a melhor solução para potencializar os recursos hídricos de forma que fossem minimizados os problemas gerados pelas secas.

⁹ Em 1919, a IOCS passou a ser denominada IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca) e, por fim, em 1945, DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca).

Do GTDN, que tinha como coordenador o economista Celso Furtado, conhecedor dos problemas dos nordestinos, surge, em 1959, como proposta do grupo, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. O relatório do referido grupo caracterizou a região Nordeste de outra forma. “O foco já não é mais a seca em si, mas os problemas de ordem econômica, social e política”. (VILLA & CAMPOS, 2006:02). Assim, a discussão deslocou a ênfase, dos fatores climáticos e de relevo do Nordeste, para concentrar na gestão dos recursos hídricos. Furtado (1998) enfatiza que o problema da escassez de água, na região Nordeste, não está ligado somente a uma questão natural, mas sim a dimensões mais complexas como a social e a política. O autor acrescenta que a problemática central não é a falta de água, mas sua distribuição desigual.

A SUDENE, porém, sob a coordenação de Celso Furtado, teve pouco tempo para atuar com autonomia na região Nordeste, pois cinco anos depois de sua criação ocorreu no País o golpe militar de 1964, que desarticulou e castigou severamente instituições e agentes envolvidos na questão social. Quarenta anos após o golpe militar, Furtado aborda o assunto em uma entrevista:

O movimento de 1964 passou despercebido em várias partes do país. Foi um golpe a mais, mesmo em São Paulo. Houve atendimento de certos interesses econômicos e a região se acomodou. O Nordeste foi surpreendido com uma política em andamento, um movimento social, o das Ligas Camponesas, da SUDENE, e da própria Igreja Católica que apontavam para outra direção. Tudo isso foi destruído. No Nordeste, região do país que havia acumulado maior atraso social, as consequências do golpe foram mais graves, a repressão exercida acabou com tudo.¹⁰

O golpe militar, com seu modelo político centralizador e repressivo, impediu a execução, no Nordeste, dos programas previstos no âmbito político e econômico para uma ampliação das políticas sociais com vistas a um desenvolvimento econômico com inclusão social. Assim, no âmbito da política hídrica, a acumulação de água por meio da açudagem permaneceu como a única estratégia adotada para minimizar os efeitos das secas, nestes termos uma política desacompanhada de outras ações que buscassem restringir a dominação em curso, a qual retardava atitudes inovadoras para superação dos problemas da região.

¹⁰ Entrevista a Reali Júnior, Estado de S. Paulo, 4 abr. 2004. In: FURTADO, Rosa Freire d’Aguiar. A batalha da Sudene. Disponível em: <http://www.desenvolvimentoregional.com.br/barqs/arquivos/Arquivos%203%20intro.pdf>. Acessado em 24 de julho de 2011.

Assim, embora tenhamos acumulado, ao longo de mais de um século, uma riqueza de reservas hídricas, o problema para a gestão das águas no Nordeste ainda se debate com as contradições relativas ao domínio da terra, desenhando um campo de lutas em que estão envolvidos, além das instituições governamentais ligadas à questão hídrica, as universidades, as ONGs e os movimentos sociais.

Este problema é latente e foi abordado em setembro de 2009, por ocasião do *Seminário Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural*¹¹. Dentre os participantes encontravam-se representantes do DNOCS, de universidades e de movimentos sociais. Na fala do representante do DNOCS, foi expressa uma grande satisfação, em razão de o referido órgão estar completando, naquele ano, cem anos de existência e atuação no Nordeste brasileiro.

O engenheiro falou que, ao longo do tempo de atuação do órgão, foram construídos muitos açudes e que ainda naquele ano (2009), o Departamento estava construindo mais dez barragens, sendo duas no Ceará¹². O representante do DNOCS encerrou sua fala, arrematando que o órgão construiu, ao longo do tempo de sua existência, um “Oásis no Deserto”; asseverou, satisfeito, ao concluir sua explanação, o quantitativo de metros cúbicos acumulados no Nordeste, simulando uma conversão do montante de água em moedas. Assim, teríamos x bilhões de reais em água acumulada.

O palestrante recebeu severas críticas dos demais membros da mesa, representantes de universidades, representantes de movimentos sociais, por compreenderem que a acumulação de água sem a associação de políticas sociais não reduz a pobreza no sertão. Antes, o trabalho técnico de engenharia deve ser acompanhado de políticas públicas que possibilitem o gerenciamento e a distribuição igualitária desta riqueza acumulada.

O aspecto propriamente político que permeia o debate acerca do fenômeno natural da seca vem ganhando relevância nos últimos anos, sendo hoje demarcado pela proposta de “convivência com o semiárido”, em contraposição ao anterior paradigma de “combate à seca”. Com efeito, aos poucos, também se modifica o entendimento do que é, de fato, o

¹¹ O seminário ocorreu nos dias 09 e 10 de novembro de 2010, no auditório do Departamento de Zootecnia/UFC, no Campus do Picí. Foi promovido pelos Laboratórios de Estudos de Políticas Públicas – LEPP e Estudos Agrários e Territoriais – LEAT da Universidade Federal do Ceará – UFC.

¹² Segundo dados da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos - COGERH – atualmente no Estado do Ceará existem 233 açudes construídos e 10 obras de novos açudes em andamento. Disponível em <http://atlas.srh.ce.gov.br/>. Acessado em 12.03.2011.

semiárido brasileiro, pois este é um dos mais úmidos do Planeta, tendo uma média de precipitação pluviométrica de 750mm/ano, ao passo que, nas regiões semiáridas de outros países, esta média é da ordem de 80 a 250mm. Significa isto dizer que, em nossa região, não faltam chuvas; o problema é que estas ocorrem, geralmente, em apenas três meses do ano e a água não é aproveitada ou é armazenada de forma inadequada.

3.1 OS SIGNIFICADOS DA ÁGUA E SUAS IMPLICAÇÕES

A água, elemento imprescindível para a manutenção da vida, tem um significado muito importante no Nordeste, em razão do problema existente nesta região causado pelo tipo de relevo e clima que não permitem a perenidade do recurso. De forma ampla, o termo água comporta alguns significados para os seus usuários. As acepções mais comumente atribuídas são: a água como dádiva divina, como direito social e como bem econômico.

Desde uma perspectiva mística, a água é vista como uma dádiva divina para a humanidade, já que é um recurso vital para a sobrevivência dos seres vivos de uma forma ampla, envolvendo também a fauna e a flora.

Quando paramos para observar a importância que a água possui, conhecendo todas as suas particularidades, nós, no mínimo, ficamos surpresos, admirados e agradecidos. É realmente muito difícil mesmo para o mais cético de todos os homens que, ao conhecer todas essas características singulares, não reconheça que ela se trata de uma dádiva deixada por Deus para todos nós.¹³

Para corroborar com a perspectiva da água como dádiva, é importante lembrarmos a crença que o sertanejo deposita em São José, padroeiro do Ceará e prenunciador do inverno¹⁴. Anualmente, no dia 19 de março, os habitantes do sertão aguardam, inquietos, os sinais que indicam se o ano terá chuvas ou não. O tema foi retratado em Rodolfo Teófilo na sua obra *A Fome*:

Apelava para o dia de São José; nesse dia é que se saberia a sorte do Ceará. Na noite de 18 de março poucos foram os que dormiram. Ao quebrar das barras já todos estavam nos terreiros, com olhar fito no levante. [...] As nuvens afastavam-se como um reposteiro, que fosse corrido, brilhou a aurora, franjando de ouro o contorno dos estratos, depois apareceu o sol, um globo de fogo, semelhante a cobre fundido. (2002: 17).

¹³ Disponível em <http://vivoverde.com.br/agua-dadiva-de-deus/>. Acessado em 08.03.2011.

¹⁴ O dia de São José corresponde ao período do primeiro equinócio do ano, quando o sol atravessa o equador, sendo chamado “equinócio da primavera” ou “ponto vernal”. Equinócio significa o período anual em que o dia tem a mesma duração que a noite.

Vale ressaltar que a cultura sertaneja, ao mesmo tempo em que espera os sinais do Santo, busca indícios na natureza sobre as precipitações pluviométricas. No Ceará, esta prática, pautada na sabedoria popular, é valorizada por cientistas que dão credibilidade às adivinhações dos chamados “profetas do sertão”. Estes estudiosos se reúnem, anualmente, em Quixadá, no interior do Estado, para discutir a previsão do clima com base no paradigma científico e no conhecimento popular.

As previsões dos profetas ajudam a orientar o sertanejo em relação ao período de inverno. Se eles confirmam o inverno, então é hora de plantar e aguardar uma boa colheita, entretanto, se a previsão é de seca, cedo aparece a tristeza na face daqueles que dependem da chuva para viver.

Segundo dados da Revista Central (*online*, 2011), dentre os profetas há uma mulher, uma senhora de 73 anos de nome Maria de Lurdes Leite, conhecida como Lurdinha. A forma que esta senhora utiliza para realizar suas previsões tem um viés religioso. Desde o dia 13 de dezembro, dia de Santa Luzia, estendendo-se por seis meses de observações ela acompanha atentamente uma tábua onde tem escrito todos os meses do ano e para cada mês ela coloca uma pedra de sal grosso, e assim fica acompanhando se haverá inverno e em quais meses as precipitações serão maiores.

Segundo a mesma fonte, o profeta chamado José Felipe dos Santos, 72 anos, observa as aves e os insetos para chegar à conclusão se o ano terá inverno. Já o profeta José Pereira da Silva (o Chico da Preta), 83 anos, do Distrito de Pedra Branca, em Banabuiú, joga areia para cima “e se ela for pro lado sul é sinal de inverno farto, se for em direção ao norte é sinal de seca, ‘graças a Deus a direção está sendo por lado do sul’, garante sorrindo o idoso”. Comentando sobre o inverno de 2011. (REVISTA CENTRAL, *online*, 2011).

Sob o aspecto social dos direitos, só em 1988, a Constituição Federal do Brasil preceituou que o uso da água é um bem público. Assim, uma das primeiras orientações da Carta Magna foi extinguir as águas particulares. Nos governos anteriores, a prática de acumulação particular de águas era incentivada, inclusive, com premiação, pelo Estado, para quem construísse açude dentro de suas propriedades. (SILVA, 2004).

De acordo com o Artigo 225, da Constituição de 1988, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e

preservá-lo para as presentes e futuras gerações." Para a fruição de um meio ambiente equilibrado, é necessário o cuidado com os mananciais. Nestes termos, o Estado e a população têm responsabilidade sobre a gestão e o uso da água.

A água também comporta uma perspectiva econômica. Segundo Silva (2004), existe um interesse, por parte de organismos internacionais, de convencer as pessoas de que um dos motivos do desperdício é o baixo custo do bem, estimulando o uso negligente, esbanjador e ineficiente. Este entendimento é questionado por Petrella (*apud* SILVA, 2004:90):

[...] será que a falta e a escassez de água são realmente resultantes do fato de a água não ser considerada um bem econômico? Esse argumento, que contém não mais que um grão de verdade, responsabiliza principalmente o preço artificialmente baixo da água pelo enorme desperdício dos últimos cinquenta anos no uso e no gerenciamento da água. Na realidade, [...] o preço da água subiu muito em todas as partes do mundo nos últimos dez anos, sem redução do desperdício [...].

O autor discorda da ideia da comercialização da água como fator positivo para a preservação, e esclarece que outros fatores, como a exploração agrícola, a poluição, e a falta de planejamento, são responsáveis pelo desperdício e não a falta de tributo maior sobre este recurso natural.

Seja qual for a interpretação, não podemos nos esquecer de que vivemos em meio a concepções e interesses díspares. Assim, é importante retomar aqui o argumento de Raffestin (1993), para quem a água, assim como outros recursos naturais, produz, nas sociedades, relações de poder e de conflitos. Seu controle e posse são, sobretudo, de natureza política.

Discutimos aqui sobre as diversas concepções que a água comporta e seu valor econômico e político e, por isso, inserida em relações conflituosas. Como um recurso limitado, sua gestão é tema importante em qualquer espaço, mas em locais como o Nordeste brasileiro o assunto torna-se mais relevante, pelo fato de a região estar localizada numa área caracterizada pela aridez¹⁵ do clima, com imprevisibilidade de precipitações pluviométricas e deficiência hídrica.

¹⁵ Segundo Aurélio Buarque de Holanda (2004) aridez significa: estado atmosférico observável quando, em determinada área, a evaporação é superior às precipitações.

Assim, para a convivência nesta região ao longo da história foi necessário o desenvolvimento de ações diversas para minimizar os efeitos das secas e suas consequências para a população residente no local.

As soluções encontradas para a convivência com a seca no sertão foi o armazenamento da água em grandes reservatórios e a sua gestão. Destacaremos no próximo tópico como isto ocorreu no Ceará.

3.2 ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS NO NORDESTE

A Lei de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, Lei N° 11.996, vigente a partir de 1992, foi pioneira, no Nordeste, e a segunda estabelecida no Brasil. Consonante com a legislação nacional, a lei estadual prevê a participação da sociedade civil na gestão das águas. O texto legal estabeleceu a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, a fim de garantir a participação popular. Vejamos o que diz o artigo 1° da referida lei estadual, *in verbis*:

Art. 1°. A Política Estadual de Recursos Hídricos, prevista no artigo 326 da Constituição Estadual, será disciplinada por esta Lei e tem como objetivos:

I - compatibilizar a ação humana, em qualquer de suas manifestações, com a dinâmica do ciclo hidrológico no Estado do Ceará, de forma a assegurar as condições para o desenvolvimento econômico e social, com melhoria da qualidade de vida e em equilíbrio com o meio ambiente;

II - assegurar que a água, recurso natural essencial à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social possa ser controlada e utilizada, em padrões de qualidade e quantidade satisfatórios, por seus usuários atuais e pelas gerações futuras, em todo o território do Estado do Ceará; e

III - planejar e gerenciar, de forma **integrada, descentralizada e participativa**, o uso múltiplo, controle, conservação, proteção e preservação dos recursos hídricos.

Como se pode observar, no primeiro artigo da referida lei, para a garantia de uma gestão que coadune o desenvolvimento econômico à qualidade de vida das pessoas e equilíbrio do meio ambiente, é mister planejar e gerir os recursos hídricos de forma integrada com a participação da sociedade civil. Assim, para atender o que preceitua a lei, surgem os Comitês de Bacias Hidrográficas, organizações consultivas e deliberativas, compostas de representantes das instituições ligadas à questão hídrica, bem como consumidores e membros da sociedade interessados na discussão e proposição acerca do problema.

Como exemplo da atuação dos Comitês de Bacias na gestão das águas, se destaca o protagonismo dos representantes dos Comitês das dez Bacias Hidrográficas do Ceará¹⁶, que participaram, ativamente, da atualização da Lei de Recursos Hídricos do Estado, juntamente com representantes dos órgãos do Governo Estadual como a SRH, a COGERH e a SOHIDRA, no ano de 2009.

Segundo Araújo (2010), os Comitês de Bacias criaram grupos de trabalhos para viabilizar a análise e revisão da Lei de Águas do Ceará, com a finalidade de sua atualização. O trabalho demorou quase um ano, e em janeiro de 2010, os grupos de trabalho dos dez Comitês de Bacias encaminharam as suas respectivas contribuições para os responsáveis pela síntese das propostas, que foram sistematizadas em uma matriz comparativa com a Lei Original. A proposta foi encaminhada à procuradoria Geral do Estado e à Assembléia Legislativa para a aprovação, tendo sido aprovada em dezembro de 2010.

Outra contribuição relevante na gestão dos recursos hídricos, esta por parte da sociedade civil, é a Articulação do Semi-Árido Brasileiro – ASA, uma organização não governamental constituída dois anos após o surgimento da lei federal de Recursos Hídricos, em 1999, com o objetivo de propor uma permanente reflexão sobre a questão do semi-árido brasileiro, e que agrega diversos segmentos da sociedade civil tais como: igrejas, sindicatos, associações de trabalhadores rurais, entre outras. Dada sua abrangência e relevância social, a ASA é interligada às Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação das Nações Unidas.

O grande potencial da ASA, no que concerne à permanente reflexão e proposição de políticas públicas, está na sua forma de organização, que agrega diversas entidades interessadas na questão do Nordeste. A difusão da necessidade de participação se dá nos territórios onde ocorrem as secas. As conseqüências desta conscientização, a nosso ver, se dão em um permanente processo pedagógico onde se ensina o que é o semi-árido, como conviver com o espaço, como reunir forças para buscar estratégias para a convivência com a seca, suscitando, frente à população, a vontade de tomar partido no processo.

¹⁶ Com a formulação da Política Estadual dos Recursos Hídricos em 1992, o Estado do Ceará foi dividido em 11 unidades de gerenciamento, de acordo com as bacias hidrográficas e afinidades geopolíticas e cada uma dessas partes passou a ter um Comitê de Bacia. Ficou dividido desta forma: Curu, Baixo Jaguaribe, Médio Jaguaribe, Banabuiú, Alto Jaguaribe, Salgado, Metropolitanas, Acaraú, Litoral, Coreau e Parnaíba (em processo de formação). Informação disponível em: ARAÚJO, Zita. Revista Águas do Brasil. Ano 1. Número 1.

A ASA tem possibilidades de contribuir com a “política das águas”, pois traz como proposta uma ação mais ampla no que concerne ao envolvimento de agentes sociais diretamente “atingidos” pelos problemas do semiárido. Nestes termos, os atingidos têm o interesse de que haja efetiva modificação das políticas para a região. Assim, a ASA contribui para a criação de espaços democráticos¹⁷. (SANTOS, 2007).

Atualmente, a Articulação do Semiárido faz parte do conjunto de entidades que, em parceria com os governos da União e dos estados, implantou, nas residências dos agricultores nordestinos, o programa de cisternas de placa¹⁸ destinadas a coletar água das chuvas para o consumo humano¹⁹. A construção das cisternas faz parte da mobilização e conscientização para a convivência com o semiárido, como diz uma beneficiária do programa, do Município de Itaiçaba-CE:

Perceber a importância do cuidado com a água foi um aspecto importante, tive a oportunidade de assimilar novos conhecimentos, observar que, já que o clima é instalado em nossa região, para nós, humanos, é mais viável conviver com o semi-árido do que brigar com ele. (CEARÁ-2006, Cisterna de placas: manutenção e gestão, Pág.1).

No contexto da relação entre participação popular e instituições estatais, no que concerne à proposição de políticas para a convivência com o semiárido, situaremos, a seguir, a discussão em torno da construção do Complexo Castanhão.

O Projeto foi desenvolvido com a parceria entre o Governo Federal e Estadual cearense, por meio dos órgãos ligados à questão hídrica. As negociações para a consolidação da obra se deram com a participação popular dos munícipes atingidos pela obra.²⁰

¹⁷ Boaventura de Souza Santos acredita que é possível renovar a epistemologia da ciência moderna a partir da ideia de emancipação social levando em consideração as experiências bem-sucedidas em áreas como produção alternativa e democracia participativa. Para o autor, essas experiências estão localizadas nos países do sul, como exemplo o Brasil, mas precisam ter os seus elementos emancipatórios explicitados e conectados.

¹⁸ Para conhecimento do programa de construção de cisternas de placa consultar a seguinte bibliografia: BERNART, Calire; COURCIER Reny; SABOURIN Eric, **A cisterna de placas: técnica de construção. Recife, SUDENE/DPP: FUNDAJ, 1993.** BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, **Cisternas: Fome Zero leva a saúde para o sertão**, Brasília, 2004. CEARÁ, Secretaria da Agricultura e Pecuária, Programa Sertão Vivo, **Como construir uma cisterna de placa**, Fortaleza, 2004. Comissão Nacional do Programa de convivência com o semi-árido, **Construindo a solidariedade no semi-árido: cisternas de placa**, Brasília, 2001.

¹⁹ Segundo dados divulgados no site da ASA - há um bilhão de pessoas morando em áreas do planeta susceptíveis de desertificação. Entre elas, a maioria – 25 milhões de habitantes no semi-árido brasileiro Informações disponível em <<http://www.asabrasil.org.br/>>

²⁰ O município de Jaguaribara teve toda a sua área alagada. Pequenas porções dos municípios de Alto Santo e Jaguaribe; boa parte do município de Jaguaretama também foi inundada.

3.3 A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM CASTANHÃO

Como relatado na primeira parte deste trabalho, uma proposta para mitigar os efeitos da seca no Nordeste foi o investimento em estudos e construções de barragens. A forma de institucionalização desta prática foi a criação em 1909, da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), órgão que tinha como competência a realização de estudos sobre possíveis locais de construção de barragens no Nordeste, com ênfase no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. A IOCS em 1919 passou a ser Inspetoria Federal de Obras contra as secas – IFOCS e em 1945 transformou-se em Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS.

Em 1910, a IOCS contratou o geólogo estadunidense Roderic Crandal para uma investigação sobre a adequação do vale do Jaguaribe para a construção de um reservatório. Após alguns estudos, referido geólogo identificou um local denominado Boqueirão do Cunha (local onde está construída hoje a Barragem do Castanhão) como indicado para a construção de uma barragem. Segundo Monte (2005), a descoberta não teve muita ênfase, pois o relatório aconselhava a construção de um reservatório de pequeno porte.

Em 1980, a barragem na localidade de Boqueirão do Cunha volta a ser estudada, então pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS²¹. Segundo Lima (2007) esse órgão entre, 1982 e 1984, no âmbito de um programa sobre irrigação para o Nordeste que envolvia a transposição do rio São Francisco, retoma a discussão sobre a possibilidade de construção de uma grande barragem no vale do Jaguaribe.

Consoante Lima (2007), o DNOS em 1985, por meio do Consórcio Noronha-Hidroterra, elaborou o anteprojeto da barragem Castanhão. Para Borges (1999), o projeto

²¹ O Departamento Nacional de Obras e Saneamento – **DNOS** foi criado pela Lei nº 4.089, de 13 de julho de 1962. De acordo com o Decreto nº 84.426, de 24 de janeiro de 1980, que dispunha sobre a estrutura básica do DNOS, o Presidente da República, João Figueiredo, estabelece a finalidade da instituição no artigo primeiro de referido decreto: “executar a política nacional de saneamento ambiental, em áreas rurais e urbanas, e especificamente: I - estabelecer normas e especificações para a elaboração de projetos, a realização de obras e a operação e conservação de serviços, bem como promover ou elaborar estudos e projetos, orientar, fiscalizar, executar e controlar, direta ou indiretamente, obras, serviços e outros empreendimentos de saneamento ambiental, tanto rural como urbano, compreendendo fundamentalmente: **a) proteção contra secas e inundações;**[...]. Conforme texto constante no Decreto o órgão mantinha quinze Diretorias Regionais distribuídas no Brasil, sendo uma delas situada em Fortaleza-CE com área de atuação nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. (Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=212842>. Acessado em 21 de agosto de 2011.**Grifos nossos**).

volta a ser debatido neste ano, na sociedade, em razão da ocorrência de uma das maiores enchentes no Ceará que inundou grandes porções do vale do rio Jaguaribe.

Após a divulgação dos resultados dos estudos contratados pelo DNOS sobre a viabilidade de um reservatório no vale do Jaguaribe, em 1985, o DNOCS discute sobre a importância da construção de barragens no Ceará no *Seminário Sobre Enchente*, promovido pela Secretaria de Obras do Estado do Ceará, e também no *VI Simpósio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hídricos*, realizado em São Paulo no mesmo ano. O DNOCS, embora concordando com a necessidade de construir barragens no Nordeste, discordava do projeto apresentado pelo DNOS em razão do tamanho do reservatório. Foi sugerida, pois, a construção de 10 a 12 açudes de médio porte que resolveriam os problemas de enchentes e secas na região, dispensando assim a necessidade da construção da barragem Castanhão.

No ano de 1987, o DNOS contratou o consórcio Hidroservice-Noronha para a elaboração do projeto básico da referida barragem. Em 1989, os estudos sobre a viabilidade técnica da barragem foram concluídos. Em 1990, o DNOS foi extinto, pelo presidente Fernando Collor de Melo. Assim, em 1992, a continuidade do projeto da barragem Castanhão passou a ser responsabilidade do DNOCS, que em 1993 elaborou o projeto executivo do empreendimento. (LIMA, 2007).

A alternativa apresentada por alguns técnicos do DNOCS para a construção de açudes de médio porte não foi bem assimilada pela maioria da comunidade técnica. Assim, dentro do próprio órgão opiniões divergentes passaram a concorrer em disputas acirradas durante os eventos ocorridos para discutir o assunto. Uma das grandes consequências para a construção da barragem do Castanhão seriam o alagamento de porções de alguns municípios cearenses localizados no vale do Jaguaribe e a submersão de todo o Município de Jaguaribara. Ante do fato, moradores de Jaguaribara começaram a acompanhar debates promovidos pelo DNOCS, como, por exemplo, um deles ocorrido na Faculdade de Direito/UFC, em Fortaleza, e nos Municípios de Jaguaribe, Russas, Jaguaretama e Limoeiro do Norte. Nos anos subsequentes, 1987 e 1988, os munícipes continuaram participando de várias palestras e visitando barragens no Brasil para conhecer as consequências sobre os atingidos que tiveram que ser deslocados para outros espaços para dar lugar aos empreendimentos.

Alguns técnicos do DNOCS ligados à questão do vale do Jaguaribe (secas e enchentes) continuaram se opondo ao Projeto, inclusive, em alguns eventos públicos,

defenderam outra proposta e criticaram a construção da barragem do Castanhão. Isso ocorreu em alguns momentos, como em 1989, durante um Seminário para discutir a viabilidade técnica e econômica da barragem. O evento foi promovido por iniciativa do Sindicato dos Engenheiros do Ceará e outras entidades, no auditório da Escola Técnica Federal do Ceará, em Fortaleza, tendo como título *Castanhão: Redenção ou Elegia?*

A oposição ao projeto, apresentada por Borges (1999), à época engenheiro do DNOCS, fundamentava-se nos seguintes argumentos:

A comunidade técnica e a população do vale do Jaguaribe atingida se ressentem de uma participação efetiva nos estudos e discussões; (...) procedem, a nosso ver, diversos questionamentos técnicos, não podendo ser considerados satisfatórios os resultados dos estudos até agora apresentados; (...) há carência de fundamentação técnica, comprovada através de estudos, que justifiquem a importância, os benefícios e o porte da obra (cota e capacidade, principalmente), sem o que não deixam de ser subjetivas as opiniões emitidas. (Pág.99).

É manifesta nas palavras do Engenheiro a oposição à proposta da construção da barragem Castanhão nos moldes delineados pelo DNOS. A contestação ao projeto conclamava a necessidade da observância de alguns procedimentos técnicos e políticos, antes de ser decidida pelo Estado a construção de uma obra daquele porte. Alguns técnicos duvidavam dos estudos apresentados, que, segundo suas observações, não comprovavam tecnicamente os “benefícios” da obra. Além das discordâncias técnicas, como o projeto envolvia o deslocamento de uma população municipal inteira, havia uma demanda para que a população participasse das decisões governamentais sobre o projeto e o destino da cidade a ser deslocada.

Em relação ao impacto que a notícia de construção da Barragem trouxe à comunidade jaguaribarense, observe-se o trecho que se segue:

A primeira pessoa que soube da construção da barragem Castanhão foi o Francinir²², que, naquela época, era o prefeito de Jaguaribara. Ele convocou uma reunião com o pessoal e falou que iam fazer uma barragem (...). Nós ficamos muito assombrados com essa história. Ninguém tinha idéia de que isso ia acontecer. Houve a reunião e aí começou o atrito. (...) Formou-se, então, uma comissão para ir a Fortaleza, falar com o governador, que na época era o Gonzaga Mota. A comissão foi à Fortaleza em setembro e se reuniu com o governador e com várias pessoas da Assembléia. (...) Logo depois de ter prometido que a barragem não vinha, e de todos terem acreditado, Gonzaga Mota assinou o convênio do Castanhão. Numa sexta-feira da semana santa ele disse que assinou o convênio para a barragem vir. (ENTREVISTA constante em IMOPEC, 1995:17).

²² Francisco Holanda Guedes, prefeito de Jaguaribara, de 1983 a 1988.

Com o intuito de participação nos eventos que discutiam sobre a construção da Barragem e consequentemente sobre o destino do Município, em 1990, populares engajados na Associação dos Moradores de Jaguaribara²³ participaram de audiências públicas, promovidas pela Assembleia Legislativa do Ceará e pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE). Tais audiências tinham como objetivo a análise do Relatório de Impacto do Meio Ambiente (EIA/RIMA) da Barragem Castanhão. Naquele ano, foi concedida, pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), uma licença prévia para o início das obras.

Alguns moradores de Jaguaribara participaram de várias reuniões em Fortaleza, com vistas a acompanhar a negociação da construção da Barragem e representar os interesses da população jaguaribarense. Nos relatos a seguir, podemos perceber a dificuldade que essas pessoas enfrentaram em um ambiente adverso, onde, segundo eles, alguns políticos e defensores do projeto os olhavam com indiferença e reprovação:

A participação do povo de Jaguaribara nas audiências públicas foi muito importante. A gente saía de Jaguaribara num ônibus com mais de 50 pessoas e se juntava com as pessoas daqui que agora moram em Fortaleza. Acompanhamos todo o processo de discussão e foi uma oportunidade que nós queríamos, já que os interessados na barragem não vinham a Jaguaribara. A gente tinha que ir até lá para acompanhar as discussões. (...) Nas audiências, às vezes, nós não tínhamos nem lugar para sentar. Mas nós íamos porque tínhamos clareza de nosso objetivo: discutir e ter alguma esperança. (ENTREVISTA constante em IMOPEC, 1995:45).

Uma força grande na luta foi o deslocamento do pessoal de Jaguaribara para Fortaleza a enfrentar cara estranha. Às vezes zombavam, riam da nossa cara. Mas a gente não ligava, enfrentava, entrava na sala e assistia à reunião. Uma parte das pessoas sente com a gente. Outros, acham que nós somos idiotas e não devíamos estar ali. A falta de medo é muito importante. Não ter vergonha de enfrentar o difícil. (ENTREVISTA constante em IMOPEC, 1995:64).

No depoimento, a moradora relata sobre a importância da coragem para enfrentar pessoas estranhas, como também, sobre o ambiente tenso nessas audiências; entretanto, faz uma ressalva, dizendo que, dentre aqueles estranhos, existiam aqueles que os apoiavam e lhes davam força.

²³ A Associação dos Moradores de Jaguaribara foi criada em 21/08/1989, tendo como principal meta “a defesa dos interesses do município”. Desenvolveu lutas contra a implementação da Barragem, por indenizações justas e pela relocação dos núcleos urbanos e reassentamento das populações rurais.

Um número expressivo de pessoas apoiou a luta dos moradores de Jaguaribara, engenheiros, professores universitários, deputados etc. Os moradores participaram ativamente das audiências públicas para votação da licença de instalação das obras da barragem Castanhão. Em cada audiência, ocorriam acaloradas exposições de motivos contrárias ou a favor da consolidação da obra. Durante o ano de 1992, a concessão da licença foi votada diversas vezes, sendo inicialmente negada, mas em dezembro de 1992, em terceira audiência, a licença para a instalação da obra foi concedida pelo COEMA, com 12 votos a favor e 8 contra, deixando tristes alguns jaguaribarenses, ali presentes.

Um morador relata a expectativa dos moradores durante essas audiências, bem como a tristeza em ver seus esforços acabarem naquele momento da aprovação da licença de instalação da obra:

Em 1992, fomos umas quatro vezes a Fortaleza e os conselheiros do COEMA não conseguiram votar a Licença de Instalação da obra. Havia, entre os conselheiros, um grupo bem desinteressado, querendo aprovar a Licença de Instalação sem estudar com profundidade. Conseguimos impedir a aprovação. Cada reunião que íamos era cansativo, mas nós voltávamos com a certeza de que eles não tinham aprovado. Havia um grupo de conselheiros responsáveis, que queriam mesmo a verdade, queriam que a votação se baseasse nos estudos. Em dezembro de 1992 eles conseguiram aprovar a Licença de Instalação. Nós estávamos todos querendo uma boa resposta. Voltamos tristes, mas a luta não terminou aí. (ENTREVISTA constante em IMOPEC 1995:46).

Após a licença para o início das obras ser concedida pelo COEMA, houve, em 28 de abril de 1993, um protesto, que ocorreu na forma de uma votação entre vários técnicos ligados à questão hídrica, que julgaram como inviável a construção da Barragem. A votação teve como resultado: sete votos contra e nenhum a favor da efetivação da barragem Castanhão. O evento aconteceu na cidade de Florianópolis, no *Tribunal da Água*, com um júri simulado promovido pela *Fundação Água Viva*. Para um representante de Jaguaribara²⁴, presente no referido Tribunal.

Esse Tribunal teve um papel fundamental porque ele julgou vários casos viciados e o Castanhão foi um deles. O povo de Jaguaribara ganhou uma experiência, sabendo que não só no Ceará havia pessoas contra a barragem. Pessoas de outros estados também somaram com a gente para tentar eliminar esse Castanhão na cota grande. [...] O julgamento do Tribunal da Água não foi oficial, mas sabemos que ele tem uma força moral muito grande. Ele recomendou a anulação da Licença de Instalação da obra. Para nós, foi muito importante ter se realizado em outro estado do Brasil. O Ceará era o único estado do Nordeste presente e o único que apresentou um caso

²⁴ Compareceram a esse tribunal cinco representantes de Jaguaribara. A ida dessas pessoas foi custeada com ajuda da Diocese de Limoeiro do Norte-CE, de alguns deputados, como Maria Luiza Fontenele, Jackson Pereira, Inácio Arruda e Ariosto Holanda. (IMOPEC, 1995:52).

para julgamento. Fomos o único caso que estava com todos os documentos necessários em mãos.

Três anos após a concessão da licença para a instalação das obras do Castanhão, em julho, de 1995, o DNOCS celebrou um convênio com o Governo do Estado do Ceará e deu início à construção do “Complexo Castanhão”, que recebeu esta denominação, pois a obra não se restringia à construção do reservatório. Antes, envolveu, segundo o DNOCS (2001), ações principais e complementares. As primeiras envolviam: elaboração dos projetos básico e executivo, construção, acompanhamento e fiscalização da construção da Barragem (DNOCS, 2001). Dentre as ações complementares, estavam a

Construção da Nova Jaguaribara; desapropriação rural; desapropriação urbana (Jaguaribara e Poço Comprido); transferência da população rural; transferência da população urbana (Jaguaribara e Poço Comprido); projeto de desmatamento da bacia hidráulica; desmatamento da bacia hidráulica, abaixo da cota 70; desmatamento da bacia hidráulica, acima da cota 70; projeto de nova locação de 26 km da BR-116; construção do trecho de 26 km da BR-116; execução de uma estação ecológica; execução de três estações sismológicas; retirada da linha de transmissão de energia elétrica da bacia hidráulica. (DNOCS, 2001) ²⁵.

No ano de 1992, foi definido o destino do povo de Jaguaribara, com a aprovação da licença de instalação da obra pelo COEMA. Em 1995, iniciaram-se as obras do Complexo Castanhão, tendo sua conclusão e inauguração em dezembro de 2002, pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Em 2001, a população de Jaguaribara foi transferida para o novo espaço, dando início a uma complexa reorganização dos seus modos de vida. Ao longo do tempo de construção da barragem do Castanhão, o projeto foi bastante difundido na mídia cearense. Diversos argumentos foram utilizados pelo Governo Estadual para legitimar a obra.

Os benefícios apresentados pelo Governo Estadual para a construção da Barragem foram: desenvolvimento econômico do Ceará, abastecimento de água para Fortaleza²⁶, dinamização de projetos de irrigação, produção de energia elétrica etc. e, ainda, que a barragem se transformaria no reservatório-pulmão e canal adutor da transposição de água da bacia do rio São Francisco.

²⁵ Explicação contida em folder do DNOCS de julho de 2001.

²⁶ Para o abastecimento da cidade de Fortaleza a partir do açude Castanhão, o atual Governo do Estado está construindo uma rede de integração entre aquele reservatório e a referida cidade: “O Eixo de Integração Castanhão – Região Metropolitana de Fortaleza é um sistema de adução com cerca de 255 quilômetros de comprimento, composto por uma estação de bombeamento; 166,59 quilômetros de canais; 93 quilômetros de adutoras e 1,1 quilômetros de túneis (Diário do Nordeste/Regional, 27/09/2002).

Os argumentos apresentados para justificar a obra referem-se à necessidade de desenvolver economicamente o Estado por meio da agricultura e da produção de energia elétrica, como também os benefícios que seriam gerados para a população citadina. No que tange aos benefícios trazidos para a população urbana, em um estudo sobre a construção da represa em Nazaré Paulista (SP), Rodrigues (1999:49) mencionou uma justificativa similar àquela que encontramos no estudo no Ceará, ou seja, a ‘utilidade pública’ da obra, destacando o “papel que os sitiados estavam desempenhando ao contribuir para a captação de um recurso tão fundamental para o “o pessoal da capital”. (Grifos da autora).

Em relação à importância da consolidação do projeto Castanhão, para viabilizar a transposição do rio São Francisco, a notícia teve destaque na mídia cearense, como, por exemplo, uma matéria veiculada em jornal local que informava o seguinte “Não há sentido no projeto de transposição do Rio São Francisco para o Ceará sem o Castanhão, que é um reservatório estratégico para as águas do ‘Velho Chico’ no Estado”. (O Povo, 23/11/1995).

Consoante com os argumentos utilizados pelo Governo Estadual, para legitimar a obra, outras matérias foram divulgadas sobre a construção da Barragem, como, por exemplo, uma página inteira, veiculada no O Povo, em 23/11/1999. A publicidade destacava duas ideias: na primeira, legitimava a construção da Barragem por meio da noção de progresso – “Castanhão: Um mar de água doce para alimentar o progresso do Ceará” - na segunda, apresentava o projeto governamental como vontade comum de todos os cearenses – “O sonho de quase cem anos do povo cearense começou a ser construído”.

Há nove anos a barragem do Castanhão opera no Ceará, controlando as cheias no vale do Jaguaribe e possibilitando a armazenagem de água para a agricultura e consumo humano. Há dez anos a população de Jaguaribara foi transferida para o novo espaço, tendo assim que modificar todo o seu modo de vida, situação que descreverei nos próximos capítulos. Em relação ao capítulo subsequente, tratarei sobre a mudança da população do antigo Município para a nova cidade.

4 EXPERIÊNCIAS, INVENÇÃO DE ESPAÇO DEMOCRÁTICO E O RITUAL DA MUDANÇA

O período que antecedeu a transferência dos moradores de Jaguaribara para a nova cidade em virtude construção da barragem do Castanhão foi permeado de embates e negociações²⁷. Os moradores, organizados sob a orientação das Irmãs Cordimarianas, constituíram uma Associação de Moradores e buscaram contato com a tecnocracia estatal, para, inicialmente, compreenderem melhor a transição, e, posteriormente, requisitar algumas medidas que consideravam imprescindíveis para uma vivência tranquila no novo espaço.

Atendendo aos anseios da população organizada, o Governo do Estado criou, em 1995, o Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Castanhão, que teve como proposta uma permanente interação dos técnicos do Governo e representantes dos municípios afetados pela construção da Barragem. As negociações ocorreram durante diversos anos e podemos perceber, na reconstituição desta história, que as opiniões são díspares em relação à efetividade ou não do Grupo, como fator de influência nas decisões do Governo. Representantes da sociedade civil, da Igreja católica, do Movimento dos Atingidos por Barragens e do poder público têm concepções diferentes sobre a importância do Grupo. É sobre esta caminhada “participativa” e as diversas visões acerca dela que discorro na primeira parte deste capítulo.

Anos e anos de debates, negociações, acordos, revoltas; e aos moradores não restou alternativa, a não ser realizar a caminhada da mudança de um espaço a outro, já que a nova cidade ficou pronta para receber seus moradores no final do mês de julho do ano de 2001. A mudança física foi organizada em um evento público com a participação dos jaguaribarenses, políticos e religiosos, numa procissão que seguiu da sede anterior do Município para a nova cidade. A caminhada antecedeu o evento que culminou com a entrega das chaves da nova cidade ao prefeito, pelo governador do Estado. Narro a travessia e o evento como um ritual de passagem, que teve como função legitimar a mudança social. Sobre as características deste ritual é o que trabalhamos na segunda parte deste capítulo.

²⁷ Para saber mais sobre a luta entre Estado e Sociedade, ler BRAZ (2005; 2008).

4.1 DA CRIAÇÃO DO CANAL INSTITUCIONAL DE PARTICIPAÇÃO À DESMOBILIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA

Como relatado anteriormente, a proposta da construção da barragem Castanhão é uma ação antiga, entretanto, a notícia oficial da transferência chega ao Município de Jaguaribara em 1985. Os moradores ficaram atônitos, pois, embora sabendo há muito tempo da possível mudança, não acreditavam que esta fosse ocorrer de fato. O temor do desconhecido causou desespero em muitos, pois não sabiam como agir. Sabiam que iam mudar, mas quando? Para qual espaço? Quais implicações podiam causar a mudança de um município inteiro? Os moradores, na maioria agricultores, não sabiam como agir neste caso, nem mesmo como obter mais informações sobre a construção da Barragem. Desejavam informações oficiais e não o boca-a-boca que se vai modificando ao sabor das subjetividades de quem conta a história. Como, porém, conversar com o governo?

Com base nesses questionamentos, surgiu no Município de Jaguaribara a necessidade de uma organização popular para dialogar com o Governo; já existia no local a experiência de reuniões periódicas para o estudo bíblico organizadas pelas Irmãs Cordimarianas²⁸; e foi exatamente esta experiência de reunião com os populares que possibilitou uma organização popular para obter informações sobre a mudança. Assim, concordamos com Thompson (2001:261), quando diz que “Somente em circunstâncias excepcionais as pessoas realmente vão além da sua experiência local, de seus valores vividos e apresentam um desafio mais amplo”.

Do espanto e indagação das pessoas ante a mudança, surge a necessidade de estender a experiência das reuniões religiosas a uma prática política de participação popular. Desta forma, para a consolidação do processo participativo, a população reconhece a importância das Irmãs Cordimarianas:

E depois que elas chegaram, começaram a visitar a comunidade e convidar o povo para se reunir. A partir daí o pessoal já começou a se habituar a se reunir sozinho, trabalhando em grupo. Quando precisava discutir um assunto, alguma coisa se reunia e hoje a gente vê que teve muito proveito o trabalho das irmãs na comunidade, porque as pessoas sabem se reunir, já sabem assistir encontros que acontecem na comunidade, pois elas também formava encontros, tinham vários encontros e as pessoas começaram a aprender a se organizar. (ENTREVISTA constante em SANTOS, 1999:70).

²⁸ A Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria chegou ao Ceará em 1937, fundando a primeira comunidade em Russas. Com o passar dos anos, a Congregação foi criando núcleos em vários outros municípios, até que, em 1979, funda, em Jaguaribara, a comunidade "Pequena Fraternidade".

Os moradores orientados pelas Irmãs e mobilizados pelo desejo de obter informações sobre o projeto da barragem Castanhão criaram uma entidade para negociar legalmente junto ao Poder Público as reivindicações populares. Assim, em 21 de agosto de 1989, foi instituída a Associação dos Moradores de Jaguaribara.

A associação é importante porque é um trabalho comunitário e de organização. Ele é abrangente. Tem força de decidir, de representar. Desde que foi fundada, a coisa mais importante que aconteceu foi a organização do trabalho com todo o povo e a resistência contra a barragem Castanhão, apesar de todos os empecilhos. O povo unido, com organização, resiste e tem também o direito de participar, de votar. A representatividade é outro aspecto importante. Geralmente, o povo é representado pelos governantes através do partido A ou B. a Associação é uma representação comunitária. É um instrumento que fica ao lado do povo e ajuda a informar, incentiva a participação. (ENTREVISTA constante em IMOPEC, 1995:23).

Os moradores de Jaguaribara, por meio da Associação, puderam, além de participar das reuniões, votar em algumas delas e assim efetivamente participar dos debates que envolviam diretamente o destino de suas vidas. Com efeito, a mobilização popular triunfa e toma partido no processo decisório, ouvindo, defendendo suas ideias e votando nas propostas discutidas. Houve, neste contexto, aquilo que Sousa (2007) denomina de reinvenção de espaço democrático²⁹. Neste espaço, negociaram soluções para os problemas decorrentes do projeto, como desapropriações e pagamento de indenizações, reassentamentos de moradores da zona rural, e também dos desafios enfrentados na nova cidade, como a garantia de sobrevivência no novo espaço.

Membros da sociedade civil visitaram outros projetos que envolviam desapropriações de terras para construção de barragens ou hidrelétricas. Os “atingidos”³⁰ de outros estados também visitaram Jaguaribara. Dessa maneira, houve entre esses grupos trocas de experiências sobre questões referentes a: reassentamentos, indenizações e impactos sociais, econômicos e culturais causados pela mudança.

²⁹ Boaventura de Souza Santos, em seus estudos sobre a transição paradigmática da ciência, analisa o movimento de elaboração de um novo tipo de conhecimento para renovar o paradigma utilitarista da ciência moderna. O autor que tem acompanhado o desenvolvimento de saberes produzidos nos países do norte (hegemônicos) e nos países do sul (países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil), defende a idéia de que os conhecimentos necessários para a renovação da ciência estão sendo produzidos nos países do sul, por meio de experiências exitosas, de invenções de espaços democráticos. Dentre as experiências, cita as práticas de economia solidária, orçamento participativo, participação política dos agentes sociais. O autor define estes conhecimentos produzidos nas práticas sociais como Epistemologia do sul.

³⁰ Categoria utilizada por órgãos governamentais ligados à questão hídrica e por populações envolvidas em processo de desocupação compulsória de áreas nas quais têm sido construídas barragens. Ver mais em Faillace (1990).

As populações envolvidas desenvolveram um aprofundamento sobre a realidade que vivenciaram, à medida que obtiveram conhecimento sobre outras situações semelhantes. Adquiriram mais capacidade para argumentar com as instituições públicas envolvidas. A negociação entre população e Estado é uma dinâmica que leva a aumentar as expectativas de melhoria para a comunidade. Na compreensão de Santos (2007), é o exercício de uma “Sociologia das ausências” que tem como objetivo transformar as ausências (causas já vividas) em presenças (o conhecimento das causas já vividas no passado para enfrentar problemas no presente); isto é, trazer à tona experiências disponíveis e bem-sucedidas para o enfrentamento de problemas da mesma ordem. Nesta mesma linha de análise, Thompson (1987), estudando problemas oriundos da Revolução industrial, acentua que

Podemos descobrir, em algumas das causas perdidas do povo da Revolução Industrial, percepções de males sociais que ainda estão por curar. Além disso, a maior parte do mundo ainda hoje passa por problemas de industrialização e de formação de instituições democráticas, sob muitos aspectos semelhantes à nossa própria experiência durante a Revolução Industrial. Causas que foram perdidas na Inglaterra poderiam ser ganhas na Ásia ou na África. (Pág. 13).

Efetivamente, Thompson e Santos, mesmo analisando em contextos temporais e espaciais diferentes, ressaltam a importância de se valorizar as experiências gestadas pelos sujeitos sociais na reprodução de seus modos de vida; a valorização das experiências e sua socialização são fatores importantes para aumentar as expectativas de experiências exitosas no enfrentamento cotidiano dos diversos problemas sociais.

A criação do Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Castanhão

A população organizada persistiu na comunicação com o Governo do Estado. Assim, em 1995, foi criado um canal institucional de negociação entre técnicos do Governo e representantes dos moradores de Jaguaribara. Refiro-me ao Grupo de Trabalho Multiparticipativo³¹ do Castanhão. O Decreto nº. 23.752, de 18 de julho de 1995,

³¹ O Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Castanhão foi formado pelo Secretário da Agricultura e Pecuária do Estado, que o presidiu; por um representante da Secretaria do Planejamento e Coordenação; um representante da Secretaria de Recursos Hídricos; um representante da Secretaria de Infra-estrutura; um representante da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional; um representante da Secretaria da Ação Social; representantes das prefeituras dos municípios afetados pela construção da barragem, sendo um de cada local: Jaguaribara, Jaguaratama, Morada Nova e Alto Santo; representantes da sociedade civil dos municípios (dois de cada) afetados; dois representantes do DNOCS; um representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e dois representantes da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

regulamentou o espaço de negociação, o qual tinha como pressuposto que: “todos os integrantes têm a liberdade de expor suas ideias e questionar propostas”, constituindo, assim, aparentemente, uma forma da gestão participativa no que concerne a ações de interesse da população.

Para Thompson (2001: 261), “Fato comum, até o protesto pode vir a ser legitimado nos termos do sistema dominante apropriando-se de sua retórica e chegando a conferir-lhe um novo propósito”.

O protesto dos jaguaribarenses foi acolhido pelo GM³²; este canal surge como possibilidade para a comunidade dialogar com o Poder Público, faz parte da luta para a garantia de direitos na nova cidade, como: residir próximo aos vizinhos da cidade anterior, trabalho e renda, construção de uma igreja idêntica à anterior, etc. O Governo encontrou no Grupo de Trabalho a possibilidade de uma interação mais legítima e direta com a comunidade e assim pôde amenizar a resistência contrária ao empreendimento e conduzir de forma compartilhada decisões sobre os impactos sociais, econômicos e culturais decorrentes da consolidação da referida obra.

Uma das ações conduzidas pelo GM e mencionada como um processo decisório importante foi a negociação para definição da área de construção da cidade. Na perspectiva de Lima (2007), por meio de visitas e palestras entre os municípios envolvidos, foi acordada a cessão de 81.000 hectares para Jaguaribara pelos Municípios Alto Santo, Morada Nova e Jaguaratama. Após a definição do local, foi encaminhada à Assembléia Legislativa uma Emenda Constitucional para redefinir o novo território de Jaguaribara.

Com a aprovação da Emenda, realizou-se, por meio do Tribunal Regional Eleitoral – TRE “um plebiscito, no qual a população residente nas áreas doadoras concordava, com mais de 95% de seus votantes, com a mudança de sua cidadania para o município de Jaguaribara. (LIMA, 2007: 205).

Quanto à criação do espaço democrático em Jaguaribara por meio do GM embora elogiado por parte da população como uma experiência importante na mudança, e exaltada pelos políticos como o grande diferencial nesta situação de mudança no Ceará, o protagonismo político, é importante mencionar que não foi um trabalho tranquilo e

³² Ao longo do trabalho, mencionarei o Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Castanhão pela da sigla GM.

homogêneo, antes um terreno de disputas e divergências, conforme a visão de alguns agentes sociais.

No ano de 2000, desponta no panorama jaguaribarense o engajamento de duas pessoas da zona rural no Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Segundo a visão de alguns representantes do Movimento, a participação da população de Jaguaribara estava inadequada, considerando o número reduzido de pessoas representando a comunidade e de como estas pessoas foram indicadas para representar o povo. Eles acreditavam numa ideia de participação mais abrangente envolvendo, inclusive, pessoas de outros locais atingidos por barragens. Os representantes do Movimento no local alegavam que o trabalho existente em Jaguaribara era apenas paroquial e limitado a poucos participantes.

O MAB é conhecido nacionalmente como uma entidade que discute e luta pelos direitos das pessoas envolvidas em processos de deslocamento compulsório, em decorrência da construção de hidrelétricas. Comumente, a construção de hidrelétricas é justificada por trazer desenvolvimento econômico ao País, em virtude da geração de energia elétrica, entretanto o MAB questiona a forma como é compreendido este desenvolvimento, pois despreza os direitos da população atingida pelas represas. Assim, além da defesa dos direitos dos deslocados, o Movimento defende causas mais amplas, como a defesa por preços mais justos da energia elétrica, ou ainda a defesa dos “atingidos pelo capital”³³.

Monte (2005), informa que, nos anos de 1999 e 2000, ocorreram desentendimentos entre lideranças ligadas ao MAB e as organizações em curso em Jaguaribara. O MAB criticava as decisões tomadas pelo GM, inclusive, alegando que existiam mais problemas criados do que soluções encaminhadas. É como podemos perceber em um depoimento de um representante do MAB concedido para Monte (2005:299):

O pessoal do governo passava número tal, tem tantas famílias, pois já estão encaminhadas, então não tem mais problemas. [...] Estava encaminhada, mas tinha uma série de problemas para até que você chegasse lá, tivesse condição de produzir, condição de trabalhar, condição de morar [...] então foi-se desmascarando esta realidade e mostrando para o governo, as empresas que construam as casas, e também para as organizações como a igreja, associações da área urbana que precisava se mudar e até ser mais agressivo com essa parte junto com o governo [...], o enfrentamento junto com os atingidos e com o governo [...] a partir de todas essas reuniões.

³³ Expressão utilizada por membros do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, no *Seminário Estratégias frente ao atual modelo energético e a questão da água no Nordeste*. O seminário ocorreu entre os dias 16 e 17 de setembro de 2009, no auditório do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará – UFC.

O desentendimento era evidente entre as duas frentes de lideranças em Jaguaribara. É o que podemos perceber em dois depoimentos dos líderes representantes dos dois movimentos, colhidos por Monte (2005:300):

Nós começamos com o MAB há muito tempo, nós é que começamos desde 85, nós fomos visitar Itaparica, entramos em contato com o pólo sindical de Médio São Francisco que era do MAB. Eles fizeram visitas aqui [...] e nós íamos participar dos encontros regionais, e também nacional e internacional. [...] então isso é uma coisa muito antiga, essa organização do MAB aqui na região, só que como existem muitas entidades e outras que davam apoio muito mais significativo [...] a gente nunca se colocou em nome do MAB. Então depois de 95 já [depois de] dez anos e meio de trabalho uma turma foi pra lá e resolveu assumir mesmo como o MAB. Aí começou o trabalho de uma proposta, eu vou dizer assim idêntica. (IRMÃ BERNARDETE, líder religiosa).

E pra nós aqui é um movimento que achamos que ele tem se tornado um sujeito um sujeito político na história regional dos atingidos, das famílias atingidas por barragens na luta concreta, nas reivindicações, nos questionamentos, na clareza, inclusive separando o que é, conseguindo identificar quem são quem. (DEPOIMENTO de um dos líderes do MAB).

Ao longo da história de construção das obras do Castanhão, tem-se registro de um clima de tensão entre as lideranças locais. Por um lado, a Igreja e a Associação dos Moradores e, por outro, o MAB, divergiam quanto à validade das negociações junto ao Grupo de Trabalho. O MAB sempre desconfiou de que as deliberações fossem forjadas, ficavam no papel e não seriam cumpridas. A desconfiança começava pela forma de escolha dos representantes da sociedade civil de Jaguaribara que participavam do Grupo.

Alguns membros da sociedade civil também acreditavam que a escolha dos representantes não era legítima. Em relação a escolha dos representantes da comunidade, Monte (2005) ressalta que era por indicação daqueles mais engajados e não por meio de consulta popular. A autora acrescenta que naquela época se difundia a ideia de uma efetiva participação popular. Segue a fala de uma representante da sociedade civil sobre a temática:

[...] não houve assim uma espécie de consulta à comunidade, uma consulta formal, o que houve foi que as pessoas já identificadas com a problemática da região, com a problemática não só econômica, hídrica da região Jaguaribana, então [...] nós somamos estas pessoas para indicá-las como membros da sociedade civil. (REPRESENTANTE da sociedade civil. In: MONTE: 2005:236).

Em razão deste critério de escolha dos representantes da comunidade, existia quem desconfiasse de que aqueles escolhidos não representassem o povo jaguaribarense no GM:

Não houve realmente uma escolha formal por parte da comunidade. Até nós defendíamos que fosse assim para a coisa ser mais legitimada, porque a intenção do governo, pelo menos a impressão que o governo colocou, pelo menos para a sociedade, é que ela estava representando a sociedade. Na verdade era pessoa ligada à sociedade civil, pessoas até dos movimentos, mas que não houve realmente esta questão formal, esse critério formal. [...] que era para decidir a favor do governo, a favor das elites, a favor das empresas, o Grupão tinha poder, o Grupão tinha competência. Agora quando era para defender a causa popular, causa do povo, principalmente dos menos abastados [sic] não temos competência. Foram... dois representantes da comunidade – “comunidade” entre aspas, mais [sic] todos eles sem exceção, foram indicados pelos partidos políticos que davam sustentação ao governo do Estado aqui (REPRESENTANTE da sociedade civil. In: MONTE: 2005:236).

Representantes do MAB também frequentavam as reuniões do GM na condição de expectador, eles podiam opinar como comunidade, mas não tinham direito a voto e não eram reconhecidos na qualidade de Movimento. Observe-se a citação a seguir:

A comunidade participava dessas reuniões mais em assistir, como eles diz mais que na hora em que alguém se levanta para opinar, discutir alguma coisa, [a] essas pessoas era rechaçadas a fala, nós enquanto movimento, e demorou muito a gente se firmar quanto movimento no grupão, era mais como comunidade, associação e foi uma briga forte, [...] não era nem colocado a palavra MAB nas atas. (REPRESENTANTE do MAB. Entrevista constante em MONTE, 2005:306).

Como é perceptível nas falas, há uma desconfiança do MAB de que as discussões do Grupo de Trabalho só serviram para amenizar os impactos da mudança e apaziguar os ânimos da população.

Do ponto de vista de um representante³⁴ da Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará – SRH, no entanto, o GM foi um canal importante para as negociações, inclusive, menciona alguns benefícios decorrentes das reuniões, como a deliberação sobre:

O enfrentamento do problema das desapropriações e indenizações de amplas faixas de terra (mais de 60.000 ha), sempre traumático e cujo movimento, desde a criação de uma tabela justa de indenizações, a ordem dos pagamentos, e as suas prioridades, foram decididas no seio do colegiado, e de cuja execução são feita referências a

³⁴ O mesmo Decreto que instituiu o Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Castanhão criou uma Secretaria Executiva, ligada administrativamente à Secretaria dos Recursos Hídricos, cuja coordenação foi dada ao engenheiro Francisco Pardaillan Farias Lima, que ficou responsável em conduzir as reuniões do Grupo. (LIMA: 2007:187).

seguir, sobre a ótica da instituição que realizou a ação – o DNOCS – e de sua equipe de condução, sobre a coordenação do Advogado Fernando Mesquita;

Todo o processo de transferência da população, que foi analisado, discutido e com soluções propostas dentro do Grupo, desde o destino de cada família, passando pela escolha do local da futura morada e com total sentimento de respeito a cada família impactada nas tradições, nos costumes.

A participação do redesenho do município de Jaguaribara, o mais atingido pela inundação de terras, o qual através da ativa participação do Grupo, recebeu terras doadas pelos municípios de Alto Santo, Morada Nova e Jaguaretama, num total de mais de 80.000 hectares. Em parte dessa área hoje se localiza a nova cidade de Jaguaribara, em terras que pertenciam ao município de Alto Santo. (LIMA, 2007:191-192).

Irmã Bernadete, líder religiosa, corrobora os avanços, mas lamenta os desafios para os quais o GM não conseguiu soluções. É o que podemos observar no seu depoimento:

Projetos de irrigação – Curupati, Alagamar e Mandacaru – até hoje em fase de implantação, com a população aí reassentada passando graves dificuldades e chegando até a vender casas e desistir, face à morosidade do processo. Segundo os cronogramas apresentados ao GM deveriam ter sido implantados entre os anos 1999 a 2000;

Projetos de reassentamento em áreas de sequeiro – Carobas, Sossego/Contendas, Barra II, Belas Fontes e outros – sem o acompanhamento técnico e os recursos necessários, e até com perda de qualidade de vida em relação à situação anterior;

Ter um projeto de desenvolvimento social para os atingidos que estão fora das áreas de reassentamento e para as populações das áreas vizinhas, visto que a estas é proibido até ao acesso à água do Canal da Integração;

Tabela de indenizações sem reajuste desde 1997, gerando graves perdas, sobretudo considerando que até hoje o processo ainda não está completamente concluído; destaco o caso de um pequeno proprietário do eixo da barragem, cuja imissão de posse pelo DNOCS se deu no dia 18 de abril de 1996 e ainda continua sem receber por questões que já poderiam ter sido resolvidas. (IRMÃ BERNARDETE, constante em LIMA, 2007:197-198).

Na fala da Religiosa, é evidente o descontentamento relativo a não efetivação das ações, imprescindíveis para a sobrevivência e bem-estar da população removida, ações para as quais o GM não encontrou soluções. Questões cruciais, como, por exemplo, a disponibilidade

de água para reassentamentos que teoricamente “seriam irrigados” não foram resolvidas pelo Grupo de Trabalho. Acrescento que, em visita ao Reassentamento do Mandacaru, em julho de 2010, constatei que a população continua sem a prometida e esperada irrigação, e o que é mais flagrante: o Canal da Integração³⁵ passa a poucos metros do referido local e os moradores não podem utilizar a água.

A Religiosa em outros depoimentos citados por Lima (2007:198), entende que, para o GM ter sido “dinâmico, eficiente e eficaz”, deveria ter:

Firmado suas posições como grupo que decide (Cf. Art. 10, III e V; Art. 11; Art. 12, I, V do Regimento Interno) e ter acompanhado a realização do que foi deliberado;

Explicitado no Regimento que os (as) representantes da Sociedade Civil deveriam ser indicados (as) por esta, através de suas organizações, mesmo que sejam designados por Ato do Poder Executivo Estadual; Observado o cumprimento do Art.6º que trata da presença dos conselheiros às reuniões;

Acompanhado de perto a realização das propostas que obtiveram o consenso do **Grupo em reuniões**, como: verbas destinadas à desapropriação, Banco de Terras, Trabalho Social junto aos pequenos e médios proprietários, cursos de capacitação para assentados em áreas de sequeiro e de irrigação, até em parceria com a Universidade Federal ou Estadual do Ceará, tendo em vista que **o GM não é apenas um grupo consultivo**;

Assegurado a realização das Medidas de Proteção Ambiental exigidas pelo COEMA ao dar licença de instalação da obra, em número de 22, das quais algumas continuam sem projeto e/ou recursos; destas, a mais importante seria o esgotamento sanitário das cidades de Jaguaribe e Jaguaratama. (LIMA: 2007:198; grifamos).

O depoimento da Irmã Bernardete mencionando o que deveria, sob sua óptica, ter sido realizado pelo GM destacou problemas inerentes ao Grupo, como: ter uma tendência consultiva e decidir pouco; o não acompanhamento e fiscalização das deliberações propostas pelo Grupo; as escolhas dos representantes não terem participação da sociedade civil; e, ainda, a ausência dos conselheiros nas reuniões do Grupo de Trabalho.

³⁵ O Canal da Integração constitui-se de um complexo de estação de bombeamento, canais, sifões, adutoras e túneis, que realizam a transposição das águas do Açude Castanhão para reforçar o abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza, assim como do Complexo Portuário e Industrial do Pecém. Disponível em: Fonte: <http://www.adece.ce.gov.br/noticias/texto.php?Noticia=50>. Acessado em 23 de agosto de 2011.

Assim, compreendo que essas falhas apontadas contribuíram negativamente para uma verdadeira situação democrática, pois se os representantes não eram escolhidos pela população, como compreender este espaço como *lócus* de participação? Em relação às decisões propostas nas reuniões e registradas em atas, se não eram fiscalizadas pelo grupo, como garantir que eram cumpridas? Incluem-se aí as diversas ações exigidas pelo COEMA como condição para liberar a licença para a efetivação da obras. São várias as questões que permearam a negociação que nos fazem desconfiar da limitação deste espaço de participação política, amplamente divulgado pelo Governo do Estado.

Embora alguns agentes sociais envolvidos, entretanto, concordarem com a premissa de que a participação foi tímida e limitada, por outro lado, alguns elogiam a iniciativa, considerando que é uma inovação a interação da população com a tecnocracia estatal. Neste caso, aqueles presentes às reuniões, pelo menos, tomaram conhecimento das decisões do governo, antes de elas serem implementadas. Alguns personagens desta história, que acompanharam o enredo, defendem a interação da população atingida com o Governo como algo positivo. Podemos perceber esta compreensão na fala da arquiteta da SEINFRA, Luiza de Marilac, em entrevista transcrita na obra de Lima (2007:200):

Foi um período de aprendizado, rico em exercícios de negociação e fundamental para os resultados alcançados. A nova cidade de Jaguaribara é fruto, em boa parte, das reuniões do GM Castanhão. O ambiente era propício à participação popular e à articulação interinstitucional tão importante para a construção de uma cidade.

Concordando com a concepção da Arquiteta, mencionada na citação anterior, a líder religiosa de Jaguaribara, Irmã Bernardete, embora tenha apontado pontos fracos no Grupão, tece elogios á experiência. É o que podemos entender do depoimento a seguir:

O GM – Grupo Multiparticipativo teve entre os seus objetivos apresentar o desenvolvimento das várias obras (maciço, obras auxiliares, obras e ações complementares) e ouvir a Sociedade Civil através de seus representantes e das lideranças populares que aí também tiveram seu espaço e acompanharam o processo. Foi uma forma mais democrática e participativa de exercício da cidadania em obras desse porte. (ENTREVISTA constante em LIMA, 2007:196).

O Diretor Geral do DNOCS, Eudoro Santana, reconhece as vantagens e limitações do GM, de acordo com entrevista concedida em dezembro de 2004 para Monte (2005: 311):

A experiência do Castanhão foi uma experiência importante, embora, ela não seja tão democrática quanto o governo do Estado tentou ao longo desse tempo todo transmitir. Eu acho que até em razão da cultura do poder público que é de dominação. Eu acho que o DNOCS cometeu ao longo dos anos é uma coisa realmente muito grave, principalmente no que diz respeito aos atingidos pelas obras públicas, principalmente por barragem [...] Eu acho que é muito positivo hoje ter movimento de atingidos, acho que politicamente é importante para tentar mudar esse quadro. Eu quando cheguei aqui no DNOCS, eu já vinha com esse propósito de tentar mudar esse quadro. [...] Nós achamos que o DNOCS cometeu muitos absurdos ao longo dos anos [...]. Acho que essa experiência do Castanhão do ponto de vista da situação da sociedade é uma experiência ímpar, embora, ela seja apenas um começo dessa luta de participação, especialmente para a sociedade na estruturação de um projeto tão grande que atinge de forma tão violenta as pessoas, o ambiente. (EUDORO SANTANA, Diretor Geral do DNOCS, entrevista realizada em Dezembro de 2004. In: Monte, 2005:311).

Dos elogios e falhas apontadas em relação ao Grupo de Trabalho Participativo do Castanhão, podemos concluir que foi um avanço a criação do canal de participação, com base nos registros nas diversas narrações sobre o evento. A vivência empírica com as pessoas da comunidade também corrobora esta premissa. As pessoas mencionam com orgulho, como consta no capítulo anterior, sair do lugar de moradia para conhecer outros exemplos de deslocamentos compulsórios, receberem a visita de outros atingidos, participarem das diversas assembleias na Secretaria de Meio Ambiente do Ceará – SEMACE e no Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA sobre a liberação das obras; e em seminários que discutiam a validade do projeto Castanhão. Ficar frente a frente com técnicos do Governo, professores universitários, políticos, defensores e pessoas contrárias ao projeto. Com certeza, isto foi uma experiência enriquecedora para a população que estava habituada a reunir-se somente em torno dos estudos bíblicos proporcionados pela Igreja Católica.

Destarte, a contribuição da experiência democrática para a transferência da população teve um balanço positivo. Em visita à cidade, após sete anos da mudança - julho de 2008 - descobri que, com a transferência física e as alterações dela decorrentes, o movimento popular de resistência se desarticulou. A experiência democrática foi desmobilizada (OLIVEIRA, 2005) por disputas políticas internas dos agentes sociais. A associação dos moradores não está mais funcionando e o Grupo de Trabalho Multiparticipativo foi desfeito.

A desmobilização não foi bem elucidada. Em conversa com Irmã Bernadete, líder religiosa, respondendo à minha indagação sobre a supressão do referido grupo, ela informou que foi pressão do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que alegou, por meio de seus representantes que os moradores que participavam das reuniões do GM não representavam o povo de Jaguaribara, eram apenas uma minoria.

Nesta mesma ida à cidade, encontrei uma representante do MAB Jaguaribara, que relatou fazer viagens para diversos Estados a fim de formar lideranças para enfrentar problemas de deslocamento populacional em decorrência da construção de barragens. O Movimento dos Atingidos por Barragens, entretanto, não tem articulação com movimentos ou instituições dentro de Nova Jaguaribara, ou seja, está exportando experiência democrática para outras realidades. Quando indagada por mim se não tinham (MAB) interesse em se articular com lideranças da cidade respondeu: “não dá certo”. E não expressou intenção de falar mais nada sobre o caso, de tal forma, que não tive opção, a não ser me despedir da interlocutora.

Os relatos colhidos em campo são indícios para uma investigação mais aprofundada da desmobilização da experiência democrática. Sabemos é que o GM foi criado para negociar e amenizar os problemas advindos com a mudança; espaço onde eram encaminhadas as demandas e atendidas de acordo com a agenda de negociações do Governo do Estado. Embora o atendimento fosse limitado às possibilidades e interesses do Governo, os moradores tinham um canal efetivo para suas petições, entretanto, com seu esfacelamento, bem como com o desfazimento da Associação dos Moradores, as demandas em vista dos problemas oriundos da mudança estão sendo encaminhadas de forma individualizada, às vezes contando com a ajuda da Irmã Bernadete para a Defensoria Pública da União, conforme informação verbal da Religiosa em julho de 2008.

4.2 MUDANÇAS FÍSICA E SOCIAL DE JAGUARIBARA: RITUAL DE PASSAGEM

O evento da entrega da chave de Nova Jaguaribara ocorreu em julho do ano de 2001. Compreendi esta etapa da mudança como divisor de dois tempos: um vivido na antiga Jaguaribara e outro a ser vivenciado na nova cidade - dois tempos, passado e futuro, representados ali no presente por um ritual (PEIRANO, 2001; CHAVES, 2001; DA MATTA, 1997; DURKHEIM, 1989; TURNER, 1974). O ritual foi bem organizado e dividido numa sequência de eventos justapostos e interligados. Inicialmente, a romaria de uma a outra cidade, transferindo os santos padroeiros para as novas igrejas. Ao chegar à nova cidade, houve a comovente entrega dos santos nas igrejas, e, por último, a celebração “político-religiosa”.

Neste evento, podemos observar que diversas questões antagônicas foram conciliadas. Em um grande altar/palanque, armado na Praça da Igreja Matriz, estiveram reunidos muitos moradores da comunidade, visitantes, políticos e religiosos. Pelos trajes e calçados dos personagens dispostos no altar/palanque, era visível a diferença entre eles; os religiosos com suas vestes compridas e de cores claras, os políticos com suas requintadas vestimentas e sapatos lustrados, os moradores com roupas simples e sandálias abertas que deixavam visíveis seus pés rachados e calejados.

No evento tiveram vez e voz representantes da comunidade³⁶, que expressaram sua tristeza com a mudança, em músicas e poesias. Os religiosos pregaram a submissão a Deus e o sacrifício como necessário para a fruição de uma vida digna na “Terra Prometida”; os políticos, reforçando a pregação da Igreja, falavam em participação e cidadania e também reconheciam a tristeza de deixar a terra natal, o sacrifício da mudança, mas amenizaram os males, enaltecendo a figura do jaguaribarense que sacrificaria a vida para beneficiar milhões de cearenses que teriam direito à água.

O evento teve início com representantes dos moradores de Jaguaribara que, por meio de músicas e poesias, fizeram seu tímido protesto contra a construção da cidade. Em meio à multidão de rostos tristes e temerosos em relação ao futuro, um pequeno grupo iniciou uma tentativa de manifestação contrária à ordem da festa, mas, a razão da falta de apoio, logo se esmaeceu. A população, atenta, aguardava o pronunciamento dos representantes da Igreja e também dos políticos.

Entre lágrimas, risos e aplausos, o evento seguiu com a parte litúrgica, inicialmente com a líder religiosa de Jaguaribara se desculpando perante as autoridades políticas pelo protesto presente nas músicas dos moradores, justificando a contrariedade popular decorrente da grande tristeza que carregavam. O Bispo e o Vigário deram continuidade ao evento.

Em um trecho do discurso de Dom José Haring, o Bispo mostrou sua representação acerca do ritual da mudança. Para ele, a caminhada e as paradas ao longo do percurso da procissão de uma cidade a outra estavam carregadas de simbolismos:

Primeiro foi no cemitério, o cemitério onde está a consciência de que não vivemos para sempre neste mundo, que esse tempo é passageiro e a segunda parada no assentamento (...) lembrou que esse tempo limitado neste mundo não devemos ficar

³⁶ Durante o período que antecedeu a mudança, os moradores produziram um grande acervo de histórias, músicas e poesias.

de braços cruzados, queremos direito de viver, e se engajar pelas coisas deste mundo (...). Essa ponte que liga o passado ao novo foi também uma parada muito significativa que chama atenção da gente (...) criando elos com outras pessoas, sendo ponte para diversas pessoas, sejam homens ou mulheres indo ao encontro dos outros. Depois a gente parou na igreja de São Vicente Férrer e aqui de Santa Rosa, santos que seguiram Jesus Cristo, são dois santos muito significativos. São Vicente se destacou pela caridade, o que o povo seria sem a prática da caridade, sem esse bem querer aos outros, sem essa virtude de acolher os outros a partir dos mais fracos para que todos possam viver nesta cidade, neste mundo. E tem a outra santa, a Santa Rosa que tem esse outro lado, o lado da oração que sempre nos coloca diante de Deus para verificar se estamos ainda neste caminho que Jesus Cristo trilhou e nos mostrou o caminho da compreensão da aceitação, do respeito, do amor ao próximo (DOM JOSÉ HARING, 26.07.2001).

A “ponte” à qual o religioso se reporta, é sobre o rio Jaguaribe, que dá acesso da cidade antiga à nova. É percebido na sua fala o caráter sagrado atribuído à caminhada da população rumo à nova terra. O discurso religioso, entretanto, não ficou restrito ao referido evento; durante o período da mudança, esta concepção era amplamente difundida na cidade, bem como na mídia; como exemplo, transcrevo a passagem de um texto de uma religiosa local publicado no O Povo: “Enquanto tentam se ajustar à nova vida, os moradores vão se dividindo entre a saudade da terra natal e a realidade na ‘terra prometida’” (O POVO, opinião, 25/09/02).

Com o encerramento da parte litúrgica, a palavra foi facultada aos políticos. Discursaram o antigo e o atual prefeito (2001); alguns secretários de governo que estiveram mais próximos da construção da cidade também tiveram oportunidade de um pronunciamento.

Vale ressaltar que, durante o evento, eu estava posicionada estrategicamente em frente ao palco/ palanque para não perder de vista nenhuma nuance do evento. Quando, porém, os participantes do evento ouviram o anúncio sobre o pronunciamento do governador do Estado (Tasso Jereissati), começou uma efervescência de pessoas gritando, suspirando e correndo para frente do palco. Por algum tempo, ouvi aplausos, gritos e falas entusiasmadas: “É o Tasso”, “É o galeguim”, “Ele é lindo”; na recepção ao Governador, a ânsia para vê-lo mais de perto era imensa. Com a reação popular, fui empurrada para longe do local onde estava, momento em que busquei ficar próximo a uma caixa de som para, pelo menos, continuar gravando os discursos.

A procissão e o evento político religioso

Em 26 de julho de 2001, aconteceu a entrega oficial e simbólica da chave³⁷ da nova cidade pelo então governador do Estado do Ceará, Tasso Ribeiro Jereissati, ao prefeito municipal de Jaguaribara, Cristiano Peixoto Maia. O evento foi permeado por um discurso político-religioso, com o concurso da população, visitantes, membros da Igreja Católica (padres, bispos, freiras) e políticos (o governador, o prefeito local e de municípios vizinhos, deputados, vereadores, secretários de governo etc.).

O evento teve início com uma procissão³⁸ vinda da antiga sede do Município, que teve como um dos objetivos fazer a mudança das imagens dos santos padroeiros: Santa Rosa de Lima e São Gonçalo, ambos da sede; e do distrito de Poço Comprido³⁹, São Vicente Férrer.

A retirada das imagens dos santos das igrejas e a acomodação no carro de bombeiros (servindo como andor) foram acompanhadas de comoção que foram expressas através de orações e cânticos religiosos que mostravam o sentimento dos populares a respeito da transferência. É o que podemos perceber em um trecho de um cântico feito por uma das moradoras de Jaguaribara, constante no vídeo⁴⁰ “Jaguaribara: pelos caminhos da Memória”:

Chegou à hora da nossa partida; chegou o dia da despedida. A confiança que nós temos; é que iremos para Terra Prometida. Senhor Jesus nós em ti confiamos; Santa Rosa também nós te amamos; São Gonçalo a vós suplicamos; e em São Vicente também acreditamos. (MARIA ODÁ, 2001 grifamos).

No cântico, está presente a representação da mudança como uma experiência religiosa. A transferência dos santos foi uma ação importante para legitimar a mudança da cidade. Em alguns relatos, registrei pessoas afirmando que só acreditaram que a cidade ia mudar com a transferência dos santos: “Senti que a mudança ia acontecer quando houve a saída dos santos”. (MARIA DAS DORES, 2001).

³⁷ Em 31 de julho de 2001, iniciou-se a transferência da população de Jaguaribara para Nova Jaguaribara. Nesse momento, teve início a habitação do lugar, as pessoas ocupando suas casas, apropriando-se dos espaços, estranhando a maioria deles.

³⁸ Em razão da distância entre uma cidade e outra (50 km), a procissão utilizou como recurso de deslocamento motos, carros e ônibus.

³⁹ Único distrito do município de Jaguaribara. Na nova cidade, o Distrito passa a ser bairro.

⁴⁰ Referido vídeo foi produzido pelo Instituto de Memória do Povo Cearense (IMOPEC) em 2001.

Na chegada à nova cidade, os fiéis entregaram na Igreja de São Vicente Férrer a imagem do padroeiro de mesmo nome. O próximo destino foi à igreja matriz⁴¹, momento em que depositaram no altar as imagens de São Gonçalo e Santa Rosa de Lima. Centenas de pessoas aguardavam ali a procissão. Assim, com todos os fiéis reunidos, teve continuidade o ritual da mudança com a solenidade de entrega das chaves da Nova Jaguaribara. O palanque/altar estava repleto de figuras políticas e religiosas: misturavam-se freiras, padres, bispo com o governador do Estado, o prefeito de Nova Jaguaribara e diversos deputados e secretários de governo.

O evento seguiu conduzido inicialmente pelos representantes da população jaguaribarense, que declamaram poesias e entoaram cânticos de dor e revolta em decorrência da construção da Barragem e por conta das saudades sentidas da cidade antiga. Os cânticos e poesias fazem parte de uma extensa coletânea produzida por alguns moradores e organizada em diversas publicações no período de transição⁴².

Os versos e ritmos são carregados de significados que denotam a indignação da população ante a impossibilidade do impedimento da construção da obra para evitar a mudança. Uma das músicas cantadas no evento é do morador Jésus Jeso:

Amigo, você já imaginou?
Estão querendo destruir nossa cidade
Com a barragem Castanhão
Adeus Jaguaribara
Adeus meu coração

Sua origem é de grande passado
Esquecida de toda a Nação
Hoje ela é lembrada
Para ser alvo de destruição

Seus governantes não façam isso não
Ela é pequena, mas causa admiração
Ouçam esse grande apelo
Que a comunidade sente de coração.
(JÉSUS JESO⁴³)

⁴¹ Igreja Santa Rosa de Lima.

⁴² Seguem algumas referências: IMOPEC, Jaguaribara: *Resistindo e Vivendo*. Memória do Ceará 2. Fortaleza: IMOPEC, 1995.

SANTOS, Diana Lúcia Vieira. *Cordimarianas em Jaguaribara (1979 – 1999)*. Fortaleza: IMOPEC, 1999,

SILVA, Francisco Isac. *Jaguaribara de Santa Rosa*. Fortaleza: IMOPEC, 1999.

SILVA, Francisco Isac. *O sertão que virou mar*. Fortaleza: Premium, 2007.

Outras produções de moradores foram publicadas em periódicos do IMOPEC, como exemplo: *Jornal Raízes e Revista Propostas Alternativas*.

⁴³ IMOPEC (1998:46).

Esta música foi cantada em diversas circunstâncias pelo morador (inclusive foi registrada no vídeo *Jaguaribara*, pelos caminhos da memória, produzido pelo IMOPEC), como forma de demonstrar a perplexidade em ter a cidade de origem destruída e o apelo aos governantes para não se efetivar a obra.

Não tenho registro de todas as apresentações dos moradores no dia do evento da entrega das chaves, mas enfatizo que todas foram produções dos próprios moradores e exprimiam diversos sentimentos de tristeza, indignação, saudade etc. Para evidenciar a expressividade das produções dos populares, transcrevo aqui algumas poesias e músicas similares àquelas proferidas e cantadas no dia do evento. Inicialmente, transcrevo outro verso de autoria do morador Jésus Jeso, expressando revolta por ter que se mudar compulsoriamente:

Meus amigos e amigas
Da cidade e do sertão
Começo a falar agora
No que já deu confusão
Minha boca treme toda
Só em dizer Castanhão [...].

(JÉSUS JESO⁴⁴)

O verso conclama a atenção de pessoas da cidade e do sertão, relembra as acirradas lutas populares para evitar as obras e conclui, mostrando a aversão à ideia da construção do Castanhão. A seguir observe-se a expressão da revolta em outro verso:

[...] O senhor governador
Tomou a resolução
Abusando do poder
Que continha nas mãos
Com irresponsabilidade
Mandou que executassem
O projeto Castanhão

(EDBERTO CARNEIRO⁴⁵)

O morador atribui a tragédia da população ao Governador do Estado que, num gesto irresponsável e de abuso de poder, determinou as obras da construção da Barragem do Castanhão. A seguir outro verso denotando a dor do sertanejo:

⁴⁴ Ibid.; p.24.

⁴⁵ Ibid.; p.26.

[...] Imaginem os senhores
 A dor que estamos passando
 Por causa dos governadores
 Que estão nos retirando
 Eles todos sorrindo
 Com semblantes de menino
 E o povo aqui chorando

(GIOVANE EDUARDO ARAÚJO⁴⁶)

A dor no verso anterior está, no dizer do morador, em contraposição à alegria dos políticos que executaram as obras da Barragem. A seguir alguns versos nos falam da saudade de deixar o local anterior de moradia e da admiração que os moradores tinham pela velha Jaguaribara.

Seu moço quanta saudade
 Eu sinto do meu sertão
 Quando o dia amanhecia
 Eita, que satisfação
 Cantava o galo no poleiro
 Vovó varria o terreiro
 Tia catava o feijão [...]

(FRANCISCO ISAC DA SILVA⁴⁷)

Quando nada mais existir
 Se um dia o meu filho perguntar
 Pai, o que havia ali?
 Responderei sem demorar
 - Era uma linda cidade
 Que com desprezo e maldade alguém veio destruir [...]

(EDBERTO CARNEIRO⁴⁸)

Pequena cidade
 Tão linda e formosa
 Jardins enfeitados
 Com cravos e rosas [...]

(EDBERTO CARNEIRO⁴⁹)

Estas poesias são carregadas de sentimentos dos moradores transplantados. Algumas relembavam o valor da pequena cidade, outras expressavam tristeza, indignação,

⁴⁶ Ibid.; p.34.

⁴⁷ Ibid.; p.16.

⁴⁸ Ibid.; p.03.

⁴⁹ Ibid.; p.45.

revolta diante da irreversibilidade da construção da barragem e, conseqüentemente, da mudança compulsória dos habitantes de Jaguaribara.

Após as manifestações populares dirigidas aos políticos e especialmente ao Governador do Estado do Ceará, a Religiosa, líder do movimento popular em Jaguaribara, agradece a participação de todos e pede desculpas aos políticos em nome da população pelas “ofensas” contidas nos versos. Justifica que foi compreensível, em razão do sofrimento experimentado por aquelas pessoas por deixarem a terra natal e, principalmente, pela insegurança ante o futuro desconhecido.

Logo após, a palavra foi passada aos políticos, que enfatizaram a idéia de no processo de construção da Barragem ter havido um grande “protagonismo político popular”. As falas por mim registradas durante o evento apontam para uma compreensão de que, ao longo da transferência do Município, houve maciça participação popular.

Francini Guedes, prefeito de Jaguaribara (1983 a 1988), garantiu que os moradores se uniram em torno de um só propósito: “participar”: “Os jaguaribarenses, numa demonstração de união, esquecendo as divergências ideológicas e partidárias, partiram para a luta insistentemente exigindo sua participação em todas as ações do projeto do Castanhão”. (FRANCINI GUEDES, julho 2001).

Em consonância com a fala de Francini Guedes, o prefeito na época da mudança (julho 2001), Cristiano Peixoto Maia, se expressou: “Aqui na Jaguaribara nós temos exemplo disso, exemplo de cidadania, os técnicos do governo discutindo o que seria melhor para o futuro do povo dessa região”. (PREFEITO DE JAGUARIBARA, julho de 2001). Quando Cristiano Maia se refere à “cidadania”, esta se expressa na negociação entre técnicos do governo e sociedade civil, ratificando, dessa forma, a participação popular.

Na mesma trilha, segue o discurso de Tasso Jereissati, na época governador do Estado do Ceará:

Como bem disse o Prefeito: Nenhuma, não existe em andamento, nenhuma obra, nenhuma ação no Brasil com tamanha e tão grande participação da população, quanto à construção dessa cidade de Jaguaribara, toda essa nova cidade, cada passo dessa nova cidade foi feito, discutido, construído em profunda participação com a população. Nenhum paralelepípedo foi colocado nesta cidade em que não tenha havido esta participação. Isso significa cidadania, isso significa liberdade e exercício dos direitos de cada um dos cidadãos que estão não apenas mudando pra uma cidade, mas participando ativamente da construção de uma nova cidade. (julho de 2001).

A faceta política apelava ao orgulho dos moradores ao considerar a participação política como um fenômeno positivo e uma oportunidade ímpar que a população teve de participar das decisões referentes à construção da cidade. Isto está muito claro nos discursos retrocitados.

O discurso da participação, no entanto, não se circunscreve somente ao repertório dos políticos, pois, representantes da igreja também se manifestam. Percebe-se, na fala de Dom José Haring, naquela época Bispo de Limoeiro do Norte, a idéia de construção da consciência da participação popular:

(...) 16 anos (1985-2001), nesse tempo longo, o povo de Jaguaribara se tornou um povo diferente, um povo consciente de sua realidade, um povo com gosto pela vida, um povo interessado pelas coisas públicas, um povo engajado pelo seu futuro, juntos com as autoridades, e assim todos estão aqui cheios de orgulho, por causa desta caminhada. (DOM JOSÉ HARING, julho de 2001).

Os discursos religiosos e políticos não eram estanques, antes, estiveram coadunados durante as negociações que antecederam a mudança, como também no decurso do referido evento. Observe-se a citação a seguir:

Poucos dias antes do início da ocupação da Nova Jaguaribara ocorreu a entrega das chaves da cidade pelo governador do Estado do Ceará ao prefeito municipal, em 26 de julho de 2001, antecedida por uma romaria vinda de Jaguaribara, cujo cortejo litúrgico foi acompanhado por carro de bombeiros, trazendo as imagens dos santos padroeiros: São Vicente Férrer e Santa Rosa de Lima. Algumas pessoas traziam cartazes impressos com o seguinte slogan: “Com São Vicente Férrer, rumo a Terra Prometida”. Na nova cidade também foram afixadas faixas: “Nova Jaguaribara, a Terra Prometida”. Depois veio o ato litúrgico com cânticos e orações. Logo após, a palavra de Dom José, bispo de Limoeiro do Norte. A pregação da igreja, como é tradicional, apelava para a conformação popular, através da submissão a Deus, do amor ao próximo, do desprendimento material, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, falava em conscientização política pela luta popular, em participação nas decisões políticas e em construção da cidadania. O discurso do governador ligou a política à religião quando pregou a idéia da construção da cidadania, da participação popular apelando para a religiosidade dos habitantes, agradecendo aos jaguaribarenses pelo grande gesto cristão, de deixar sua terra por amor aos outros cearenses, e que estes últimos receberão então a dádiva divina, que é o direito a água. (BRAZ, Jornal, 25/09/2001).

Religiosos e políticos articularam religiosidade e participação política e, desta perspectiva, conseguiram amainar os ânimos e selar, com aquele evento, uma transferência mais tranqüila. Com suporte no exposto, acentuamos que o evento foi um ritual de passagem, ritos que auxiliaram na mudança e fizeram da dúvida a certeza desta; uma mudança cheia de garantias: por parte dos religiosos, a garantia da terra prometida e, do lado dos políticos, a

garantia de um futuro de prosperidade, com educação, saúde, saneamento e trabalho para todos.

O Ritual da entrega da chave de Nova Jaguaribara

Para analisar a situação de mudança social em Jaguaribara, que teve como divisor de águas o evento da entrega das chaves da nova cidade, considere relevante compreender o evento como um ritual. Para Peirano (2001) “tanto eventos ordinários, quanto eventos críticos e rituais partilham de uma natureza similar, mas os últimos são mais estáveis, há uma ordem que os estruturam, um sentido de acontecimento cujo propósito é coletivo, e uma percepção de que eles são diferentes”.

Em razão da ênfase na perspectiva etnográfica é preciso salientar que não compete aos antropólogos definir o que são rituais. “Rituais”, “eventos especiais”, “eventos comunicativos” ou “eventos críticos” são demarcados em termos etnográficos e sua definição só pode ser relativa, nunca absoluta ou a priori; ao pesquisador cabe apenas a sensibilidade de detectar o que são, e quais são os eventos especiais para os nativos (sejam “nativos” políticos, o cidadão comum, até cientistas sociais). (PEIRANO, 2001:15).

O ritual de entrega das chaves foi um evento especial para os moradores que, ao transportar as imagens dos santos para a nova cidade e participar do evento; saíram convencidos de que o tempo de espera acabara e que iriam logo no dia seguinte se mudar ou assistir às primeiras mudanças. O ritual foi uma ação que serviu para tornar a mudança, tão temida por algumas famílias, em uma ação aceitável.

Assim, concordamos com Peirano (2001), quando a autora defende a noção de que analisar rituais é tratar da ação social. Esta ação se processa num contexto de visões de mundo partilhadas onde os agentes sociais comungam da importância do ritual. Como Durkheim (1989) havia sugerido, os rituais constituem um excelente material etnográfico, pois expressam valores e tensões de uma sociedade numa forma intensamente concentrada.

O ritual foi permeado de simbologias. Durante a procissão, muitas músicas foram cantadas e muitos apelos feitos aos santos. Alguns símbolos que considere relevantes foram algumas faixas trazidas pelos populares na procissão, mas também afixadas na nova cidade que continham os seguintes dizeres: “Nova Jaguaribara: a terra prometida” e “com São Vicente Férrer, rumo à terra prometida”.

Corroborando os discursos dos políticos e religiosos sobre a mudança para a “terra santa”, o evento da entrega das chaves teve prosseguimento, na nova cidade, neste mesmo diapasão. Segundo Roberto Da Matta, as comemorações religiosas têm a função de conciliar o povo com o Estado por meio do culto a Deus ou aos santos.

Tudo leva à suposição de que haja uma tentativa nesses festivais de conciliar o povo com o Estado por meio do culto a Deus (ou ao santo), permitindo o encontro e a convivência dos diversos elementos descontínuos da estrutura social sob a égide da igreja, corporação que tem o monopólio das relações com o espiritual. As festas religiosas, por colocarem lado a lado e num mesmo momento o povo e as autoridades, os santos e os pecadores, os homens sadios e os doentes, atualizam em seu discurso uma sistemática neutralização de posições, grupos e categorias sociais, exercendo uma espécie de Pax Catholica. (1997:69).

No evento, a missa teve a função de tranquilizar a população no que concerne à mudança e, evidentemente, diminuir o ressentimento contra o Estado. Após os versos e músicas que expressavam revolta, dor e saudade, proferidos e cantados por alguns moradores, seguiram-se as orações e leituras bíblicas, com os comentários que harmonizavam a cidade dos homens com a cidade de Deus, efetivamente, servindo como um bálsamo para as inquietações populares. Logo após foi concedida a palavra aos políticos, que reforçaram a questão religiosa, exaltando a caridade do jaguaribarense em sacrificar seu local de moradia para beneficiar milhões de pessoas com direito a água. Neste âmbito, estavam dispostas figuras (a primeira vista) díspares, mas que o culto religioso teve a função de reunir e conciliar.

(...) na missa estão acentuadas as relações de reforço de uma ordem preestabelecida (por meio das oposições fundamentais entre Deus/homens, oficiantes/fiéis, altar/local do público, objetos cuja manipulação é exclusiva, objetos cuja manipulação é inclusiva etc., mas também ocorre um conjunto de situações em que as relações são invertidas: Deus desce até os homens, os homens sobem até Deus; objetos sagrados são incorporados aos fiéis; há um local apropriado para a confusão de categorias. (MATTA, 1997:82).

Estavam presentes ao evento concepções aparentemente dicotômicas, mas que o ritual teve a função de harmonizar. Houve a conciliação de uma esfera sagrada da religião com um setor profano, representada ali pela política. Na experiência do ritual, o sagrado entrou em contato com o profano e teve a função de justificar a mudança, neste caso, o “sacrifício” dos jaguaribarenses ensejava o benefício de milhões de cearenses que teriam acesso a água e ainda à benesse de residir numa terra “prometida” por Deus. Durkheim, analisando a relação sagrado e profano, esclarece que:

Certamente, essa interdição não poderia desenvolver-se a ponto de tornar impossível toda comunicação entre os dois mundos; porque se o profano não pudesse de nenhuma forma entrar em relação com o sagrado, este não serviria para nada. Mas, além desse relacionamento ser sempre, por si mesmo, operação delicada que exige precauções e iniciação mais ou menos complicada, ela sequer é possível sem que o profano perca seus caracteres específicos, sem que ele próprio se torne sagrado em alguma medida e em algum grau. Os dois gêneros não podem se aproximar e conservar ao mesmo tempo sua natureza própria. (DURKHEIM, 1989:71-72).

O discurso político-religioso destacava a mudança como um “sacrifício” necessário; do ponto de vista religioso, necessário para a salvação da alma e, sob o prisma político, para beneficiar milhões de cearenses. O discurso religioso pregava que a Nova Jaguaribara seria a ponte para uma cidade celeste:

Que vocês, irmãos, façam tudo isto na fé em Deus. Pois as igrejas ficam bem visíveis nesta cidade. Esse é um sinal de fé de vocês. Sabemos o que São Paulo diz e escreveu aos Hebreus: os cristãos não são cidadãos de uma cidade terrestre, mas homens que estão preparando a futura cidade pela nossa vida de cristãos e seguidores de Jesus Cristo. Professemos todos juntos a nossa fé nesse Deus que quer a nossa vida em unidade, que quer a nossa vida em paz e amor (...) Ó Deus, sabemos que nesse mundo não temos uma cidade permanente, mas daí-nos coragem de começar a construir nas imperfeições deste mundo a cidade futura. (VIGÁRIO, julho de 2011).

O sacrifício e a dor de deixar a terra natal aparecem no ritual como um elemento de purificação, seja para garantir a futura residência celeste, ou, num gesto de caridade, para beneficiar muitos irmãos com o direito à água. A dor foi o sentimento que acompanhou a população durante o período instável de espera deste acontecimento⁵⁰ e destacada no ritual de passagem. Na teoria durkheiminiana,

A dor é o sinal de que alguns dos laços que o prendem ao meio profano estão rompidos; ela atesta, portanto, que ele está parcialmente livre desse meio e, por conseguinte, a dor é justamente considerada como o instrumento dessa libertação. (DURKHEIM, 1989:381).

A dor no ritual é uma purificação, e é necessária para a passagem de uma a outra fase da vida. A dor pode ser compreendida, também, como fazendo parte de uma liminaridade. A liminaridade é explicada por Victor Turner, no seu estudo sobre os *Ndembo*s, a respeito dos ritos de iniciação à puberdade; os neófitos eram mostrados como se nada possuíssem, vestiam-se de monstros ou apenas com uma tira de pano como vestimenta ou

⁵⁰ As notícias da construção da barragem do Castanhão chegaram ao Município de Jaguaribara em 1985. A construção das obras iniciou em 1995 e o processo de mudança ocorreu em julho do ano de 2001 (BRAZ, 2005).

ainda completamente nus para demonstrar que, enquanto seres liminares, não possuíam “*status*, propriedade, insígnias, roupa mundana indicativa de classe ou papel social, posição em um sistema de parentesco, em suma, nada que os possa distinguir de seus colegas neófitos ou em processo de iniciação” (TURNER, 1974:117-118). Compreendo a descrição a seguir, destacada pelo Governador do Estado, como um processo liminar vivido pelos jaguaribarenses no ritual da mudança:

[...] participo desse sentimento de dor, de saudade das famílias de Jaguaribara que começa a deixar afinal de contas a sua história, da sua família, dos seus ancestrais e que fazem parte da vida de todos nós, toda essa história que carregamos conosco, é muito difícil olhar pra trás e ver o lugar onde nós crescemos, onde os nossos pais cresceram, onde nós tivemos a nossa formação e evidentemente onde o nosso coração está [...] tendo todo mundo um profundo amor pela sua cidade natal, pela sua terra natal, e eu queria participar com todos vocês nesse momento e partilhar dessa dor e dessa saudade. (TASSO JEREISSATI, julho de 2001).

A liminaridade situa todos os sujeitos do ritual numa situação homogênea e em nada se distinguem um do outro. Durante a cerimônia da entrega das chaves, todos os moradores estavam neste espaço intermediário, sem residência aqui ou lá, mas no meio do processo de mudança.

As entidades liminares não se situam aqui nem lá; estão no meio e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial (...) a liminaridade frequentemente é comparada à morte, ao estar no útero, à invisibilidade, à escuridão, à bissexualidade, às regiões selvagens e a um eclipse do sol ou da lua. (TURNER, 1974: 116-117).

Durkheim também menciona, no seu estudo sobre as tribos australianas, este espaço conceituado por Turner como liminar.

Mas, encontramos fatos análogos sem sair da Austrália, especialmente durante as cerimônias de iniciação. Muitos dos ritos praticados nessa ocasião consistem precisamente em infligir sistematicamente ao neófito sofrimentos determinados, visando modificar o seu estado e fazê-lo adquirir as qualidades características do homem. (1989:379).

Nos dois autores, há uma compreensão de que os ritos de passagem comportam este momento liminar, quando os sujeitos reconhecem sua condição de desvantagem e a necessidade de “purificação” para passar a um estágio melhor. Assim, a liminaridade é tanto um ‘estado de ser’ crítico como criativo, e a mudança parece um potencial de qualquer ritual. E, todavia, no fim, o iniciado é quase sempre reintegrado à sociedade.

Como esclarece Victor Turner, a liminaridade faz parte do ritual, mas é um estado transitório, como se fosse uma porta de passagem para outro lugar. Em geral, a análise com origem na perspectiva do ritual é profícua para compreender este processo específico de mudança. O ritual traz uma crença de que algo vai se modificar e, neste caso, a forma “sagrada” que ele impõe faz com que todos os envolvidos compartilhem desta crença.

A crença em uma cidade com maiores condições de sobrevivência, educação, saneamento, moradia e cidadania foram representadas no ritual não como possibilidade, mas como garantia. A garantia do Governador na transformação social na nova cidade serviu como elemento justificador no ritual para integrar os jaguaribarenses em torno da crença na “terra prometida”.

A aura sagrada da nova cidade não é uma característica intrínseca, mas uma categoria criada e compartilhada pelos jaguaribarenses. Durkheim (1989) nos lembra que os ritos, embora tragam incerteza e angústias, normalmente produzem os resultados esperados. São momentos que trazem marcas de gravidade, mas que não excluem animação e alegria. A lembrança de que a mudança para a nova cidade também era motivo de alegria foi exaltada na fala do Governador do Estado. É o que podemos observar na citação a seguir:

Mas, queria dizer também que ao mesmo tempo que é um momento de dor e de saudade, é um momento de alegria pra todos, alegria pra própria população de Jaguaribara, que num gesto muito importante, que num gesto acima de tudo cristão abre mão desta cidade, desse seu canto, desse seu lugar, do seu torrão natal para que sejam beneficiados milhões de cearenses. (TASSO JEREISSATI, julho de 2001, grifamos).

Assim, afastando a tristeza que permeou a mudança, como também alguns momentos da solenidade, o Governador se despede dos jaguaribarenses, convidando-os à mudança e para a festa de inauguração da cidade:

A todos os habitantes dessa nova cidade agradecendo em meu nome e de todos os cearenses, o gesto desta população e voltar daqui a 45 dias para uma grande semana de festas e inauguração da Nova Jaguaribara e viva nova Jaguaribara. Obrigado a todos, obrigado pela presença. (TASSO JEREISSATI, julho de 2001).

No fim do ritual, a associação entre sacrifício e festa, por suas características, apresentou-se como naquelas cerimônias que, segundo Mauss (1974 *apud* CHAVES, 2001:145), “anima-se todo o corpo social num só movimento [...]. Este movimento rítmico, uniforme e contínuo, é a expressão imediata de um estado mental em que a consciência de

cada um é monopolizada por um só sentimento, uma só ideia alucinante – a da finalidade comum”.

O ritual de entrega das chaves, embora reavivando a tristeza da população por deixar a terra natal e pela incerteza do modo de vida que todos teriam na nova cidade, conseguiu legitimar a mudança por intermédio dos discursos da Igreja e do Estado que convenceram que o sacrifício e a dor faziam parte da mudança. O sacrifício aparece como imprescindível à mudança, seja mediante a caridade, ou por meio do exercício da cidadania.

Chaves (2001) recorre a Tambiah, para quem “A eficiência da ação ritual ancora-se no fato de acionar crenças culturais essenciais, crenças que constituem uma cosmologia, isto é, concepções fundamentais para um determinado universo social”. (pág., 139). O ritual de entrega das chaves, conclamando à caridade e à cidadania, acionou a religiosidade do cearense e o orgulho em participar⁵¹ e em beneficiar muitos outros cearenses. O ritual acionou crenças em comum, tema importante aos transplantados, daí a justificativa para a eficácia do evento.

Os significados e os símbolos presentes no ritual da mudança

Os rituais são permeados de significados, trazem implícitas idéias nem sempre percebidas à primeira vista. Leach (2000) refere-se ao ritual de passagem no contexto da investidura de “cavaleiros britânicos”. O autor acrescenta a característica deste rito, que é realizar uma transição entre um estado e outro, compreendendo a passagem como morte e vida. Para Leach: “Estamos falando de um *rite de passage* e nesse contexto, como se sabe, o uso do simbolismo da morte e do renascimento é extremamente comum. O iniciante ‘morre’ em seu status antigo e ‘renasce’ em seu novo status”. (pág. 09).

O ritual da entrega da chave de Nova Jaguaribara, também compreendido como um ritual de passagem, esteve permeado de simbolismos, inclusive, nesta relação evidenciada por Leach, de morte e de vida. No discurso do Governador do Estado, ele menciona a morte da cidade antiga para o nascimento do reservatório de água.

No momento em que uma população inteira de uma cidade inteira se desloca em grupo pra outro lugar pra dar nascimento a um grande reservatório de água que vai proporcionar água durante os momentos de seca ao agricultor, água de beber a dona de casa, a milhões de cearenses, nós estamos fazendo sim um grande gesto cristão... Aplausos... Um gesto de amor para todos os outros cearenses e que não são de

⁵¹ Refiro-me à participação nos movimentos sociais.

Jaguaribara e que estão recebendo essa dádiva divina que é o direito à água, que nos não tivemos durante séculos e séculos. (TASSO JEREISSATI, julho de 2001).

Na fala do Governador, continua presente a associação de morte e vida. Desta vez, a morte do passado de analfabetismo e falta de saneamento básico para um futuro, onde todos terão acesso aos serviços públicos.

E temos uma saudade a curtir nos nossos corações, temos uma perspectiva de futuro bem melhor também do que as do passado temos todos nós que reconhecer, o nosso apego a cidade em que nós nascemos, mas temos que reconhecer que o passado não foi tão brilhante para os nossos pais, pra os nossos avós. Quantos não tiveram acesso à escola? Que os filhos vão ter, quantos não tiveram uma casa ou não tem ainda com todas essas condições, quantos não exerciam integralmente na plenitude a sua cidadania, porque só é cidadão, aquele que recebe dos serviços públicos tudo aquilo que tem direito. (TASSO JEREISSATI, julho de 2001).

E continua na comparação com a morte de um passado de opressão e falta de cidadania para uma vida onde todos têm os mesmos direitos.

E nós estamos construindo aqui na Nova Jaguaribara a primeira cidade do Ceará em que todos os cidadãos têm direito a todos os serviços públicos e de qualidade, queria, portanto marcar este primeiro momento da cidade até como símbolo, aqui temos com certeza gente que veio de todas as regiões, mas um como símbolo, e que essa cidade signifique também uma ruptura entre o passado e o futuro do estado do Ceará, o passado de opressão e de falta de cidadania para no futuro em que cidadania seja direito a participação, mas seja também educação, nós não vamos ter analfabeto aqui na próxima geração, saúde, energia elétrica, água, água para todos [Aplausos] construção, portanto de uma sociedade que todos os seus filhos têm os mesmos direitos, as mesmas possibilidades de progredir na vida. (TASSO JEREISSATI, julho de 2001).

O Governador acrescenta que o passado traduz saudades, mas sua morte é necessária para dar vida a um futuro melhor.

Queria que Deus nos desse a força, nesse momento, justamente para que nós possamos simbolizar aqui nessa Nova Jaguaribara o Ceará que nós queremos para o futuro em todas as cidades do estado do Ceará, curtindo, cantando, lembrando e com saudades do nosso passado, mas tendo a certeza e a convicção que agora com esse novo tipo de participação nós podemos construir um futuro bem melhor, muito melhor para os nossos filhos e para as futuras gerações. (TASSO JEREISSATI, julho de 2001).

Na análise do Governador, a transferência do lugar para um espaço dotado de infraestrutura, saneamento, escolas, hospital etc., simbolizou a intenção de que aquela mudança se estendesse para todas as cidades do Ceará. Como nos lembra Turner (1974), “Um único símbolo, de fato, representa muitas coisas ao mesmo tempo, é multívoco e não unívoco.

Seus referentes não são todos da mesma ordem lógica, e sim tirados de muitos campos da experiência social e de avaliação ética”. (Pág. 71). Nova Jaguaribara, como símbolo, não representa somente a mudança do lugar anterior, para um futuro melhor, mas significa, também, a possibilidade de uma mudança em todo o Estado.

A nova cidade, como um símbolo que faz o rompimento entre o passado e o futuro, presente nos discursos político e religioso, tem significados diferentes. Como é perceptível no primeiro discurso do Governador do Estado, transcrito nas citações precedentes, destaca-se aquilo que é natural no seu discurso secular. No discurso do Bispo, a seguir, ele faz uma ligação direta das coisas da terra com as do céu.

E aqui, a gente escutou a leitura do profeta Zacarias, que nessa pequena leitura tem algumas frases muito significativas nesta hora, ai que se diz, Jerusalém é essa cidade nova e que não tenha muros, pra que todos os povos possam afluir a ela, que não apenas homens, e as mulheres, os povos, mas também todos os animais; uma cidade aberta, uma cidade que abraça a todos. Um programa para Nova Jaguaribara, que a gente não crie muros, que a gente não levante paredes, mas que a gente derrube, para que haja contato entre todos os habitantes desta cidade, entre todos que vem no futuro para cá, e os que visitam esta casa. (DOM JOSÉ HARING, julho de 2001).

(...) vamos pedir a Deus que este povo continue tendo esta coragem de colocar a pessoa humana no centro desta cidade também para que ela seja uma cidade de Deus e uma cidade dos homens, para que essa cidade seja uma cidade de felicidade, de liberdade, de uma vida muito cheia que faz gosto de viver e para isto é que eu peço a benção de Deus e que ele abençoe a todos vocês. Amém. (DOM JOSÉ HARING, julho de 2001).

Como podemos perceber nas falas do político e do religioso, cada um interpreta a mudança de acordo com suas convicções. O religioso encoraja a aceitação da mudança como uma dádiva divina, uma passagem de uma cidade profana para uma sagrada; uma preparação para a cidade celeste (a terra prometida). Na fala do político, a transferência significa o rompimento do passado de opressão e analfabetismo para um futuro no qual haverá educação e direitos iguais a todos os jaguaribarenses.

Sobre as especificidades da mudança social, bem como da caracterização do antigo e novo espaço, trataremos no próximo capítulo.

5 “A MUDANÇA NA MUDANÇA”: GRANDES OBRAS E DESLOCAMENTO POPULACIONAL

As mudanças que estão no cerne das sociedades modernas alteram sobremaneira os modos de vida nas esferas política, social, cultural, econômica etc. Na concepção de Castells (1999), vários acontecimentos relevantes na história transformou o panorama social da vida humana desde o fim do segundo milênio da Era Cristã. Segundo o autor,

Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável. (Pág. 21).

Como bem destacou esse autor, hodiernamente, a globalização submeteu o mundo a uma rápida mudança, todavia, a mudança, objeto deste estudo, a transferência dos moradores de Jaguaribara para Nova Jaguaribara no Ceará, está inserida neste fenômeno de rápidas transformações que alterou significativamente os modos de vida de seus moradores, mas mudança é acentuada pelo fato de cidade ter sido literalmente transplantada, em um curto espaço de tempo, do seu local de origem para um espaço planejado que exige uma nova forma de vida. Desta maneira, defendendo a idéia de que, neste caso, é uma “mudança na mudança”.

A alteração nos modos de vida impostos pela nova ordem global e, mais especificamente, pela migração compulsória toma um caráter específico em Nova Jaguaribara, pois é confrontada com suas organizações sociais, econômicas e culturais em curso, que as ressignificam de acordo com as lógicas inerentes ao local. Assim, as mudanças sucedem numa tríplice relação de produção, experiência e poder, no sentido de Castells (1999).

A “produção” encarnada no trabalho que cada indivíduo executa e é sensivelmente alterada dentro da nova lógica; a “experiência” que é a ação dos sujeitos sociais não passíveis nestas transições, mas, antes, tentam conciliar esta lógica com seus interesses; e, por último, o “poder”, no caso, o do Estado, que estabeleceu a transferência física dos moradores, impondo novos modos de vida.

As novas formas sociais se demonstram com arrimo nas interações expressas na atual organização da vizinhança, na mudança dos espaços de lazer, no uso das calçadas, e na

distância da cidade em relação ao açude Castanhão. A nova localização e novo uso do manancial trazem ainda mudança nos modos de trabalho, fazendo com que alguns grupos de trabalhadores tenham que ressignificar suas práticas, adaptando-se às novas formas de realizar o trabalho anterior ou mudando de profissão. Assim, os habitantes vivem um novo modo de vida permeado de elementos do passado, mas que se modificam no presente e, assim, novos arranjos vão se constituindo para o futuro.

A mudança alterou bruscamente todo o modo de vida da população, assim como a paisagem da cidade à qual os moradores estavam habituados. A “invenção” de novas formas de viver no espaço implicava a aceitação de que a outra cidade deixou de existir, foi destruída e nunca mais será vista. Desde a mudança, os moradores vão, dia a dia, se inquietando e se acomodando no novo espaço.

Sobre a diferença entre a mudança ocasionada pela urbanização e aquelas produzidas pela remoção, o geógrafo José da Silva se manifesta em um artigo de jornal:

No clássico processo de urbanização a nova cidade é construída diariamente. A população não se dá conta das mudanças que ocorrem no transcurso de seu cotidiano. A cidade se expande ou se retrai, se verticaliza, conquista novas áreas, abandona outras. Ao contrário, nos casos de remoção, a mudança brusca da paisagem e do modo de vida, agride, sobremaneira, os moradores. Imagine a saída compulsória de nosso espaço de referencia. Aceitar a ideia que aquela paisagem nunca mais será vista, que percursos diários serão totalmente modificados. (O POVO, OPINIÃO, 2001, grifamos).

A situação a que se refere a análise constante na citação sobre as mudanças ocasionadas por deslocamentos compulsórios é similar àquela ocorrida em Jaguaribara, já que a mudança a que o município foi submetido alterou bruscamente a vida dos seus moradores.

Eunice Durhan (1984), em um estudo sobre a migração de camponeses para a zona urbana, também revela o drama vivenciado por diversos indivíduos em decorrência da transferência destes, de um espaço rural para a zona urbana. “Em nenhum momento essa transformação se apresenta de modo tão dramático ou tão completo como quando dá origem à migração, transferindo indivíduos e grupos das comunidades tradicionais para as zonas urbanas”. (Pág. 08).

“A mudança na mudança” a que foram submetidos os jaguaribarenses tem a característica da transferência compulsória, quer dizer, não foi necessário o consentimento dos moradores, assim contribuindo para dificultar a adaptação. Em adição, diferente da

sociabilidade rural que compartilhavam anteriormente, mesmo na sede do município, eles foram alocados numa zona eminentemente urbana⁵².

A especificidade da “mudança na mudança”, entretanto, aqui delineada não é mérito de Jaguaribara. De acordo com o Relatório da Comissão Mundial de Barragens⁵³ (2000), milhões de pessoas são deslocadas de suas casas, comunidades e terras, involuntariamente, todos os anos, para dar lugar a grandes obras públicas. No texto do relatório é acrescentado o fato de que, na maioria dos casos de construção de barragens, os efeitos negativos dela advindos não são avaliados, considerando os grandes impactos sobre o modo de vida, a subsistência etc.

Entre 40 e 80 milhões de pessoas foram fisicamente deslocadas por barragens em todo o mundo. Milhões de pessoas que vivem a jusante de barragens (...) sofreram graves prejuízos em seus meios de subsistência e a produtividade futura dos recursos foi colocada em risco. Muitas das pessoas deslocadas não foram reconhecidas (ou cadastradas) como tal e, portanto, não foram reassentadas nem indenizadas. Nos casos em que houve indenização, esta quase sempre mostrou-se inadequada; e nos casos em que as pessoas deslocadas foram devidamente cadastradas, muitas não foram incluídas nos programas de reassentamento. Aquelas que foram reassentadas raramente tiveram seus meios de subsistência restaurados, pois os programas de reassentamento em geral concentram-se na mudança física, excluindo a recuperação econômica e social dos deslocados. Mesmo nos anos 90, em muitos casos os impactos sobre os meios de subsistência a jusante não foram adequadamente avaliados ou considerados no planejamento e projeto de grandes barragens. (RELATÓRIO DA COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, 2000).

Resumindo, o relatório mostra o impasse a que é submetido, todos os anos, um grande contingente de pessoas transferidas em consequência da construção de barragens. Ressalta a incapacidade dos governos em lidar de forma eficaz com o deslocamento de pessoas. Chama a atenção para a recorrente destruição de vasto patrimônio cultural que é submerso por conta destas obras. Adverte, ainda, para a idéia de que “é provável que os pobres, outros grupos vulneráveis e as gerações futuras arquem com uma parcela desproporcional dos custos sociais e ambientais dos projetos de grandes barragens sem que obtenham uma parcela correspondente dos benefícios econômicos”. (RELATÓRIO DA COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, 2000, *online*). Neste caso, a transferência da população enseja um reordenamento das diferenças e desigualdades, sem suprimi-las.

⁵² Sobre a mudança da sociabilidade rural para uma urbana, trato detalhadamente em minha dissertação de Mestrado em Sociologia na UFC, intitulada *Nova Jaguaribara: representações sobre o modo de vida urbano*.

⁵³ Disponível em: http://www.dams.org/report/wcd_sumario.htm. Acessado em 08 de março de 2011.

(CANCLINI, 1999), ou, ainda pior, produz uma situação de empobrecimento da população (CERNEA: 1995).

Para Chauí (1986:36), a migração não gera ganho cultural (novos conhecimentos, novas habilidades e símbolos acrescentados aos já possuídos) para migrante, “mas uma perda, pois o ‘equipamento social’ anterior torna-se inútil [...]. Na compreensão de Kowarick (*apud* CHAUI, 1986:38) “a população migrante está submetida a inúmeras perdas, espoliada não apenas fisicamente e em sua força de trabalho, mas também em suas capacidades cognitivas”. Assim, de forma ampla, os submetidos aos deslocamentos compulsórios são forçados a aprender outras formas para a convivência e sobrevivência no novo espaço.

Ainda segundo o Relatório, a não observância dos impactos negativos e a falta de compromisso com as medidas prometidas para mitigar os problemas conduzem ao empobrecimento e sofrimento de milhões de pessoas. Os altos custos sociais destes projetos fazem com que, cada vez mais, aumente a oposição à edificação de barragens por parte das comunidades afetadas. O relatório informa, entretanto, que “têm surgido alguns exemplos inovadores de processos de indenização e compartilhamento de benefícios, dando a esperança de que as injustiças do passado talvez possam ser remediadas e as do futuro evitadas.” (Relatório, 2000, *online*).

No Brasil, informa Pontes (2006:113), a construção de barragens já é bastante questionada, inclusive, com mudanças na legislação de forma a garantir compensações nos processos migratórios. O autor assevera que “em alguns Estados brasileiros (Sudeste), já exige tantas compensações e mitigações, que desestimula a construção de barragens, tornando-se, sob a ótica privada, economicamente inviável”. Assim, quando se calculam as vantagens econômicas da obra com o desembolso que se deve realizar para assegurar medidas compensatórias com ações ambientais, assim não é vantajoso para os executores da obra, o que os faz desistir de realizá-la.

Como vimos, na leitura do Relatório da Comissão Mundial de Barragens, anualmente, milhões de pessoas têm suas vidas transformadas em consequência da instalação de grandes projetos de desenvolvimento. Uma das características dos deslocamentos, e que é primordial neste estudo, é a mudança na forma de sociabilidade dos moradores, pois, geralmente, vivenciavam anteriormente um modo de vida rural e quando são confrontados a um projeto de grande porte são inseridos numa outra lógica, que aqui denominarei de

moderna. Concordando com a visão de Marshall Berman (1986), para quem, “ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir, tudo o que temos, tudo o que sabemos e tudo o que somos”. (Pág. 15).

Anthony Giddens também analisa a Era Moderna. Para ele o que separa esta era de outro período é o seu enorme dinamismo: “o mundo moderno é um ‘mundo em disparada’: não só o *ritmo* da mudança social é muito mais rápido que em qualquer sistema anterior; também a amplitude e a profundidade com que ela afeta práticas sociais e modos de comportamento preexistentes são maiores. (2002:22).

Os sujeitos sociais aqui analisados deixaram de vivenciar, em curto período, uma vida de práticas e valores eminentemente rural, onde praticavam a criação de animais nos quintais, lavagens de roupas no rio, pescas ou plantações, contribuindo, para isto, a proximidade do rio Jaguaribe. Ao transpor os limites físicos de uma cidade a outra, estas práticas associadas à sobrevivência tiveram que ser revistas aligeiramente.

Embora a nova cidade traga os benefícios do saneamento básico e de alguns equipamentos sociais não existentes na cidade antiga, lá é incompatível exercer as atividades de sobrevivência da forma que se exercia antes. Assim, a relação com os gêneros alimentícios mudam, pois na nova cidade estes bens, antes abundantes, e produzidos pelos moradores, hoje são comprados.

Em um estudo sobre uma situação de mudança decorrente da construção da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, no rio Paraná, Alves e Justo (2001:206) asseveram que “Apesar do conforto presente na vida urbana, os ribeirinhos ressentem não ter a mesma relação de liberdade e fartura que o espaço rural e ribeirinho permitia”. O estudo aponta para uma situação, percebida em Nova Jaguaribara: normalmente, as pessoas associam o passado a uma situação de fartura e o presente como detentor de um entrave à sobrevivência. A dificuldade é atribuída pelos moradores à cidade moderna, que não permite a forma de trabalho exercida no espaço anterior.

O outro estudo também aponta representações de moradores transferidos que associam o antigo com a fartura e o novo com a escassez, foi o caso analisado da construção de obra hídrica em Nazaré Paulista. “Para esses lavradores, a passagem de uma vida na

fazenda para a vida na cidade também é vista como uma passagem de um momento de fartura pra outro de carência de alimentos.” (RODRIGUES, 1999: 140).

Em Jaguaribara também é comum as pessoas compararem o antigo espaço como um momento de facilidades e a nova cidade como de sobrevivência difícil. É o que podemos perceber nas duas citações de moradoras transferidas. A primeira se reporta à economia que fazia por utilizar água do rio: “[...] Lá, a gente pegava água do rio não pagava um tostão, aqui a gente tem que pagar – Aqui num tem nada de graça, tudo é pago”. (ANA MARIA, 2001). A segunda lembra-se da criação de porcos que ajudava bastante na sobrevivência da família: “Lá tinha cria e aqui não pode criar [...] quem vivia lá, pra conviver era melhor, principalmente a pobreza, porque tinha um chiqueiro de porco para criar, aqui se você for criar porco [...]” (MARIA DAS GRAÇAS, 2001). A terceira moradora, aposentada na nova cidade, também aponta a impossibilidade de criar animais: “Perder o criar, viver só com um salário mínimo é ruim, pois numa precisão era só vender uma ovelha, uma rês [...] se queria comprar uma coisa sem ser a prestação, vendia uma cria”. (ROSA, 2001).

Antônio Cândido⁵⁴ também analisa as consequências da passagem de uma sociabilidade rural para uma urbana em virtude da urbanização ocorrida em São Paulo. Neste estudo, ele identificou o fato de que a vivência no novo espaço fez com que os “caipiras” ingressassem num novo sistema de trocas a que não estavam habituados. Ele compreende isto como um acentuado incremento de dependência.

Trata-se, pois, de um acentuado incremento de dependência, que destrói a autonomia do grupo de vizinhança, incorporando-o ao sistema comercial das cidades. E, ao mesmo tempo, uma perda ou transferência de elementos culturais, que antes caracterizavam a sociedade caipira na sua adaptação ao meio. (...) O homem rural depende, portanto, cada vez mais da vila e das cidades, não só para adquirir bens manufaturados, mas para adquirir e manipular os próprios alimentos. (1982:141-142).

O incremento de dependência é elucidativo para compreender a mudança vivenciada pelos moradores de Jaguaribara, pois eles deixaram de produzir grande parte de sua alimentação, para no novo espaço terem que adquirir os produtos no comércio local. É neste sentido que muitos moradores associam a Jaguaribara antiga como um local de fartura.

⁵⁴A pesquisa foi realizada por Antônio Cândido no período de 1947 a 1954, sobretudo no Município de Bofete, antigo Rio Bonito, no interior de São Paulo, próximo a Botucatu.

O passado de fartura está presente na representação de alguns moradores, conforme percebi quando de uma visita à biblioteca pública em Nova Jaguaribara, em 2008. Na ocasião, presenciei o diálogo de duas moradoras advindas da cidade anterior. Elas narravam que, após a mudança, passaram a sonhar com frequência com a cidade antiga. Nos sonhos, estavam presentes as longas conversas nas calçadas, a prática de debulhar feijão, a colheita de frutas, as caminhadas. As duas reviviam nos sonhos as diversas práticas desenvolvidas na cidade antiga. À medida que as narradoras descreviam os sonhos, mostravam-se admiradas por sonharem com situações semelhantes em relação ao espaço anterior. No que respeita ao fenômeno, Martins esclarece que

A coragem da nossa noite põe diante dos nossos olhos e da nossa consciência a coragem que nos falta durante o dia em face do que nos conforma e nos obriga. A loucura da noite e do sonho denuncia a insanidade do dia e da vigília: a insanidade de um agir conduzido e demarcado por um querer alheio e não interrogado nem questionado. (2000:66).

Martins (2000) interpreta os sonhos como uma denúncia daquilo que incomoda, durante a vigília, aqueles que sonham. Assim, sob este enfoque, compreendemos os sonhos das moradoras mencionadas como uma inquietação inconsciente acerca de um passado, quando possuíam o domínio de suas existências no que concerne à sobrevivência; e de um presente, em que enfrentam limitações para mantê-la. Acredito, também, estar presente nesta manifestação onírica a inquietação pelo rompimento com o passado, por este haver ocorrido de forma compulsória, não deixando escolha aos moradores.

Nestes termos, poderíamos acentuar que os moradores envolvidos acionam as *representações de recuperação* (CÂNDIDO: 1982), imagens do passado que restam nas memórias dos moradores, ao lembrar-se de um tempo de abundância, em virtude, principalmente, da proximidade ao rio, que proporcionava plantações em suas margens, lavagens de roupas, e as pescas. Percebi nos relatos de moradores uma alegria ao lembrarem o tempo da fartura, da facilidade de conseguir alimentos para o provimento do sustento da família.

Em todos os casos relatados, seja em Jaguaribara, ou nos outros estudos aqui citados, as lembranças, da “fartura” e do espaço anterior idealizado, relacionam-se com os problemas causados pelos deslocamentos populacionais, que enseja um grande impacto na forma que os moradores tinham para garantir suas sobrevivências. Para Pontes (2006), além

dos problemas causados na manutenção da família, os deslocamentos compulsórios ocasionam “o enfraquecimento das estruturas comunitárias e das redes sociais, a dispersão de grupos familiares, a perda de identidade cultural, a diminuição da autoridade tradicional e da capacidade de ajuda mútua”. (Pág. 93).

Alves e Justo (2001:201), analisando um caso de deslocamento compulsório, asseveram o grande impacto na vida dos moradores, principalmente nos meios de subsistência:

As atividades realizadas pelos ribeirinhos antes da barragem foram completamente descaracterizadas com a perda do ambiente. A economia era baseada em trabalhos artesanais que exigem pouca qualificação técnica ou grau de instrução formal, mas, por outro lado, dependem de um conhecimento profundo do meio ambiente e de um vínculo estreito com o rio, com a fauna e com a flora ribeirinha.

Em um estudo sobre deslocamento compulsório no Nordeste, Pontes (2006) identificou o fato de que, aliada ao problema da insegurança alimentar, também está presente nestes processos a insegurança hídrica das populações diretamente afetadas pela construção da barragem. Isto porque, a justificativa para a construção de barragem para acumulação hídrica é o desenvolvimento da região, este desenvolvimento deve estar coadunado com a inclusão social, e nada mais justo do que pensar inicialmente nas pessoas que foram deslocadas compulsoriamente para dar lugar ao reservatório. Segundo a autora, “a água para a região Nordeste significa garantia de sobrevivência. Mas a água por si só não garante o desenvolvimento, e mais precisamente o desenvolvimento socialmente justo.” (PONTES, 2006:98).

Os projetos de grande porte para acumulação hídrica sempre ocasionam a remoção daqueles que habitam o local, nada restando aos moradores, senão a saída para outro espaço para dar lugar à grande obra. “O pressuposto desses projetos é, portanto, a remoção irreversível das populações dos lugares onde vivem, desprovendo-os das condições sociais e econômicas das quais elas necessitam para produzir a sua sobrevivência”. (RODRIGUES, 1999: 31). Em vários estudos, inclusive neste que desenvolvi em Jaguaribara, encontramos relatos de pessoas impedidas de usufruir da água do manancial. Por exemplo, no reassentamento de Mandacaru, em Jaguaribara, os moradores foram impedidos por diversos anos de utilizar a água do Canal da Integração que passava dentro do local.

Ribeiro (1991:105), analisando o projeto da hidrelétrica de Yacyretá⁵⁵, concluiu que “um grande projeto rearranja a organização espacial previamente existente no local ao criar configurações espaciais ajustadas as suas próprias necessidades produtivas”. A implantação destes projetos enseja, visivelmente, um grande desconforto para os deslocados.

Entende Martins (1993 *apud* RODRIGUES, 1999:32) que, nesta situação,

Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que tem de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade.

Outro problema que, de forma ampla, enfrentam os transferidos, é a delonga nas indenizações, ou seja, a demora de um consenso sobre quanto vale a terra. Geralmente, a construção destas obras se estende por muitos anos e, durante este período não há uma atualização do valor das terras. No caso de Jaguaribara, ainda hoje, se arrasta a negociação da população com o Poder Público para que sejam restituídos os valores devidos aos moradores pelas terras inundadas por conta da implantação do açude.

Vejamos a temática das desapropriações / indenizações, analisada por Pontes (2006), sobre o caso do Município de Jaguaribara:

A população do município de Jaguaribara, diretamente atingida pela Barragem do Castanhão no Estado do Ceará, através do Grupão, sempre lutou para garantir uma proporcionalidade. Mas como não existe amparo legal, nunca houve acordo. No ano de 2001, o Ministério Público Federal, atento a esta problemática, apresentou uma proposta de acordo: cada R\$ 5,00 pagos para as obras, seria pago R\$ 1,00 para as desapropriações. (PONTES: 2006: 116).

Mesmo tendo sido estabelecido pelo Ministério Público Federal a proporcionalidade mencionada pela autora, como forma de indenizar os desapropriados em Jaguaribara, o problema não foi solucionado, considerando que ainda se arrastam nas defensorias públicas (estadual e federal) pedidos referentes a indenizações de moradores prejudicados com a demora na liberação dos recursos e pela falta de consenso em relação ao valor das terras. As reivindicações também incluem pedidos para a execução de projetos de reassentamentos ou conclusão daqueles em curso.

⁵⁵ A Hidrelétrica de Yacyretá constituiu-se de um projeto binacional executado na década de 1980, envolvendo os países Argentina e Paraguai.

Na tentativa de fazer valer os direitos da população e cobrar ao Estado promessas não cumpridas, representantes da Comissão Pastoral da Terra e Movimento dos Atingidos por Barragens organizaram, em Nova Jaguaribara, em dezembro de 2010, uma reunião com representantes das Defensorias do Estado do Ceará e da União. A tônica do encontro foi a discussão sobre os benefícios não recebidos pelos impactados com a construção da Barragem do Castanhão, mesmo após sete anos da mudança dos moradores para a nova cidade. Sobre a temática, observe-se a notícia a seguir:

O processo de construção da barragem foi marcado por inúmeros conflitos com as comunidades locais desde o início. Ainda hoje, sete anos após a conclusão, 390 pessoas cadastradas não receberam seu kit construção e 105 foram excluídas desta forma de indenização (os kits eram entregues pra quem não queria ir para o assentamento); ausência de escritura pública para 403 beneficiários e ainda titulação de lotes, construção de casas, indenização de propriedades e outras pendências. Nos últimos anos, algumas casas são atingidas pelas águas que saem das comportas abertas. Há pendências, ainda, nas obrigações do Estado com a construção de projetos de irrigação nas comunidades do entorno. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, dezembro de 2010).⁵⁶

Além dos representantes dos referidos movimentos e dos defensores, estiveram presentes, à referida reunião vereadores, prefeitos e secretários dos municípios atingidos. Com efeito, os moradores buscam, junto ao Poder Judiciário, que seus direitos sejam resguardados.

A questão dos direitos dos deslocados também é alvo de estudo, envolvendo as grandes obras hídricas. Normalmente, os moradores são transferidos por determinação do Estado e, paradoxalmente têm que recorrer a este para fazer valer seus direitos. Pontes (2006), que enfoca o problema em tela no seu estudo, questiona como transformar os “sem água” em beneficiários do projeto. Acrescento, aqui, que, além de “sem água” (a falta do rio), os atingidos também perdem a sociabilidade anterior, tendo que reconstituí-la no novo espaço.

O modo de vida é refeito com muita luta, por meio da elaboração de outras formas para a convivência com a vizinhança, a manutenção da sobrevivência, o lazer, os percursos diários. O refazimento cotidiano é sempre referido pelos moradores, tecendo uma contraposição com o modo de vida na antiga cidade. Os moradores acionam a memória e buscam formas sociais do passado para ressignificar as do presente, desenvolvendo assim

⁵⁶ Disponível em http://cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=504%3Aatingidos-pela-barragem-do-castanhao-cpt-e-movimentos-sociais-participam-de-audiencia-publica-&catid=12%3Aconflitos&Itemid=54. Acessado em 29 de dezembro de 2010 às 22h23min.

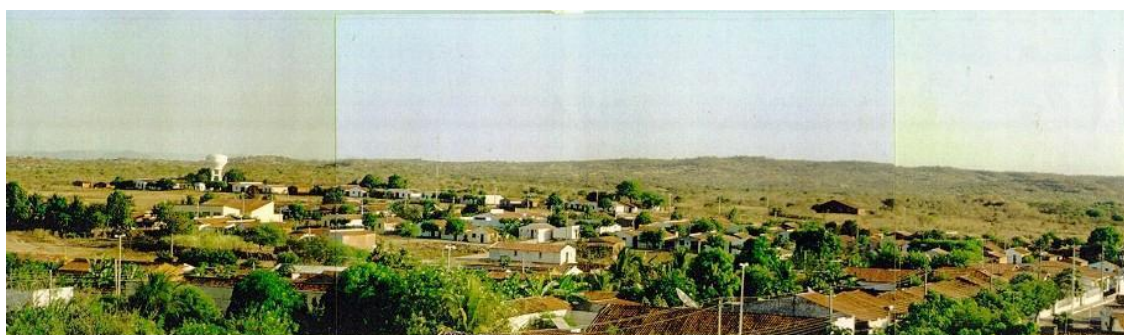
representações de restauração. E podem, com o decorrer do tempo, também desenvolver *representações de superação*, aceitando totalmente a nova vida. (CÂNDIDO, 1982).

Nestes termos, a mudança social aparece aliando características do passado, da sociabilidade anterior, com os fatores de transformação existentes na nova cidade. Como sugere Schiling (1996), no âmbito desta dinâmica não existe uma substituição mecânica dos padrões anteriores, mas uma redefinição dos incentivos tradicionais, mediante o ajustamento dos velhos padrões ao novo contexto social.

De uma cidade histórica e construída ao longo de alguns séculos, os moradores migraram para uma cidade recém-edificada, em consequência da submersão da cidade anterior. A mudança vivenciada por estas pessoas tem diversas nuances: a mudança física em relação ao espaço geográfico e à estrutura da cidade, e a mudança no modo de vida ligada à vizinhança, aos trajetos diários, ao lazer e ao trabalho. Com o intuito de esclarecer sobre a sociabilidade que os moradores compartilhavam na antiga cidade e o atual modo de vida na nova cidade, descrevo a seguir as características da antiga e da Nova Jaguaribara.

5.1 JAGUARIBARA: O TERRITÓRIO ALAGADO

Jaguaribara, hoje, se encontra sob as águas da barragem do Castanhão. O Município localizava-se⁵⁷ a 283 km de Fortaleza e era acessado pela BR 116, ou pela CE 262 (SDU, 1996); ligava-se por uma estrada municipal a Jaguaretama através de uma passagem molhada no rio Jaguaribe. O Município possuía uma área de 731 km², limitava-se ao norte com o Município de Alto Santo, ao sul com Jaguaribe, ao leste com Iracema e ao oeste com Jaguaretama. Jaguaribara situava-se à margem direita do rio Jaguaribe.



Fotografia 1: Visão aérea da zona urbana de Jaguaribara
Fonte: Montenegro, 2006

⁵⁷ Refiro-me à Jaguaribara com o verbo no passado, considerando que a cidade não existe mais.

O Município situava-se no sertão central, caracterizado por um clima quente e seco e irregularidade das precipitações pluviométricas. Estes atributos dificultavam o desenvolvimento da agricultura e pecuária no local. Os recursos hídricos amenizavam os problemas dos efeitos do clima, garantindo água e terra fértil em suas vazantes. Compunham os mananciais, principalmente, o rio Jaguaribe, e pequenos açudes⁵⁸ que ajudavam na manutenção da subsistência no território jaguaribarense. As águas do rio Jaguaribe passavam dentro do Município, inclusive, na zona urbana; sua existência foi preponderante para a ocupação do espaço.

A formação do Município de Jaguaribara⁵⁹ remonta ao final do século XVII, no período do Brasil-colônia. Naquela época, o espaço físico no qual se levantou o Município era denominado Santa Rosa e o seu povoamento surgiu quando da implantação, no local, de uma fazenda destinada à criação de gado.

A ocupação do território do Município foi permeada de embates, pelo fato de, no local, já residir uma tribo indígena que não aceitou passivamente dividir o espaço com os criadores de gado. Os novos ocupantes, não conseguiram vencer inicialmente a resistência dos índios, motivo que os fez ir residir em Cascavel, próximo a Fortaleza, em 1694, só retornando, anos mais tarde, quando a resistência indígena foi vencida.

No século XVII, em 31 de outubro de 1824, o povoado foi palco de um embate relevante na história do Ceará e de outras províncias do Nordeste. O movimento separatista denominado Confederação do Equador⁶⁰ culminou com uma luta no local entre tropas imperiais e integrantes do Movimento para um Nordeste independente. No embate foi assassinado o líder do movimento no Ceará, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, cearense nascido no Cariri. No local onde o líder foi abatido, ergueu-se um marco em sua homenagem, conforme imagem fotográfica a seguir.

⁵⁸ Segundo Relatório do SEBRAE (2002), as principais fontes hídricas da região, além do rio Jaguaribe, são seus afluentes: córrego do Peba, córrego da Várzea, riacho do Velame, riacho do Junqueiro, riacho do Foveiro, riacho do Manoel Lopes e rio do Sangue. Ainda compunha a reserva hídrica da região: açude público do Velame, açude Amargoso, açude Recanto, açude Caiçara, açude do Gamão, açude Gafanhoto e outros.

⁵⁹ Ver mais em Silva (1999), Santos (1999) e SEINFRA (1996).

⁶⁰ Movimento revolucionário que uniu Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Tinha como proposta a separação do Império e a instalação de uma república que seria chamada Confederação do Equador. Disponível em: www.infoescola.com. Acessado em 03.09.11.



Fotografia 2: Monumento a Tristão Gonçalves.
Fonte: arquivo da autora, 2000.

Até 1943, o povoado continuou com o nome de Santa Rosa, quando, pela Lei 1.114 de 30 de dezembro do referido ano, foi alterado para Jaguaribara, em homenagem à tribo indígena de mesmo nome que habitava o local no período da ocupação. A elevação de Jaguaribara, da categoria de Distrito para Município, ocorreu em 1957, por meio da Lei nº 3.550. O novo município, Jaguaribara, era, até o momento anterior à lei, Distrito de Jaguaretama.

De acordo com o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - (2000 *apud* SEBRAE, 2002), Jaguaribara, possuía no ano 2000 uma população de 8.730 habitantes, dos quais 3.539 residiam na zona urbana (40,53%) e 5.191 na zona rural (59,46%), apresentando uma densidade demográfica de 10,56 habitantes por km². Observe-se na tabela a seguir o crescimento da população, desde a década de 1950, período da elevação do distrito a município até o ano 2000.

TABELA 1 - CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO

ANOS	%
1950/1960	64,1%
1960/1970	28,91%
1970/1980	6,7%
1980/1991	5,0%
1991/2000	13,07%

FONTE: SDU (1996) e SEBRAE, 2002.

Conforme dados da tabela 1, representados no gráfico 1 a seguir, entre as décadas de 1950 a 1960, a população cresceu 64,1% e, na década de 1960 a 1970, houve um crescimento de 28,9%. No período subsequente, verificou-se um decréscimo no número de habitantes, quando comparado com as décadas anteriores. Como exemplo: entre 1970 e 1980, a população só aumentou 6,7% e entre 1980 e 1991, o aumento ficou em 5,0%, ou seja, um crescimento bem inferior às décadas anteriores. Segundo o relatório da SDU (1996) o decréscimo pode ser explicado pelas primeiras notícias sobre a construção do açude Castanhão foram propagadas neste período. Já em relação ao período entre 1991 e 2000, a população voltou a crescer, fenômeno que pode ser explicado pela criação de postos de trabalho nas obras do Castanhão.

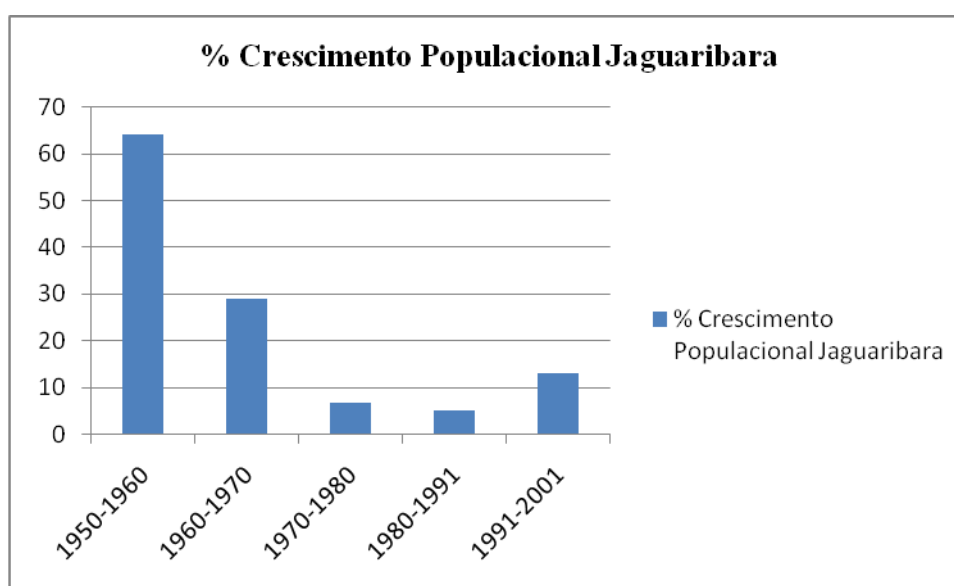


Gráfico 1 - Crescimento anual da população de Jaguaribara entre 1950 e 2000
Fonte: SEBRAE, 2003

A população de Jaguaribara distribuía-se ao longo do Município da seguinte forma, na zona urbana, residiam no centro e nos bairros: Alto da Balança, Vila São Vicente e Conjunto Força do Povo. Outros residiam no único distrito, denominado Poço Comprido, que se situava no extremo norte do Território municipal, à margem esquerda do rio Jaguaribe, a 18 km da Sede. O restante da população rural morava em diversas localidades no território do Município.

Na zona urbana, (área nobre) da cidade concentravam-se as casas maiores, as quais apresentavam variações de formas e requintes arquitetônicos. As demais residências possuíam características semelhantes, fachadas sem recuo, conjugadas, com suas janelas e portas diretamente nas calçadas, telhado alto, corredor, e banheiro no quintal ou próximo à cozinha. A variação se expressava nas cores ou em detalhes elaborados por seus moradores. (SDU, 1996).

A cadeira de balanço era um traço marcante em Jaguaribara, e as calçadas, o local mais apropriado para colocá-las, o sentar se dava num misto de descontração e interação para os que ali permaneciam; ao mesmo tempo em que desfrutavam da brisa vinda do rio Jaguaribe, usufruíam das conversas com os conhecidos.



Fotografia 3: Casas maiores localizadas em frente à Igreja de Santa Rosa de Lima. As conversas nas calçadas, embaladas pelas cadeiras de balanço.
Fonte: Arquivo da autora, 2000

Outro ponto de encontro no Município era a praça Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, localizada vizinho à igreja Santa Rosa de Lima, local onde se encontravam amigos, namorados e conhecidos que a frequentavam. Nessa praça, aconteciam as comemorações do município, o *reveillon*, ou passagem de ano. O evento era organizado pela Prefeitura local, que contratava bandas de forró por ocasião da festa; reuniam-se ali muitos moradores da Sede, Distrito, zona rural e jaguaribarenses que residiam em outros municípios e estados e que, nesse momento, vinham participar da confraternização com membros familiares e amigos.



Fotografia 4: Igreja Matriz de Santa Rosa de Lima vista de fora e dentro (altar).
Fonte: Arquivo da autora, 2000

Numa caminhada por Jaguaribara, em 1999, em pesquisa exploratória, notei que na parte central, localizavam-se as casas maiores, a Igreja Matriz e o mercado. Ao afastar-me do Centro, avistei casas menores e modestas que ficavam no "lado pobre" da zona urbana, sendo a maioria delas de taipa. Nessa parte, inexistia pavimentação nas ruas, e antes havia muito mato e poças de lamas; cercas com roupas estendidas; gaiolas com passarinhos, dependuradas nas frentes de algumas casas. O ambiente era bem animado com sons de vários rádios ligados ao mesmo tempo, contrastando músicas diversas; muito barulho. No pequeno espaço que separava uma porção da outra da cidade percebia-se a grande diferença social entre ambas.



Fotografia 5: Casas menores e sem acabamento.
Fonte: Arquivo da autora, 2000

Vale ressaltar que, nos últimos anos de existência de Jaguaribara no espaço anterior, os imóveis tinham cores opacas, vítimas da ação do tempo, e não eram restaurados, em razão da expectativa da mudança. Assim, mesmo aqueles moradores que tinham vontade e poder aquisitivo, não realizaram mais reformas ou reparos em suas casas.



Fotografia 6: Visão das casas conjugadas e sem reparos.
Fonte: Arquivo da autora, 2000

Em uma das conversas com moradores na antiga cidade, um comerciante relatou que desejava que a mudança ocorresse logo, pois “desde que começou as obras do açude, o comércio local parou” e, como se tratava de uma loja de materiais para construção, ele acrescentou que “as pessoas não se interessavam mais em reformar suas casas, já que estas seriam demolidas”. (PROPRIETÁRIO de comércio de material de construção, 2000).

Associado à estagnação das obras ou reformas na antiga cidade, vale ressaltar o êxodo causado pela situação de impasse. Segundo dados da SEINFRA (*apud* SEBRAE, 2002), entre 1980 e 1991, houve um decréscimo da população. Sobre a situação, uma

moradora se pronuncia durante uma audiência pública na SEMACE, no dia 04 de dezembro de 1990:

Para nós da população de Jaguaribara, o projeto de construção da barragem do Castanhão vem provocando os seguintes impactos: - estagnação do desenvolvimento sócio-econômico do município; - falta de investimentos na área da saúde, saneamento básico, educação, moradia, eletrificação rural, agricultura e pecuária; êxodo de muitas famílias para os grandes centros urbanos (Fortaleza e São Paulo), aumentando assim, o número de marginalizados nestes centros; - medo e angústia de perder o pouco que se tem, pois o exemplo de outras barragens não é animador, e isto vem provocando traumas e mortes de muitos moradores; - desintegração de muitas famílias e comunidades.⁶¹

Na fala da moradora encontra-se uma descrição de como ficou o Município com a notícia da mudança, sem investimentos. A população enfrentou a angústia da incerteza em relação ao modo de vida na nova cidade, gerando, inclusive, a mudança para outros municípios e até para metrópoles. A desestruturação econômica foi um fenômeno vivenciado no Município pela população e acompanhado por alguns órgãos governamentais, que visavam propor uma reestruturação produtiva para a nova cidade.

A atividade agropecuária era umas das principais fontes de renda dos moradores, baseada na exploração de culturas de subsistência e na pecuária extensiva. Destacava-se, como principal atividade agrícola, a cultura do feijão, plantado principalmente nas vazantes e ilhas do Rio Jaguaribe. Também se plantavam milho, arroz, batata-doce e algodão. Já a atividade pecuária desenvolvida no Município era a criação de rebanhos bovinos, equinos, caprinos, suínos, ovinos e aves.

Na agricultura, vários moradores da zona urbana estavam envolvidos. Em relação às características destes trabalhadores, um relatório do SEBRAE (2002) destacou alguns dados relevantes sobre estes trabalhadores⁶²:

87% dos entrevistados eram do sexo masculino; Aproximadamente 50% possuem no máximo 45 anos de idade; 48% acessam a terra que utilizam para trabalhar através do sistema de parceria; 53% não possuem qualquer habilidade para trabalhar em outro tipo de atividade diferente da agricultura; 58% não possuem outros rendimentos diferentes do obtido com a agricultura. (Pág. 05).

⁶¹ Fala da moradora Raimunda de Souza Brito constante na obra *Castanhão: do sonho à realidade*, do autor Francisco Pardaillan Farias Lima.

⁶² Os dados mencionados no Relatório do SEBRAE é fruto de uma pesquisa *in loco* realizada pela SEINFRA.

Os agricultores urbanos mencionados compõem um dos grupos de trabalhadores cujos modos de vida analiso na nova cidade. Hoje muitos deles estão envolvidos no projeto de piscicultura.

A economia de subsistência em Jaguaribara sustentava-se também na pesca com tarrafas no rio Jaguaribe e noutros pequenos açudes, atividade que absorvia parte da população masculina. Essa prática assegurava a esses homens e suas famílias uma alimentação diária, bem como pequenas quantias em dinheiro advindas da venda dos peixes, de porta em porta, aos moradores na Sede.

Outra fonte econômica do Município era a apicultura, mediante a produção de mel de abelha italiana que era comercializado em outros municípios e estados. Outra atividade que gerava renda, e que se encontrava mais presente no universo feminino, era o artesanato. Nesta ocupação, várias mulheres teciam redes de “sol a sol”, adornadas com varandas de crochê, e ainda colchas, toalhas com bordados.

Segundo dados do SEBRAE de 2002, Jaguaribara, em 1998, contava com 14 estabelecimentos em funcionamento, sendo 12 deles indústrias de transformação de produtos alimentares, principalmente, destinadas à produção de derivados do leite.

Em relação aos estabelecimentos comerciais, segundo dados do IPLANCE, em 2000, Jaguaribara contava com um total de 106, sendo, aproximadamente, 65% de comércio varejista de produtos alimentícios. Segundo dados do SEBRAE (2002), a maioria dos comércios era de pequenas bodegas e, em menor quantidade, bares, oficinas, padarias e farmácias. O referido relatório destaca que eram empresas familiares.

As pesquisas demonstradas sobre nível instrucional e ocupacional da população serviram como balizadores para a proposição de políticas públicas para a inserção destas pessoas em atividades produtivas na nova cidade. Os dados também ajudam na compreensão sobre os três grupos de trabalhadores privilegiados nesta pesquisa em relação à mudança nos seus modos de vida, destacando, principalmente, o trabalho na nova cidade.

A população de Jaguaribara iniciou a mudança para o novo espaço a partir em julho de 2001. Após a transferência dos moradores, as edificações foram todas destruídas por tratores. As imagens deste momento foram registradas no vídeo: *Jaguaribara*, pelos caminhos da memória, produzido pelo Instituto de Memória do Povo Cearense – IMOPEC. Observe-se

a seguir uma imagem fotográfica da destruição da igreja matriz e outra mostrando duas ruas após a mudança, em pouco tempo coberta por vegetação nascida em cima dos escombros da cidade destruída.



Fotografia 7: Igreja Matriz sendo destruída.

Fonte: IMOPEC, 2001.



Fotografias 8 e 9: Ruas de Jaguaribara após a demolição.

Fonte: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/07/259877.shtml>

Sobre o significado da demolição da cidade antiga para os moradores e a vida na nova cidade, Irmã Bernadete esclarece que

A demolição, ela significa assim para o povo, enterrar muita coisa que era importante na vida deles. O sentimento em relação a lugares, as tradições familiares. A cultura do povo, aquela roda de conversa nas calçadas. Aqui a própria construção da cidade que é mais moderna, fica mais ventilada e tudo. Mas provoca um pouco de isolamento, porque aqui a população foi acostumada a quando saía na calçada já estava na casa do vizinho. É aqui esses terrenos maiores, esses lotes maiores, favorece a qualidade de vida, mas ainda está dificultando o processo de comunicação⁶³.

Com a destruição de todos os imóveis, e o subsequente alagamento do território, Jaguaribara deixou de existir fisicamente, inclusive no mapa do Ceará, que passou pelas alterações. O município, entretanto, permanece na memória de muitos jaguaribarenses até hoje, dez anos após a mudança.

Como forma de preservar a memória do Município, um equipamento social importante para ligar o passado ao futuro, foi criada ainda em Jaguaribara, depois transferida para o novo espaço, a Casa da Memória. As informações acerca da constituição, significado e funcionamento da Casa da Memória, bem como sobre a organização da nova cidade, estão no próximo tópico.

5.2 NOVA JAGUARIBARA: A CIDADE PLANEJADA

Nova Jaguaribara, cidade construída para receber a população deslocada compulsoriamente do Município que foi submerso, foi projetada com casas padronizadas, ruas e calçadas geometricamente definidas dentro de uma lógica urbana. A cidade possui saneamento básico; as casas foram construídas com recuos laterais, frontais e nos fundos, possibilitando a circulação de ar e iluminação natural; são dotadas de instalações elétricas, telefônicas, hidráulicas e sanitárias. A cidade é a primeira planejada no Estado do Ceará com cobertura total de serviços de saneamento básico.

⁶³ Fala retirada do vídeo: *Jaguaribara, pelos caminhos da memória*. (IMOPEC,2001).



Fotografia 10: Foto aérea Nova Jaguaribara
Fonte: Governo do estado do Ceará. 2002

A cidade conta com uma grande zona urbana, inicialmente a cidade foi projetada para beneficiar oito mil pessoas, entretanto estava previsto no projeto da cidade que sua ocupação plena agregaria um total de 15 mil famílias, cerca de 75 mil habitantes. A SEINFRA estimou que este contingente populacional fosse alcançado até o ano de 2010. (PEROTE, 2006). Para a autora, os fatores que definiriam este crescimento urbano são: a implantação de projetos de irrigação, com capacidade de oferecer 15 mil empregos diretos e indiretos, desenvolvimento de atividades turísticas na região do açude, o trabalho na piscicultura e a implantação de indústrias.

Vale ressaltar que a população em 2010 ficou muito aquém deste quantitativo projetado. Os projetos de irrigação não se desenvolveram na proporção esperada. Alguns, como exemplo, o Reassentamento Mandacaru, foi readaptado para um projeto de produção de vacas leiteiras; não houve nenhum investimento na área de turismo e nenhuma indústria foi implantada no local até o final desta pesquisa.

Segundo dados do IPECE (2010) a população residente na nova cidade, no ano de 2007, era composta por 9.780 habitantes, sendo moradores da zona urbana 6.415 (65,59%) e na zona rural 3.365 (34,41%); destes, 4.923 (50,34%) homens e 4812 mulheres (49,20%).

Relativamente à distribuição demográfica na nova cidade, percebemos uma grande alteração no número de moradores residindo nas zonas rural e urbana, conforme representação no gráfico 2. Observe-se que os valores referentes ao ano 2000 estão relacionados à antiga cidade, considerando que o processo de transferência só é iniciado em

julho de 2001. Já os valores relacionados a 2007 representam o contingente populacional no novo espaço, seis anos após a mudança.

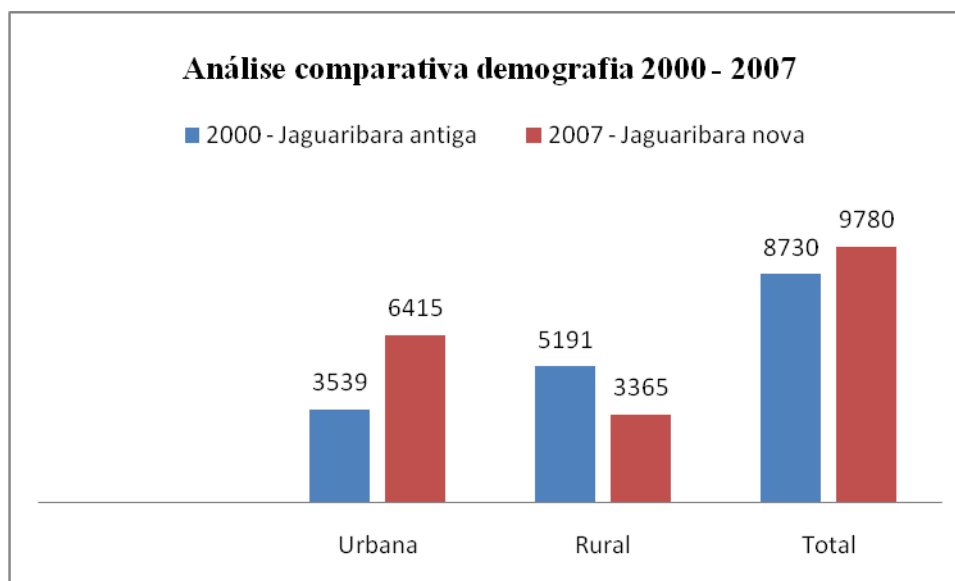


Gráfico 2 – Análise Comparativa Demográfica entre 2000-2007
Fonte: SEBRAE, 2003 / IPECE (2010).

Os dados representados no gráfico 2 mostram substancial alteração na proporção dos moradores distribuídos nas zonas rural e urbana. Observe-se que, em 2000, na antiga cidade, 3539 habitantes residiam na zona urbana e, em 2007, o número aumentou para 6415 habitantes, ou seja, houve um aumento de 81,27% de moradores na zona urbana em sete anos. Neste mesmo período, a população da zona rural decresceu 35,18%.

O aumento da taxa de urbanização e decréscimo da população do meio rural é um fenômeno que se explica pela forma como foi projetado o Município no novo espaço, com extensa área urbana que abrigou antigos moradores da zona urbana do território alagado, moradores do Distrito de Poço Comprido e ainda habitantes “sem terras” que viviam da agricultura e que estavam em idade para requerer aposentadoria. No tocante à diminuição da zona rural, observou-se que vários donos de terras indenizados no período anterior à mudança adquiriram terras em municípios vizinhos⁶⁴, pois em Nova Jaguaribara não estava prevista no seu projeto uma extensa área rural como no lugar anterior. Somente alguns projetos de reassentamento foram propostos, mas com um espaço territorial bem inferior daquele existente no antigo espaço.

⁶⁴ Segundo um relatório do SEBRAE (2000), muitos jaguaribarenses indenizados adquiriram terras nos municípios de Limoeiro do Norte, Solonópole, Horizonte, Jaguaribe, Jaguaratama e Russas.

Distribuição espacial dos moradores no novo espaço

A construção da cidade, bem como sua ocupação, foram orientadas por um plano urbanístico denominado “Projeto Nova Jaguaribara”, de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura do estado do Ceará - SEINFRA. Os imóveis destinados aos transferidos variaram entre cinco tamanhos e três modelos para unidades de usos residenciais que foram permutadas. O tipo do imóvel foi escolhido pela pessoa transferida, mas, quanto ao tamanho, seguiram-se os critérios à frente delineados:

- imóveis com área construída até 50,00m², foram permutados por imóveis de 50,00m²;
- imóveis com área construída entre 50,01m² e 75,00m² foram permutados por imóveis de 75,00m²;
- imóveis com área construída entre 75,01m² e 100,00m² tiveram direito a permuta por um imóvel de 100,00m²;
- imóveis com área construída entre 100,01m² e 125,00 m² foram permutados por imóveis de 125,00 m²;
- imóveis com área construída acima de 125,01m² foram permutados por imóveis de 150,00m². Aos proprietários desta categoria que possuíam imóveis com área superior a 150m² foi garantida a indenização pela área excedente.⁶⁵

Na nova cidade, as áreas de moradia foram organizadas⁶⁶ a partir da igreja matriz de Santa Rosa de Lima. Assim, na parte central, ao lado da igreja, foi construído o Centro Administrativo (com Prefeitura, suas secretarias e demais órgãos) e, a partir daí, foi sendo organizada a vizinhança, atendendo também a pedidos de pessoas que queriam fazer algum tipo de deslocamento da residência, em relação à morada anterior, por exemplo, para ficar vizinho a um filho, ou de outros integrantes familiares.

⁶⁵ Dados constantes no Plano de Mudança (outubro/2000) - Governo do Estado/SEINFRA.

⁶⁶ O trabalho de conscientização da população, mudança e organização dos espaços foi feito pela Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), órgão do Governo do Estado do Ceará.



Fotografia 11: Organização espacial de Nova Jaguaribara.

Fonte: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/07/259877.shtml>



Fotografia 12: Organização espacial de Nova Jaguaribara.

Fonte: Arquivo da autora, 2003.

Como se vê nas fotos mostradas, as casas novas têm modelos similares e os tamanhos variam muito pouco, entretanto, verifiquei que, em pouco tempo, os moradores foram modificando as residências, dando-lhes características peculiares de acordo com o gosto e o poder aquisitivo de cada família. Sobre o tema, observem-se as fotos a seguir.



Fotografia 13: Modificação das casas.
Fonte: Arquivo da autora, 2003.



Fotografia 14: Modificação das casas.
Fonte: Arquivo da autora, 2003.

Para abrigar os moradores que residiam em casas cedidas ou alugadas na cidade anterior, foi construído em Nova Jaguaribara o bairro Mutirão⁶⁷. No local, as casas são pequenas e conjugadas, viabilizando a manutenção do hábito antigo de colocação de cadeiras nas calçadas, inclusive as cadeiras de balanço, e a conversa entre vizinhos ao anoitecer. Para

⁶⁷ O Mutirão recebeu este nome porque, inicialmente, a proposta do Governo era de que as casas fossem construídas em regime de mutirão pelos moradores de Jaguaribara, entretanto, devido a distância de um espaço a outro, 50 km e a dificuldade para manter um transporte diário para os moradores se deslocarem, o Governo optou por contratar trabalhadores para a construção dos imóveis. As casas possuem 36 m² em lotes de 180 m², conjugadas, de 10 a 10.

uma moradora transferida, a possibilidade de continuidade do hábito faz o local se assemelhar a Jaguaribara antiga. É o que está expresso em sua fala, ao opor o Mutirão à parte central da nova cidade: “aqui a gente senta nas calçadas, conversa. O Mutirão é Jaguaribara, o outro lado é cidade grande”. (EDVALDA, 2003). Diferente da disposição dos imóveis no Mutirão, em sua maioria, as outras casas são separadas e circundadas por muros, dificultando o contato direto entre vizinhos.



Fotografia 15: Mutirão - casas conjugadas e conversas na calçada
Fonte: Arquivo da autora, 2003.



Fotografia 16: Mutirão - casas conjugadas e conversas na calçada
Fonte: Arquivo da autora, 2003.

Posteriormente, em decorrência demanda de moradores por casas⁶⁸, foi edificado o Habitar Brasil, também destinado ao público que não tinha a propriedade do imóvel na cidade anterior. Na cidade também foi construído o bairro Poço Comprido, destinado às pessoas transferidas do Distrito que tinha o mesmo nome na antiga Jaguaribara.

⁶⁸ Segundo entrevistas realizadas em Nova Jaguaribara, inclusive, com uma religiosa local que acompanhou de perto as negociações (sobre a construção da nova cidade) com técnicos do governo: “A notícia de ganhar um imóvel na nova cidade atraiu vários jaguaribarenses que residiam em outros municípios ou Estados”.



Fotografia 17: Conjunto Habitacional Habitar Brasil.
Fonte: Arquivo da autora, 2003.

Para abrigar moradores oriundos da zona rural que optaram por morar na zona urbana, foram construídas, pelo IDACE⁶⁹, várias casas na Cidade Nova. Constituiu-se, como critério de seleção nesta área da cidade, o interessado não ter como atividade principal a agricultura, exercida diretamente onde morava, ou ser aposentado. O motivo das exigências se justificava, devido, na nova cidade, os moradores não poderem mais exercer atividades agrícolas. Grande parte dos que, residindo no campo, praticavam agricultura, o faziam em terras de outros, uma vez que não eram proprietários. Com a mudança, parte dessas terras foi inundada; além disso, a área foi desapropriada e os donos adquiriram propriedades alhures. Nesse caso, tornou-se, de fato, inviável, para esses “sem terras”, a continuidade na prática de agricultor, o que foi decisivo para optarem pela zona urbana de Jaguaribara.

Para acomodar moradores procedentes de sítios e localidades rurais, e que geralmente residiam e trabalhavam em terras de terceiros, foram construídos, perto da nova cidade, diversos reassentamentos.

Para abrigar os moradores da zona rural que não eram os proprietários das terras, ou possuíam pequenas terras, foram projetados em Nova Jaguaribara alguns reassentamentos, com tamanho proporcional ao número de famílias que deveriam ser transferidas. De acordo com Monte (2005), os projetos distribuíram-se da seguinte forma:

⁶⁹ Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará.

Quadro 1: Relação de Reassentamentos em Nova Jaguaribara

Projetos de Sequeiro	Área	Número de famílias
Barra II	991,98 há	16 vindas da região do Castanhão e mais 03 assentadas pelo DNOCS
Belas Flores	773 há	12 famílias
Sossego/Contendas	2587 há	68 famílias
Projeto Especial	Área	Número de famílias
Agrovila Mineiro	Não consta	44 famílias
Projetos de Agricultura Irrigada	Área	Número de famílias
Alagamar	03 ha por família	101 famílias
Mandacaru	03 ha por família	179 famílias
Curupati	03 ha por família	153 famílias

Fonte: Adaptado pela autora com base em dados constantes em Monte (2005)

A população da zona rural não foi transferida concomitantemente com os habitantes da zona urbana em 2001, mas conforme a conclusão dos projetos, que demandou tempo e muito desgaste para os relocados. Para uma visão pormenorizada sobre a transferência e acomodação das famílias nos projetos de reassentamento, ver Monte (2005).

Em relação aos habitantes da zona urbana, que se mudaram em 2001, aos poucos foram se acomodando no novo espaço, alguns mais resignados, outros visivelmente contrariados, mas, em razão da certeza da irreversibilidade do processo, tiveram que buscar se adaptar ao novo espaço.

Com o desaparecimento do lugar anterior sob as águas do Castanhão, uma ação dos moradores, juntamente com o Instituto de Memória do Povo Cearense – IMOPEC, foi a manutenção da memória do Município submerso, por meio da criação da Casa da Memória. Este espaço de lembranças foi criado ainda na cidade antiga, tendo sido inaugurado em agosto de 1998. No território anterior do Município a Casa funcionou inicialmente em uma mercearia cedida por uma moradora, mudando-se, depois, para um imóvel alugado pelo IMOPEC.

Juntamente com os moradores, a Casa da Memória foi transferida para o novo espaço em 2001. Atualmente o local é aberto a visitação de segunda a sexta-feira, nos turnos manhã e tarde e, esporadicamente, aos finais de semana, quando os interessados em visitá-la contatam com antecedência o coordenador. (Dados da pesquisa de campo de 2008). De acordo com o coordenador da Casa, o espaço é muito visitado, por turistas e estudiosos de

vários estados e países. Em decorrência da mudança, a cidade passou a ser objeto de curiosidade de muitas pessoas.

O acervo da referida casa foi constituído por objetos pessoais doados pelos moradores: fotografias, roupas, utensílios da agricultura e domésticos; e alguns rádios e aparelhos televisores bem antigos. Sobre o significado das doações para a Casa da Memória, um morador se pronuncia:

Aprendi que todo objeto traz um significado. O que é mais importante é ver que as famílias contribuem com responsabilidade, com a vontade de ter uma foto, uma peça representando sua família. O meu crescimento foi em cima disso: saber receber o que as pessoas consideram como velho, mas aos meus olhos eu vejo como novo. (ENTREVISTA constante em IMOPEC, 2003).

Na nova cidade, a Casa da Memória auxilia na manutenção da identidade dos moradores, fortalecendo, assim, a memória coletiva. De acordo com Norbert Elias (1984:182), a continuidade de um grupo se dá, também, por meio da memória, ou seja, (...) “na transmissão das lendas, da história, da música e de muitos outros valores culturais, é em si uma das funções de sobrevivência desse grupo”.

A Casa da Memória constitui artifício importante para a rememoração da cidade anterior, uma forma de os moradores relembrem suas vidas no espaço antigo, mas também é a maneira de aprendizado para os mais jovens, que aprendem com os mais velhos sobre a história da cidade. Para aprender sobre determinado objeto, seu valor cultural, sua história, os jovens buscam esse conhecimento com as gerações precedentes.

A mudança do Município de um espaço a outro foi acompanhada com cuidado pelos técnicos do Governo para a promoção de uma mudança “tranquila”; a Igreja Católica, ao mesmo tempo em que suscitou e liderou a participação popular, ajudou a apaziguar os ânimos, e a Casa da Memória, por meio do IMOPEC, garantiu a manutenção da história do local. Mesmo com todas estas ações que tiveram a intenção de reduzir os impactos, a transferência envolveu uma mudança social complexa e cheia de percalços.

Mudança no cenário econômico

Em relação aos aspectos econômicos, observe-se a comparação no gráfico 3 a seguir, com dados sobre a ocupação dos habitantes no espaço antigo e no novo. Note-se a grande alteração na ocupação dos moradores, considerando-se os setores de atuação.

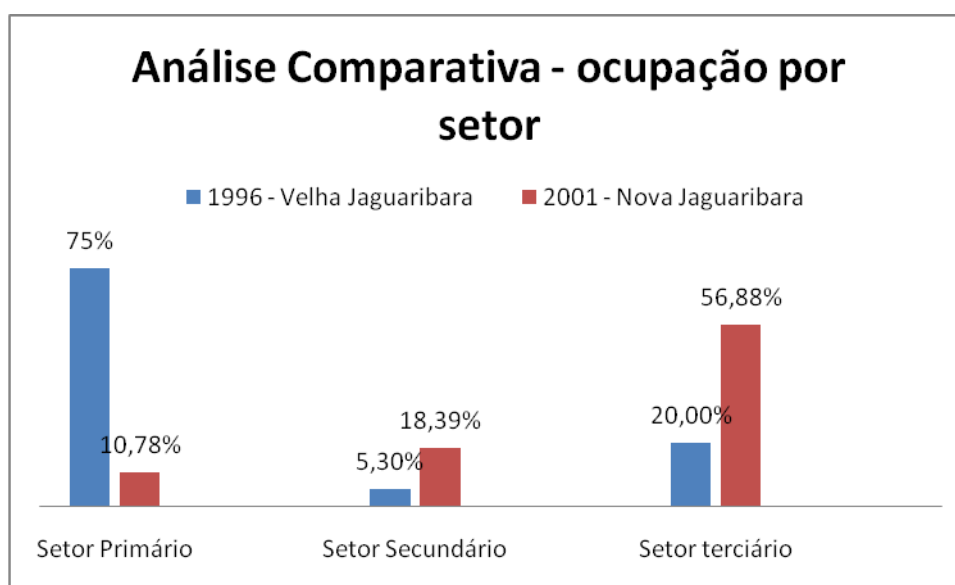


Gráfico 3 – Análise comparativa – ocupação por setor.
Fonte: SEBRAE, 2003

Na Jaguaribara antiga, a base econômica principal era fundada nas atividades agropecuárias. 74,7% da população economicamente ativa (PEA) encontrava-se inserida no setor primário. Na nova cidade, o setor primário somente ocupa 10,78% da mão de obra total empregada, uma brusca redução que mostra a mudança de quadro em relação ao trabalho, e que, por sua vez, se explica pela ausência de zona rural na nova cidade e pelo surgimento de outras opções de trabalho desenvolvidas diretamente no açude Castanhão, como por exemplo, a piscicultura.

A atividade agropecuária era umas das principais fontes de renda dos moradores, baseada na exploração de culturas de subsistência e na pecuária extensiva. Destacava-se, como principal atividade agrícola, a cultura do feijão, plantado principalmente nas vazantes e ilhas do Rio Jaguaribe. Também se plantavam milho, arroz, batata doce e algodão. Já a atividade pecuária desenvolvida no município era a criação de rebanhos bovinos, equinos, caprinos, suínos, ovinos e aves, conforme já mencionado em passagem precedente.

Em relação ao setor secundário, a tendência na nova cidade foi aumentar o número de empregados neste setor. Diferente da cidade antiga, em que 5,30% da mão de obra estava inserida em algumas indústrias de laticínios, na nova cidade, 18,39% dos trabalhadores encontram-se inseridos na construção civil por conta das obras do complexo Castanhão.

Em relação ao setor terciário, na nova cidade, houve um considerável aumento do número de empregados em comércio e setor de serviços, estando em 2001 56,88% inseridos nesta categoria, contra 20% ocupados nesta área no espaço anterior.

As mudanças vivenciadas pelos jaguaribarenses são sempre referidas e comparadas por alguns habitantes com aquelas desenvolvidas no antigo espaço. Os moradores analisados mudaram de uma cultura ligada à agricultura, à pesca, à lavagem de roupas no rio para uma “cultura urbana” que pressupõe a criação, aceitação, por parte das pessoas, de um novo modo de vida, implicando, simultaneamente, o abandono de estratégias de sobrevivência praticadas no espaço anterior.

Em visita a Nova Jaguaribara após um ano da mudança (agosto/2002), percebi inquietação e inconformação das pessoas com a nova dinâmica social. Notei esta situação nos relatos que expressavam lamentos acerca da mudança dos vizinhos, da distância entre os imóveis e das distâncias entre as residências e os outros espaços da cidade.

Em agosto de 2004, a tensão inicial já estava amenizada, pois as pessoas pareciam mais acostumadas ao novo ritmo de vida. Nos anos seguintes, nas visitas que fiz à cidade, era perceptível a reinvenção do lugar com a criação de estratégias para os deslocamentos, para novas relações de vizinhança, criação de associações e novas formas de trabalho. Sobre as novas relações de trabalho descrevi nos capítulos subsequentes.

6 VELHOS TRABALHOS NO NOVO CONTEXTO DO AÇUDE CASTANHÃO

No ano de 2001, Jaguaribara foi transferida para outro espaço físico, ação que ocasionou uma grande alteração nos modos de vidas dos munícipes dentro de um breve espaço de tempo. O rio Jaguaribe na antiga cidade, era fonte de subsistência para muitas famílias, elemento essencial para seus moradores. A história da ocupação e desenvolvimento do Município está diretamente associada à existência do rio no local, considerando que o manancial era um grande impulsionador do desenvolvimento econômico.

A economia de Jaguaribara tinha como principal atividade produtiva a agropecuária, com destaque para a pecuária extensiva e a agricultura, predominando o plantio de culturas de subsistência, destacando-se o cultivo do milho, feijão e algodão. Segundo dados do SEBRAE (2003a), a tecnologia utilizada na agricultura era bastante rudimentar e as relações de produção predominantes eram a meia e a terça. A produção agrícola de gêneros alimentícios destinava-se ao consumo interno. Já em relação ao algodão, este tinha como destino as fábricas de beneficiamento localizadas nos Municípios de Orós, Iguatu e Iracema.

A pesca, a caça e a extração de lenha também eram atividades desenvolvidas no Município. A segunda era voltada para o abatimento de aves e animais silvestres para a subsistência. Mencionadas atividades ocupavam o tempo de vários homens que retiravam diretamente da natureza o sustento de suas famílias. O lugar propiciava a ocupação, a manutenção alimentar das famílias e, ainda, a geração de renda complementar com a venda dos produtos advindos desta prática.

Como efeito da construção do açude Castanhão e a certeza da mudança do Município para um novo espaço, a partir dos primeiros anos da década de 1990, a agropecuária começou a mostrar sinais de declínio e como era a principal atividade econômica do Município, oferecendo renda e impulsionando outros negócios, contribuiu para a estagnação da economia local. A implantação do Castanhão desmotivou os agropecuaristas locais para investirem em suas propriedades. Os proprietários, ao receberem as indenizações referentes às suas terras, migraram para outros municípios (vizinhos).

Segundo dados do SEBRAE (2003a), o declínio da agricultura pelos motivos ora expostos impactou outras atividades, como o comércio, a pequena indústria e o setor de

serviços. A oferta de trabalho nas obras do Complexo Castanhão, porém, ajudou na manutenção da economia do Município. Segundo dados do SEBRAE (2003a: 16), “até dezembro de 2001, foram destinados recursos da ordem de R\$ 217.081.941,52 para a construção da barragem, deixando no município um volume considerável de salários, ajudando a movimentar a economia local”. Assim, no período das obras, enquanto houve uma redução no trabalho da agropecuária, existiu uma absorção da mão de obra, principalmente masculina, nas obras do complexo Castanhão. Apenas nas obras de construção do Eixão das Águas⁷⁰ havia a oferta de 880 empregos.

No comércio, as atividades ficaram paradas nas lojas de materiais de construção e naquelas que comercializavam produtos agrícolas, pois, em virtude da migração dos agropecuaristas para outros municípios, o segundo tipo de comércio não teve mais clientes e, em relação ao primeiro segmento, a expectativa da mudança desanimou os moradores a realizar qualquer tipo de construção ou reparos em suas residências ou comércios.

Com sinais de declínio na economia local, antes mesmo da mudança, instituições governamentais ligadas à questão pensaram conjuntamente em propostas para a reestruturação da economia no novo espaço. O SEBRAE, juntamente com a SEPLAN e a Prefeitura de Jaguaribara, conduziu as propostas em relação ao desenvolvimento de um estudo sobre as potencialidades econômicas do município, bem como de um plano de reestruturação econômica para o desenvolvimento do novo espaço.

Em julho de 2001, às vésperas da mudança para a nova cidade, ocorreu, na Sede do antigo Município, o “Seminário Reconstruindo a Economia de Jaguaribara”. Do evento, que contou com a participação e contribuições dos moradores e instituições que atuavam no Município, resultou o Plano de Ação Imediato (PAI)⁷¹. Vale ressaltar que o Seminário foi uma alternativa para antecipar o diagnóstico e proposta do Plano de Reestruturação Econômica do Município⁷², o qual só foi elaborado dois anos após a mudança.

Neste evento foram identificados alguns trabalhadores urbanos ameaçados pela mudança da sede do Município - lavadeiras de roupas, pescadores e agricultores. Segundo

⁷⁰ Eixão das Águas é outro nome dado ao Canal da Integração.

⁷¹ O Plano de Ação imediato foi elaborado em julho de 2001 mediante um convênio entre a Secretaria de Planejamento do Ceará (SEPLAN), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Prefeitura Municipal de Jaguaribara.

⁷² O Plano de Reestruturação Econômica de Jaguaribara teve sua conclusão em 2003, sendo elaborado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

dados do SEBRAE (2003b), estes profissionais totalizavam, cerca de 180, que representavam aproximadamente 11,5% da população economicamente ativa do Município.

Como o diagnóstico foi feito em caráter emergencial, o SEBRAE alertou para o fato de que seria necessária a elaboração de “estudos complementares de modo a verificar os verdadeiros riscos que tais grupos enfrentarão com o processo de mudança [...]” (SEBRAE, 2001:5). Para cada um destes grupos, foram previstas diversas ações com vistas à manutenção do trabalho desenvolvido anteriormente, bem como houve a proposta de um incremento técnico para direcionar as atividades para o mercado.

Além dos grupos retrocitados, chegou-se à conclusão, no Seminário, de que as atividades de turismo e artesanato também necessitavam de ações emergenciais. Em relação ao artesanato existia um grupo que já desenvolvia a atividade no espaço anterior e demonstrara interesse em melhorar a atividade com base na assessoria do SEBRAE, sendo o turismo justificado “em função da grande possibilidade de existir um número significativo de pessoas interessadas em conhecer **a primeira cidade planejada do Ceará**, tão logo concluída a mudança para a nova sede do município.” (SEBRAE, 2001:5; grifamos).

De acordo com o diagnóstico realizado, e para atender a continuidade dos trabalhos já desenvolvidos, foram pensadas como “novas potencialidades econômicas” o investimento na agricultura irrigada, pesca e piscicultura e turismo. E nas “atividades econômicas complementares”, foi proposto um incremento ao artesanato, indústria e agroindústria, comércio, serviços e agricultura de sequeiro. (SEBRAE, 2003a).

Para atender à demanda identificada por meio do PAI, e com vistas a minimizar os impactos sobre o grupo de trabalhadores, das lavadeiras, pescadores e agricultores, foi criado o Programa de Apoio aos Grupos Urbanos Impactados, que teve como objetivos

Identificar, quantificar e caracterizar os grupos; iniciar o processo de organização destes grupos; desenvolver lideranças; criar condições para assegurar o retorno imediato destas categorias ao trabalho em melhores condições e aumentar a renda através do desenvolvimento de atividades complementares. (SEBRAE, 2003b: 20).

Assim, os grupos foram identificados e quantificados e sobre cada um deles foram diagnosticados problemas no trabalho anterior e quais as ações necessárias para evitá-los no novo espaço. Vale ressaltar que as formas tradicionais como estes trabalhos eram desenvolvidos atendiam as demandas de sobrevivência. Estes trabalhadores sempre identificam o espaço anterior como fonte de fatura. Assim, compreende-se que, do ponto de

vista dos trabalhadores, a forma como trabalhavam era correta, entretanto, no entendimento das instituições que fizeram o diagnóstico, o trabalho estava totalmente inadequado e atrasado para a prática no novo espaço.

Com este espírito transformador e modernizador, observe-se o diagnóstico do SEBRAE juntamente com as outras instituições envolvidas no Programa de Apoio aos Grupos Urbanos sobre os três grupos de trabalhadores - lavadeiras, agricultores e pescadores. Vejamos, a seguir, os problemas identificados pelas instituições que prestaram assessoria aos trabalhadores, bem como as propostas para a organização destes trabalhos na nova cidade.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHOS ANTIGOS E OS PROJETOS PARA O FUTURO

O trabalho das lavadeiras

No Município antigo, cerca de 20 mulheres exerciam a lavagem de roupas no rio Jaguaribe. A atividade era a fonte de sustento de suas famílias ou, para algumas delas, a complementação. A localização do rio que cortava o antigo local facilitava sobremaneira o trabalho destas mulheres. O rio era um local tão apreciado pelas lavadeiras que elas dispensavam o uso de uma lavanderia pública que existia no Município anterior.

A mudança para Nova Jaguaribara inviabilizou a continuação do trabalho destas mulheres, em virtude principalmente, da distância das novas moradias para o local adequado à lavagem de roupas no açude Castanhão. A distância a percorrer é de 6 km, somando-se ida e volta. A lavagem de roupas em casa seria a alternativa possível, entretanto, foi impossibilitada pelo elevado custo com o preço da água encanada. Vejamos o caso das lavadeiras:

Quadro 2: Demonstrativo da situação das lavadeiras na cidade anterior

SITUAÇÃO ANTERIOR: LAVADEIRAS
Desinformação sobre o grupo (as lavadeiras não tinham conhecimento sobre o trabalho das demais);
Desorganização das profissionais, ou seja, elas trabalhavam individualmente. Inexistia uma associação de classe;
Ausência de lideranças;
Condições de trabalho insalubres;
Trabalho e renda comprometidos;
Incerteza quanto à sobrevivência da família;
Utilização inadequada de sabões e detergentes na lavagem de roupa contribuindo para poluição, mesmo em pequena quantidade, no rio Jaguaribe.

Fonte: Elaboração da autora. Dados do SEBRAE, 2003b.

Em relação ao quadro 1, foi encontrada, na prática das lavadeiras, na nova cidade, uma situação que, para os técnicos analistas, era inadequada, mas fazia parte de uma prática antiga desenvolvida nos rios. Realmente, as lavadeiras não tinham a consciência de uma organização de grupo com vistas à reivindicação de direitos e orientação do trabalho para o mercado. A forma como lavavam as roupas foi considerada insalubre, em decorrência da permanência delas acoradas ou com a coluna abaixada para realizar o trabalho. É importante ressaltar, entretanto, que fazia parte de um universo cultural reproduzido por diversas gerações e que não era entendido como inadequado; antes, era a fonte de sociabilidade, lazer e renda.

Observemos a seguir o quadro demonstrativo da situação idealizada pelos técnicos como correta para o desenvolvimento da atividade e manutenção da renda na nova cidade.

Quadro 3: Demonstrativo da situação desejada pelo SEBRAE para as lavadeiras na nova cidade

SITUAÇÃO DESEJADA PELO SEBRAE PARA AS LAVADEIRAS
Grupo caracterizado e organizado;
Novas lideranças formadas;
Trabalho e renda assegurados;
Melhorias das condições de trabalho;
Realização de novas atividades profissionais;
Renda familiar melhorada;
Destinação adequada de sabões e detergentes utilizados na lavagem de roupa.

Fonte: Elaboração da autora. Dados do SEBRAE, 2003b.

Na lista da situação desejada quanto às lavadeiras, o trabalho anterior foi totalmente descaracterizado. A proposta era mostrar que a forma como trabalhavam anteriormente era inadequada e que precisavam modificar sua atividade para outra possível no novo espaço e que garantisse uma melhoria na renda. A mudança, porém, foi totalmente brusca e de uma hora para outra foi informado para aquelas mulheres que o trabalho que desenvolviam antes não servia mais para a cidade nova. A uma situação semelhante foi submetido um grupo de agricultores urbanos, conforme descrição a seguir.

O trabalho dos agricultores urbanos

Outros trabalhadores impactados com a mudança foram os agricultores que plantavam nas vazantes do rio Jaguaribe pequenas roças de milho e feijão, quase sempre em terras arrendadas. A exemplo dos outros grupos, esta atividade contribuía para a subsistência das famílias dos agricultores. Segundo dados do SEBRAE, nesta atividade, estavam incluídas 82 pessoas, hoje, residentes na zona urbana da Nova Jaguaribara. O relatório ressalta que “estes agricultores não dispunham de terras na Velha Jaguaribara e que não poderão, portanto, ser indenizados ou incorporados nos diversos projetos rurais em vias de implantação na Nova Jaguaribara.” (SEBRAE, 2003b: 23).

Observemos a seguir o diagnóstico sobre o trabalho dos agricultores na antiga cidade:

Quadro 4: Demonstrativo da situação dos agricultores na cidade anterior

SITUAÇÃO ANTERIOR: AGRICULTORES
Ausência de informações do grupo;
Desorganização dos agricultores;
Ausências de lideranças;
Dificuldade de acesso à terra;
Ocupação e renda comprometidas.

Fonte: Elaboração da autora. Dados do SEBRAE, 2003b.

A situação dos agricultores não difere muito das duas outras categorias de trabalhadores, mas este outro é agravado por um problema social que é a falta do acesso à

terra. Antes, eles trabalhavam nas terras de terceiros. Observe-se a seguir o diagnóstico sobre a situação desejada para os agricultores no novo espaço.

Quadro 5: Demonstrativo da situação desejada pelo SEBRAE para os agricultores na nova cidade.

SITUAÇÃO DESEJADA PELO SEBRAE PARA OS AGRICULTORES
Informações sobre o grupo;
Organização dos agricultores;
Formação de lideranças;
Garantia de acesso à terra;
Segurança quanto a ocupação e renda;
Exploração de uma agricultura baseada no plantio de culturas mais rentáveis;
Utilização de modernas práticas agrícolas;
Busca de alta produtividade.

Fonte: Elaboração da autora. Dados do SEBRAE, 2003b.

Para a melhoria na forma de trabalho dos agricultores, esteve presente a necessidade de garantir o acesso à terra, mas a intenção era ensinar e incentivar os agricultores a desenvolverem culturas mais rentáveis, para isto tendo que inserir técnicas agrícolas modernas para o aumento da produtividade.

Ao grupo de pescadores foi aplicada a mesma metodologia de sondagem, em relação à forma como habitualmente desenvolviam seu trabalho, e posteriormente a proposição de novas estratégias de trabalho em Nova Jaguaribara. Veremos sobre este grupo a seguir.

O trabalho dos pescadores artesanais

Em relação aos pescadores, foram identificados pelo SEBRAE 50 homens que viviam da pesca na antiga cidade. A exemplo das lavadeiras, o trabalho que os pescadores desenvolviam no rio Jaguaribe era fonte de subsistência e complementação de renda. Com a mudança, a atividade foi comprometida, pois foi necessário um cadastramento nos DFA/MA⁷³ e DNOCS para exercer a atividade, bem como o grande volume de água e a profundidade do

⁷³ As siglas significam respectivamente Delegacia Federal de Agricultura / Ministério da Agricultura.

manancial dificultaram em demasia o desenvolvimento da atividade. Assim, observe-se a situação dos pescadores anteriormente, bem como a situação desejada no novo espaço, conforme dados do SEBRAE.

Quadro 6: Demonstrativo da situação dos pescadores na cidade anterior

SITUAÇÃO ANTERIOR: PESCADORES
Desinformação sobre o grupo;
Desorganização dos profissionais;
Desempenho da profissão de forma irregular – sem inscrição na DFA/MA e DNOCS;
Inexistência de estrada ligando a Sede ao porto das canoas;
Trabalho e renda comprometidos;
Incerteza quanto à sobrevivência da família;
Práticas incorretas de pesca.

Fonte: Elaboração da autora. Dados do SEBRAE, 2003b.

O trabalho do pescador também foi considerado inadequado, além de ilegal, inicialmente, porque inexistia a organização dos trabalhadores para a garantia de direitos e também em razão da inexistência da necessária inscrição junto aos órgãos que regulamentam a pesca. Assim, deduzia-se que estes fatores comprometiam o trabalho e a renda dos trabalhadores ensejavam uma incerteza em relação à sobrevivência da família.

Agora, observe-se o quadro demonstrativo das modificações propostas na vida dos pescadores.

Quadro 7: Demonstrativo da situação desejada pelo SEBRAE para os pescadores na nova cidade.

SITUAÇÃO DESEJADA PELO SEBRAE PARA OS PESCADORES
Informações sobre o grupo;
Pescadores organizados;
Associação dos Pescadores do Açude Castanhão criada;
Formação de lideranças;
Registro legal dos pescadores na DFA/MA e DNOCS;
Abertura de estrada de 5 km ligando a sede do Município ao porto das canoas;
Trabalho e renda assegurados;
Conscientização ambiental e melhoria das condições de vida.

Fonte: Elaboração da autora. Dados do SEBRAE, 2003b.

As melhorias esperadas tentavam ressignificar aquilo que, no espaço anterior, era considerado como ilegal e inadequado. Da mesma forma como procederam com as lavadeiras, o trabalho anterior foi considerado totalmente desacordado em relação a uma forma correta de produzir e manter a família.

Com suporte nestes quadros, resta claro o que inicialmente o SEBRAE identificou como problema nos trabalhos desenvolvidos anteriormente por estes grupos e qual o cenário pretendido após a mudança. Para viabilizar a situação desejável no novo espaço, diversas propostas conjuntas de órgãos governamentais e Prefeitura municipal foram pensadas para garantir trabalho e renda aos grupos impactados com a mudança. Vale ressaltar que muitas atividades e conhecimentos novos foram difundidos no novo panorama. Sobre a nova forma de realizar as atividades, o SEBRAE destacou a necessidade de “realizar um amplo trabalho de capacitação com vistas a modernizá-los, transformá-los em negócios mais rentáveis, modernos e, sobretudo competitivos”. (SEBRAE, 2003:50).

Para as lavadeiras, foram pensados e realizados cursos, encontros, seminários, educação formal para toda a família, criação de uma associação para organizar o trabalho e produzir. Foi instalada, com a ajuda do SEBRAE, uma unidade de produção de material de limpeza, que não teve sustentabilidade. Associado ao empreendimento, foram negociados e concedidos pela Prefeitura, na época da mudança, subsídios para o pagamento das contas de água das lavadeiras, para que pudessem exercer o ofício em casa. Neste caso, foram custeados 100% do valor da água para as lavadeiras cadastradas. Na gestão do prefeito posterior, o

benefício foi reduzido para 50% e na gestão atual (momento da conclusão da pesquisa) o prefeito não deu continuidade ao benefício.

Para as lavadeiras, ainda foi informado sobre os diversos programas sociais do Governo Federal, como Bolsa Família, Bolsa Escola, Vale Gás etc., bem como foi ofertada para elas a inserção no projeto Alfabetização Solidária.

Em relação aos agricultores, foi investido bastante em conhecimento técnico sobre formas mais modernas de agricultura, pois uma das questões que o diagnóstico sobre o trabalho dos agricultores na antiga cidade apontou como um problema foi a utilização de práticas tradicionais no cultivo da terra. Assim, os treinamentos envolveram a disseminação de conhecimentos técnicos e gerenciais, pois a proposta era implementar uma agricultura voltada para o comércio e não somente para a subsistência. Em associação foram realizadas visitas técnicas em projetos de agricultura irrigada, seminários, enfocando intercâmbios técnicos, tecnologia de produção e gestão de agronegócios.

Para o grupo dos agricultores urbanos, entretanto, um problema persistiu - a falta de terras para o cultivo. Assim, no decorrer da mudança e da chegada ao novo espaço, o grupo se dispersou. Os mais velhos, percebendo que não havia perto da nova cidade terra para a agricultura, buscaram rapidamente a aposentadoria. Os mais novos demandaram trabalho em terras (propriedades privadas) de municípios vizinhos. Outros foram reassentados no Projeto de Agricultura Irrigada do Mandacaru. Vale ressaltar que, na última visita à cidade, ainda não existiam a estrutura adequada e a água para a irrigação no referido projeto.

Para os pescadores houve a disseminação de informações sobre a necessidade do associativismo, palestras, treinamento técnico e gerencial, missões técnicas, seminários, financiamento de canoas, redes e cadastramento no DFA-MA e DNOCS. Aos pescadores foi mostrada, além da necessidade da mudança na forma de exercer a pesca artesanal, uma nova modalidade de trabalho com o rio, desta vez, não mais pescando os peixes, mas criando-os em (gaiolas) tanques-rede para a comercialização. Assim, as missões técnicas ocorreram para dar conhecimento aos pescadores sobre outros empreendimentos produtivos ligados à criação de tilápia.

A inovação no trato com os peixes ensejou inicialmente uma incompreensão para alguns pescadores: “Nunca ouvi falar de criar peixes em gaiola, gaiola é coisa pra passarinho”. (PESCADOR, agosto de 2003). O pescador relatou, um pouco exaltado, sobre a

nova forma de exercer a atividade no rio; entretanto, este estranhamento foi amenizado à medida que os técnicos responsáveis pela reestruturação produtiva apresentaram alguns projetos de piscicultura já em funcionamento:

[...] para compreender a dimensão desse trabalho, foi realizada uma missão técnica levando um grupo de pescadores até o açude Jaibaras, em Sobral na região norte do Estado. Onde os mesmos tiveram a experiência de um grupo que se assemelha a eles pela forma como desenvolviam o trabalho antes de implantarem a piscicultura. Além da criação conheceram também o centro de aquíicultura do DNOCS, em Pentecoste, vendo da produção de alevino ao beneficiamento. (PROFESSORA, abril de 2009).

Assim, para aqueles pescadores que se sentiram seguros, após as visitas a projetos de piscicultura e cursos sobre a temática, para desenvolver a atividade, foram concedidos empréstimo e assessoria para o desenvolvimento da primeira experiência.

Como podemos perceber, o que é comum nestes órgãos na proposta de reestruturação da economia é a ressignificação do trabalho, antes, mais situado na área da subsistência, hoje, mais voltado para o comércio, inclusive para as lavadeiras. Neste caso, como não foi possível pensar em lavagem de roupas como um produto importante no mercado, foi proposta a produção de produtos de limpeza com vistas à comercialização.

Assim, como estratégia para preparar os trabalhadores para este novo tempo, foram comuns nas ações para os três grupos propostas de atividades que envolveram conhecimentos técnicos por meio de palestras, cursos, missões técnicas na área da piscicultura e agricultura. As orientações também envolveram a conscientização de um trabalho associativo, estratégia importante para a organização da produção e comercialização dos produtos.

Como percebemos, a forma como estes trabalhadores desenvolviam suas atividades foi compreendida como inadequada para a lógica do mercado, a produção e aumento na renda destes grupos. Assim, duas questões que estão coadunadas são importantes de ser pensadas: inicialmente, a invalidação da forma como estes grupos trabalhavam em um curto tempo; em segundo lugar, a necessidade do aprendizado de coisas novas e (para estranheza dos trabalhadores) de um conhecimento que estava dissociado do seu mundo de vida; ou seja, o mundo da vida foi colonizado pela razão instrumental. (HABERMAS, 1975).

A mudança a que os trabalhadores foram submetidos foi inevitável. A mudança para o novo espaço significou a perda da sociabilidade em torno do rio, bem como exigiu que

os trabalhadores desenvolvessem os seus velhos trabalhos, antes fundamentados no senso, de uma nova forma, referenciados por outro paradigma técnico científico. (THOMAS KHUN, 2003).

Planos para o futuro: a piscicultura

Consolidando o Plano de Reestruturação Produtiva no que concerne ao envolvimento dos três grupos de trabalhadores mais impactados, a piscicultura é a que mais tem efetividade, hoje, em Nova Jaguaribara, a visibilidade nos meios de comunicação; inclusive, é objeto de vários trabalhos científicos ligados às mais diversas áreas de estudo. O projeto é o mais incentivado pelo Governo Federal. Dados da pesquisa de campo que venho efetivando corroboram que a maior ênfase é dada à piscicultura em detrimento do desenvolvimento de atividades para os agricultores e as lavadeiras. Os pescadores, público-alvo da piscicultura⁷⁴, desde o início do estabelecimento na nova cidade, foram orientados para compreender a nova forma de trabalho.

O desenvolvimento da piscicultura desenvolvida em Jaguaribara foi responsável pela criação de três grupos de trabalhadores: os criadores de tilápia, os processadores e as artesãs. Para estes grupos, são disponibilizados, pelos Governos Federal e Estadual⁷⁵, assessoria técnica e financiamentos surgem em forma de editais para a livre participação das associações.

A piscicultura não é novidade no Ceará, pois há bastante tempo é desenvolvida no Estado. Como vimos anteriormente, o Estado do Ceará está localizado no semiárido, local que conviveu, e ainda convive, com secas periódicas. Para minimizar os efeitos da seca no Estado, a estratégia mais desenvolvida foi a acumulação de recursos hídricos em barragens, e como medida para ensejar alimentação para a população ribeirinha foi desenvolvida a piscicultura nestes açudes.

Segundo Guerra (1981), em 1923, o Ministro José Américo, por uma Portaria, criou a Comissão Técnica da Piscicultura para atuar no Polígono das Secas.

⁷⁴ Embora muitos agricultores também tenham se inserido nesta atividade.

⁷⁵ Da organização destes grupos e sobre as instituições governamentais que os apoiam, tratarei no próximo capítulo.

Uma das intenções era o povoamento dos açudes com variadas espécies, a fim de gerar alimento para as populações rurais carentes.

O serviço de piscicultura para os açudes construídos pelo DNOCS aclimatou muitas espécies da Bacia Amazônica e do São Francisco nos açudes do Ceará.

Em 1940, pelo Decreto-Lei 1998, foi delegado ao IFOCS a tarefa de expandir a piscicultura na região das secas. Para Guerra (1981), quando o Governo designou a instituição “para desenvolver a piscicultura nas águas represadas da zona seca, já encontrou o órgão com um valioso acervo de observações e trabalho técnicos”. (Pág. 70).

O trabalho foi bem-sucedido, se considerarmos as diversas espécies que se aclimataram bem aos reservatórios da União. Muitos estudos foram elaborados para diversificar as espécies nos mananciais e conseguir que estas procriassem em águas diferentes. Na época, iniciavam-se os estudos para a criação de várias espécies em tanques-rede. Sobre o assunto, Guerra (1981) esclarece que “Os técnicos estão ensaiando e recomendando a piscicultura intensiva, que consiste em criar peixes em grandes tanques ou viveiros, construídos nas encostas de ‘tabuleiros’ quase impermeáveis, alimentados com rações adequadas”. (Pág. 81).

Esta modalidade foi desenvolvida em diversos açudes públicos da União com espécies variadas, dependendo do local. No Ceará, atualmente, a atividade da piscicultura em tanques-rede é realizada no açude Jaibaras, em Sobral, e no açude Castanhão, em Nova Jaguaribara, contribuindo, assim, para a segurança alimentar e geração de renda para comunidades rurais. (NASCIMENTO; ARAÚJO, 2008).

A piscicultura mostra-se, no cenário econômico e social brasileiro, como atividade importante para inserir a população rural; assim, o Governo Federal tem apostado no desenvolvimento do setor. Para isto modifica a legislação e estrutura das instituições a ele ligadas. Em 2007, o Governo Federal lançou o Programa de Aquicultura em Águas de Domínio da União, vinculado ao Ministério da Pesca e da Aquicultura (MPA). A intenção é que o projeto seja desenvolvido por meio dos parques aquícolas⁷⁶ localizados em áreas de

⁷⁶ Os Parques aquícolas criados localizam-se nos reservatórios de Tucuruí (PA), Itaipu (PR), Furnas e Três Marias (ambos em Minas Gerais), Castanhão (CE) e Ilha Solteira (SP). Juntas, essas unidades produzem 265 mil toneladas de pescados por ano. O MPA desenvolve estudos para a criação de novos parques nos demais reservatórios da União – 40 no total. (SEBRAE, 2010).

barragens, assim aumentando as oportunidades de sobrevivência e renda para as comunidades carentes próximas aos mananciais.

Em 2009, muitas mudanças foram implementadas pelo Governo Federal para beneficiar a aquicultura, havendo o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionado a lei que transformou a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) ⁷⁷. Juntamente com os órgãos gestores dos projetos de piscicultura, o Governo Federal também investiu no incentivo à pesquisa com a criação da EMBRAPA Aquicultura e Pesca.

Para facilitar o acesso dos piscicultores ao programa, foi aprovada a Resolução 413/2009 do CONAMA. A medida passou a considerar a aquicultura atividade de baixo impacto, nestes termos, simplificando o licenciamento ambiental para os empreendimentos na área da piscicultura. (SEBRAE, 2010).

Como podemos perceber, muito foi modificado em termos de legislação para incentivar a aquicultura nos açudes da União, desde a criação dos parques aquícolas, distribuição de cessões para uso das águas dos açudes para estes fins, até a simplificação dos critérios para o licenciamento ambiental aos praticantes da piscicultura. Desta forma, o acesso à atividade ficou mais fácil.

Apresento, neste capítulo, um panorama sobre como os trabalhadores desenvolviam seus trabalhos e como estas práticas foram interpretadas pelos técnicos do Governo. Percebemos que os grupos retrocitados desenvolviam suas atividades em conformidade com um saber acumulado ao longo de muito tempo e passado de geração para geração; entretanto, a interpretação dada pelas instituições foi de desorganização e inabilidade para produzir. Assim, foi proposta uma total reorganização destes antigos trabalhos em um novo espaço.

O enfoque neste capítulo foi direcionado às visões dos técnicos do Governo e na sistematização de dados históricos constantes nos relatórios. Nos próximos capítulos, a análise privilegiará a mudança na forma de trabalho baseada nas experiências dos trabalhadores, ou seja, como desenvolviam o trabalho antes, como o fazem hoje, e o modo de interpretar esta

⁷⁷ Lei nº 11.958 de 26 de Junho de 2009 - Altera as Leis nos 7.853, de 24 de outubro de 1989, e 10.683, de 28 de maio de 2003; dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/2756359/lei-11958-09>. Acessado em 25/09/11.

mudança. A seguir, a abordagem é descritiva, fundamentada na observação direta da prática que estes trabalhadores exercem, hoje. A intenção é mostrar como a mudança planejada é encarada pelos trabalhadores.

Enfatizo que, além da mudança compulsória a que foram submetidos, os pescadores foram orientados a mudar toda a forma de sociabilidade, inclusive, o processo de trabalho, em um curto período. A alteração no modo de trabalho destes grupos foi impactada pela mudança do rio Jaguaribe para o açude Castanhão. Como estão desenvolvendo o trabalho, hoje? Como interpretam esta mudança? Quais as mudanças nas vidas destes trabalhadores? É o que descrevo no próximo tópico.

6.2 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA NOVA CIDADE

Como explicitado nos capítulos anteriores, os moradores de Nova Jaguaribara, em especial, lavadeiras, agricultores e pescadores, tiveram seus modos de vida alterados, principalmente, em relação ao trabalho que desenvolviam anteriormente. Estes três grupos enfrentaram, além da mudança física ensejada pela transferência da cidade, a perda do local de trabalho, a saber, o usufruto do rio Jaguaribe, que cortava a zona urbana da antiga cidade, facilitando o desenvolvimento das atividades, diariamente.

A antiga cidade, próxima ao rio Jaguaribe, era para os seus moradores um espaço de várias interações. Este, como espaço de lazer, atraía habitantes da cidade e de alguns municípios vizinhos nos finais de semana. Às suas margens, se localizavam os restaurantes, que eram pontos de encontro dos frequentadores e locais preferenciais para a realização de festas, notadamente os forrós e o carnaval. “[...] todo mundo sabia que no domingo tinha um rio e ia todo mundo pra lá” (LILIANE, 2003). O rio integrava nas suas águas e no seu entorno vários agentes sociais, fossem usuários diários ou aqueles que usufruíam do lazer no local, aos finais de semana.

O rio Jaguaribe⁷⁸ era um lugar muito importante em Jaguaribara, uma área de encontros, lazer e trabalho para os moradores. Notadamente, na maioria das entrevistas realizadas por mim, o Rio foi sempre mencionado com satisfação e saudades. Os moradores demonstraram em suas falas que mantêm um sentimento topofílico⁷⁹ com o rio. (YI-FU TUAN: 1980).

A importância do Rio para os transferidos foi também mencionada no estudo de Nascimento (2005) sobre Nova Jaguaribara. No trabalho, a autora garante o apego dos moradores ao local, ao identificar o fato de que o rio foi citado pelos interlocutores em todas as entrevistas. Assim, o manancial, para os moradores, é, na compreensão da autora: “elemento, marco, referência, que mantém o jaguaribarense ligado ao seu antigo espaço vivido. (Pág. 44).

Nas falas torna-se clara a importância que o Rio representava para aqueles que dependiam do manancial para o sustento da família, conforme se observa a seguir:

A fonte de renda do município girava praticamente em torno dessas três categorias. Tendo como principal fonte de riqueza e sobrevivência “o rio Jaguaribe” que ficava próximo das residências dos moradores da cidade. Essa proximidade facilitava o trabalho das lavadeiras que eram contratadas por outras famílias para lavar as roupas. Ali mesmo elas batiam as roupas e voltavam para casa para terminar de cozinhar o seu feijão. As lavadeiras desenvolvem suas atividades hoje em casa, tendo a parceria da prefeitura pagando a metade de sua conta de água. (MARIA DAS CANDEIAS, abril de 2008)⁸⁰.

O trecho da entrevista corrobora a importância do Rio para os três grupos de trabalhadores e menciona sobre a forma como as lavadeiras desenvolviam suas atividades na cidade antiga, fazendo um paralelo de como o trabalho é realizado hoje. O rio era o lugar privilegiado pelas lavadeiras para a lavagem de roupas na antiga cidade, a preferência se confirmava pela desativação da lavanderia pública (construída pela Prefeitura) por falta de usuários⁸¹.

⁷⁸ O rio Jaguaribe, o mais importante recurso hídrico do Ceará, nasce na serra da Joanhina, sertão do Inhamuns, e desemboca no Atlântico, no Município de Aracati. Seus afluentes, no Município de Jaguaribara, são: córrego do Peba, córrego da Várzea, riacho do Velame, riacho do Junqueira, riacho do Foveiro, riacho do Mané Lopes e riacho do Sangue.

⁷⁹ Para Tuan (1980), topofilia é difuso como conceito, mas vivido e concreto como experiência pessoal. É o elo afetivo entre a pessoa e o lugar.

⁸⁰ É importante ressaltar que, segundo dados da pesquisa de campo, na gestão atual, o prefeito não manteve o benefício para as lavadeiras.

⁸¹ Segundo dados do Projeto Nova Jaguaribara, realizado pela Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará. (junho/1996).

Na nova cidade, a distância até o açude, alterou a dinâmica de trabalho, das lavadeiras que diariamente iam ao rio. Assim, hoje, a maioria das lavadeiras exerce a atividade nas pias de suas residências com água encanada, alterando totalmente a dinâmica de trabalho e sociabilidade ensejando um custo que elas não tinham antes.

Em relação aos pescadores, estes frequentavam assiduamente o rio Jaguaribe, exercendo a pesca artesanal em águas rasas com o apoio de redes e anzol. O fruto do trabalho servia para alimentar a família, bem como para ensejar renda com a venda de peixes nas residências, divididos em porções e amarrados em pedaços de palhas.

Os pescadores enfrentaram mudanças no trabalho, pois, acostumados a pescar em águas rasas, o açude oferece um desafio - a pesca em águas profundas - o que ocasiona diversos problemas, consoante informações ao longo deste capítulo. Outra mudança observada neste grupo foi a forma de associação que empreenderam, pois eles se associaram em torno de uma Colônia de Pescadores para garantir direitos sociais, como: auxílio-doença, aposentadoria, licença-maternidade e seguro-desemprego durante os primeiros meses do ano (época do defeso).

Em relação aos agricultores urbanos, na cidade anterior, eles plantavam na vazante do rio ou se deslocavam diariamente para as terras de terceiros para o cultivo no sistema de meia ou terça. Na nova cidade, o desenvolvimento das atividades por estes indivíduos ficou mais difícil, pois o local não dispõe de zona rural. Nestas circunstâncias, aqueles agricultores deixaram a atividade e vivem da aposentadoria. Outros migraram para a piscicultura e alguns para a pesca artesanal; uma parte foi reassentada na nova cidade.

Quando da elaboração do Plano de Ação Imediato para pensar a reestruturação produtiva da nova cidade, foi detectado pelo grupo de trabalho composto por SEBRAE, SEPLAN e Prefeitura Municipal de Jaguaribara, o fato de que as formas como os trabalhadores desenvolviam suas atividades antes não eram adequadas para o novo contexto. Assim, após esse diagnóstico, foram realizadas diversas mudanças para que os grupos orientassem suas práticas laborais de forma correta no novo espaço, conforme o entendimento destes órgãos. Segundo esta visão, as formas como os trabalhadores desenvolviam suas atividades na cidade anterior foram invalidadas, de sorte que as lavadeiras, os pescadores e

agricultores, foram, no período da transição, desfiliaados⁸² do processo produtivo. (CASTEL, 2008).

Sobre a problemática vivenciada pelos três grupos de trabalhadores retromencionados; descrevo a seguir o modo como os trabalhadores enfrentaram a invalidação social dos seus saberes e saberes-fazer, e como desenvolvem seus trabalhos no novo espaço. A análise desta realidade fundamenta-se em uma intensa observação em campo, conversas e entrevistas com os agentes sociais da investigação.

Os pescadores: colônia e direitos sociais

De acordo com dados constantes no Plano de Reestruturação Econômica de Jaguaribara (SEBRAE: 2003), aproximadamente 50 pescadores, residentes na velha Jaguaribara, tinham na pesca a fonte para prover a renda familiar ou complementá-la. Com a mudança para a nova cidade, a atividade foi comprometida, pois no açude Castanhão não é possível utilizar as mesmas técnicas de pesca usadas anteriormente, “principalmente em função do grande volume de água e de sua profundidade” (SEBRAE, 2003b: 22).

Consoante informações contidas no referido Plano, os pescadores, anteriormente, eram desinformados e desorganizados, desempenhavam a profissão de forma irregular e desenvolviam a pesca incorretamente. Necessitavam, desta forma, de informações e acompanhamento para a melhoria das estratégias de trabalho. Destarte, algumas ações foram necessárias para que os pescadores continuassem a exercer a profissão na nova cidade. Estas ações foram coadunadas com a realidade produtiva do novo espaço, com vistas a garantir a sobrevivência da família. Na compreensão do grupo que coordenava o Plano, era necessário “inicialmente organizá-los em uma associação e registrar os pescadores nos órgãos que coordenam e fiscalizam a pesca em açudes públicos.” (SEBRAE, 2003b: 22).

Em agosto de 2003, realizei uma coleta de dados em Nova Jaguaribara, e de acordo com entrevistas realizadas com alguns pescadores, percebi a incompreensão de alguns em ter que modificar de um dia para o outro suas formas de trabalho. Na antiga cidade, acreditavam que exerciam seus trabalhos corretamente, mas, com a mudança para a nova,

⁸² Castel utiliza o termo desfiliação em substituição ao vocábulo exclusão. Segundo o autor a utilização do termo exclusão é uma resposta preguiçosa às dificuldades de problematizar os diferentes processos que perpassam a sociedade contemporânea e que fazem com que os indivíduos passem de uma circunstância de integração para uma vulnerabilidade. (NARDI, 2002).

foram informados, pelos órgãos que acompanharam a transferência, que trabalhavam de maneira errada, sendo necessário para a continuidade do trabalho, aprender a forma correta.

A pesca artesanal, nos moldes como os pescadores realizavam anteriormente, é, hoje, desencorajada pelo DNOCS, por considerar a necessidade de organização dos pescadores, bem como a inscrição destes nos órgãos que fiscalizam a pesca em açudes públicos. E a organização em torno de associações é hoje a condição para o exercício da atividade.

A organização do trabalhador da pesca tendo por base a Colônia de Pescadores

As primeiras colônias de pescadores foram fundadas em 1919 pela Marinha de Guerra⁸³. Para Cotrim (2008), a proposta de fundação das colônias foi apoiada em dois interesses - o primeiro era suprir o País de peixes, considerando que no início do século XX o Brasil importava o produto; o segundo interesse associou-se à intenção do Estado em defender a costa brasileira após a experiência da Primeira Guerra Mundial. A ideia central da fundação das colônias era baseada na defesa nacional, pois se acreditava que ninguém melhor do que os pescadores para conhecer na prática os segredos do mar. (SCHNUTTGEN, 1984 *apud* COTRIM, 2008).

O Ministério da Marinha, na década de 1920 foi o órgão responsável pela organização da pesca no Brasil. Já em 1934, a pesca sai da tutela da Marinha e passa a ser de responsabilidade do Ministério da Agricultura, por meio da Divisão de Caça e Pesca. Em 1942, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, a pesca retorna para a tutela do Ministério da Marinha, permanecendo assim até 1967, no governo militar, quando retorna ao Ministério da Agricultura por meio da SUDEPE; nesse período, foram criadas normas para a organização da pesca como atividade produtiva por meio do Decreto Lei 221/67. A SUDEPE foi extinta em 1989, ano em que foi criado o IBAMA, ligado ao Ministério do Meio Ambiente, para onde migrou a responsabilidade sobre a pesca. Em 2002, foi criada a SEAP, Secretaria Especial de

⁸³ As colônias foram fundadas por uma missão comandada por Frederico Villar, que navegou o litoral brasileiro fundando colônias de pesca.

Aquicultura e Pesca, vinculada à Presidência da República, órgão onde se encontra atualmente a gestão da pesca.

De acordo com Moraes (s/d), as colônias, após sua criação, permaneceram durante muitos anos sob a tutela do Estado. Assim, os “pescadores artesanais estiveram sob o controle e dominação política de órgãos governamentais”. (Pág. 01). Com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, contudo, os pescadores conquistaram, com a instituição de entidades associativas o direito a exercer o trabalho de modo mais autônomo. Com a nova legislação, as colônias foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais. Conforme artigo 8º, parágrafo I, *in verbis*:

I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical;

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônia de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer. (grifos nossos).

O parágrafo único regulamentado por meio da Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008, estabeleceu que as colônias de pescadores, as federações estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores deveriam ser reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto neste artigo. Cabe a esta entidade a defesa dos direitos e interesses da categoria.

Atualmente as colônias estão vinculadas à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, SEAP, que tem *status* de Ministério. Esta Secretaria gerencia políticas públicas, que envolvem o registro profissional, em especial, a emissão da carteira profissional de pescador; políticas estruturais que visam ao apoio a áreas produtivas, como acesso a barcos, fábricas de gelo, e outras políticas para ampliação da cidadania, como o Programa de Alfabetização de Adultos. (COTRIM, 2008).

A organização da pesca no Brasil tem a participação de várias instituições que, juntamente com a SEAP apoiam a atividade pesqueira. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, por exemplo, é o órgão que

formula normas para a realização da pesca. Mediante portarias e instruções normativas, orientam a pesca, de forma que não prejudique a reprodução das espécies.

Decorrente da ação do IBAMA, que normatiza a atividade pesqueira, inclusive proibindo a atividade, normalmente, três meses por ano, entra a ação do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio das delegacias regionais do trabalho, que na época do defeso ampara os pescadores com o seguro-desemprego, correspondente ao valor de um salário mínimo mensal.

O Ministério da Previdência social é articulado com a atividade pesqueira por meio da aposentadoria por tempo de serviço. Os pescadores aos 60 anos de idade podem requerer a aposentadoria por tempo de serviço. A operacionalização desta política é mediada pelas unidades locais do INSS; o valor pago para o segurado é de um salário mínimo mensal.

Um órgão também importante para o apoio aos pescadores artesanais é o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem como principal política o PRONAF pesca, adaptado da experiência com a agricultura familiar. Por intermédio do Programa, os pescadores podem ser beneficiados com crédito para o desenvolvimento da atividade. Para os pescadores serem beneficiados no âmbito desta política, devem obter a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) que podem ser expedidas pelas colônias de pescadores desde que autorizadas pelas federações estaduais.

Várias instituições ainda podem ser elencadas no que concerne ao apoio a atividade pesqueira, entretanto, para o esclarecimento do caso em tela, as relações apresentadas são suficientes. A seguir, passo a expor a maneira como sucede o relacionamento da colônia de pescadores com os trabalhadores da pesca de Jaguaribara.

A organização da Colônia de Pescadores no contexto de Nova Jaguaribara

Na Jaguaribara antiga, os pescadores artesanais desenvolviam atividades individualmente, sem nenhuma organização associativa. Com a necessidade da inevitável mudança para o novo espaço, porém, foi incentivada pelo SEBRAE (dentro daquela lógica comentada por mim no capítulo 6, de que o trabalho na cidade não podia ser exercido da mesma forma que no espaço anterior), a criação de uma associação de pescadores. Neste caso,

a intenção não era mais a pesca artesanal e sim o despertar para uma nova atividade produtiva - a piscicultura.

Inicialmente, reuniram-se cerca de 50 pescadores com a assessoria do SEBRAE em torno das discussões sobre a atividade piscícola. Os pescadores, não tendo nenhum conhecimento prévio sobre a atividade, foram orientados em cursos e palestras sobre o tema, inclusive realizaram uma visita ao projeto de piscicultura desenvolvido no açude Jaibaras, em Sobral, com o intuito de observar como a atividade se desenvolvia na prática. Segundo relato de Pedro Chaves, que encabeçou esta reunião de pescadores, o debate sobre a piscicultura não convenceu a maioria pescadores, que, desconfiados e crendo que não era adequado criar peixes em gaiolas, foram desistindo ao longo do caminho, restando no momento da institucionalização da Associação somente oito pescadores.

A Associação dos Piscicultores da Barragem do Castanhão – ASPBC foi criada ainda na antiga cidade, em 2001. Nesse período, a piscicultura no açude Castanhão era somente projeto, sendo iniciadas as atividades somente após a mudança dos moradores para a nova cidade. Como explicitado anteriormente, a ASPBC foi dissolvida em 2006, momento em que surgiu, por intermédio do SEBRAE, a proposta da criação da Colônia de Pescadores para efetivamente se pensar nos pescadores na qualidade de classe.

A Colônia de Pescadores de Jaguaribara teve sua criação em novembro de 2007, tendo à frente da Presidência a pescadora Francineide. No trecho da entrevista, a seguir, ela descreve como tudo ocorreu.

A associação não dava direito a aposentadoria, licença maternidade, essas coisas. Aí quando foi 14 de novembro de 2007, foi fundada a Colônia, ou foi 2008? Não to bem lembrada, os papel é tudo na mão da tesoureira (Gisele). É tudo lá, eu sei que foi fundada a Colônia. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

A Presidente da Colônia acrescenta que, além do SEBRAE, a ajuda do SINE foi importante para a estruturação da Colônia de Pescadores. Assim, lembrou:

Quem sugeriu pra nós formar essa Colônia foi o Neto que é do SINE de Fortaleza. Aí junto com a SEAP, disse que precisava transformar a Associação, era uns 30, talvez 40 (pescadores associados) e a Colônia só pode formar com bastante. Aí nessa época teve que juntar mais gente, trazer mais pescador pra poder formar essa

Colônia. Porque associado mesmo, tinha pouco pescador associado. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

A Colônia de Pescadores de Jaguaribara, no período da pesquisa (2010), contava com 151 associados, incluindo pescadores, pescadoras e piscicultores. Alguns piscicultores também se associaram à Colônia na intenção de gozar de direitos trabalhistas, como aposentadoria, licença-maternidade, auxílio-doença etc.; entretanto, em relação ao seguro-desemprego relacionado ao período de defeso, estes não têm direitos, considerando que o trabalho que desenvolvem não é afetado neste período. A presidente da Colônia explica sobre o assunto:

Na época da piracema só quem tira é o pescador, o piscicultor não tem direito não. Porque o piscicultor ele já tem o seu dinheiro todos os meses [...] Tem aqueles três meses fechado, não pode pescar, por isso que vem os três mês pra pagar, que é o seguro desemprego. Porque eles (os pescadores) estão desempregados durante aqueles três meses, por isso que dá. O piscicultor não, é salário maternidade, auxílio doença, é aposentadoria, quando chega a idade. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

A Presidente demonstra os pontos positivos para os pescadores em se associando à Colônia, mas a seguir menciona um ponto negativo do processo, relacionado ao acúmulo dos valores recebidos relacionados ao seguro-desemprego, pois sua liberação só ocorre ao final dos três meses de defeso. Assim, os pescadores ficam totalmente sem renda, pois há uma permanente fiscalização por parte do IBAMA para que não haja pesca no referido período.

É três salários, só que não sai parcelado não, é do jeito que eu disse, é fechado. Fecha em janeiro: é janeiro, fevereiro e março. Mas aqui o inverno não pega, aqui, fecha em fevereiro: é fevereiro, março e abril, quando é no primeiro de maio abre. [...] Aí recebe os três mês, tudo de uma vez, as três parcela tudo de uma vez só, é uma coisa boa quando chega, mas não alimenta ninguém não. Porque já pensou você passar três mês comprando fiado, porque o IBAMA é em cima, em cima mesmo, não dá brecha pro pescador ir pelo menos pescar uma tilápia. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

Para a garantia dos benefícios trabalhistas aos segurados, estes contribuem com INSS, por orientação da SEAP. Conforme trecho da entrevista a seguir, anteriormente os pescadores contribuía anualmente, entretanto, a exigência passou a ser mensalmente, o que enseja problemas para os pescadores.

Tá exigindo agora a partir do mês de outubro (2010) o comprovante do pagamento do INSS. Porque nós paga por ano o INSS, é o GPS que paga. Aí o SEAP agora tá

exigindo a pagar mensalidade. Ai, já fui no INSS, já fui na Receita Federal, já fui no contador, ele já disse que não tem como fazer. Dividir esse dinheiro pra pagar por mês, porque parece que só dá oito e pouco talvez não chegue a nove real, aí o banco não recebe. Porque por ano nós paga trinta e quatro, esse ano nós pagamos trinta e quatro e um quebradozinho ai não tem como fazer. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

Outra exigência da SEAP para os pescadores associados é a comprovação da comercialização da pesca, ou seja, para a renovação anual das carteiras, os pescadores devem apresentar recibos comprovando as vendas realizadas. Sobre o assunto a presidente da Colônia informou que é difícil obter o comprovante das vendas porta a porta (atividade comum em Nova Jaguaribara), mas em relação às vendas no atacado a situação é mais fácil, pois eles já emitem o comprovante no momento da compra.

Porque a partir de outubro só renova a carteira quem chegar com esse comprovante. Com o comprador do peixe é fácil, vamos supor, vende a semana todinha aqui no meio da rua, mas pra pegar aquele comprovante do mês a gente vende pra um comprador de fora pra poder pegar o comprovante. Pra poder levar pra poder renovar a carteira. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

Atendidas as exigências feitas pela SEAP, os pescadores associados gozam dos direitos trabalhistas que os beneficiam e dão mais segurança para o exercício da atividade pesqueira no açude. Nem todos os pescadores, no entanto, gozam destes benefícios, pois se recusam a participar da Associação. A presidente da Colônia, consciente dos benefícios sociais para os associados, estranha a atitude daqueles que não se associaram. Para ela, isto está relacionado a “um pescador que ainda não preserva a sua vida, não dá valor, pagar um seguro de vida, tem muito pescador que eu mesmo conheço que é pescador e não procura se associar em alguma coisa”. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).
Menciona alguns casos:

Tem o André que eu conheço. Eu digo: André, porque você não se encosta na Colônia? Eu vou, eu vou amanhã e não chega. Tem outro, cunhado meu, que também pesca, e não se interessa. Tem vários pescador, que pesca e não se interessa. Tem o Antônio Neto que é irmão dele, que é pescador também, não se interessa. Eu digo: rapaz isso aqui é bom, te dá direito. Ninguém quer que adoça, ninguém quer morrer, mas todos nós somos mortal. Se Deus o livre acontecer uma coisa dessa daí um dia, adoecer, a colônia, se Deus o livre segura. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

Mesmo com as vantagens apresentadas pela Presidente na tentativa de convencimento de alguns pescadores, alguns ainda resistem e continuam a pesca de forma totalmente individual.

Corroborando o cenário encontrado em Jaguaribara um estudo de Moraes (s/d), sobre uma colônia de pescadores, em Rio do Fogo, no Rio Grande do Norte. O pesquisador também identificou vários pescadores que não faziam parte do quadro social da colônia por opção. Neste caso, permaneciam sem acesso a direitos trabalhistas e previdenciários.

As dificuldades enfrentadas na gestão associativa

Uma das dificuldades elencadas pela Presidente para a gestão da Colônia refere-se à arrecadação da mensalidade, pois, embora o valor seja acessível (dez reais por pescador), existe uma grande dificuldade para que a contribuição seja paga pelos pescadores, mensalmente.

Paga não, tem alguns que não paga não, e paga assim, é que nem chega um dia, assim, precisou, aí eles vão lá e diz assim: eu posso botar em dia? Aí nós tamo precisando, bota em dia. O valor é dez reais. Os pescadores colocam as mensalidades em dia perto da época da piracema. Aí entra mil, mil e pouco, que nem esse ano, entrou mil e um quebradinho, que eles sai tudo pagando. Normalmente era para os pescadores contribuírem mensalmente, pois a colônia repassa a taxa da federação [...] é 10% da Federação. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

Para a entrevistada, o funcionamento da Colônia é dificultado pela instabilidade na contribuição dos associados e também por não haver uma sede para o exercício do trabalho. Assim, por exemplo, os pagamentos das mensalidades são recebidos na casa da tesoureira e as reuniões ocorrem em locais cedidos, normalmente na sede do Sindicato dos Agricultores. A Pescadora informou que já tentou conseguir um terreno com a Prefeitura local para construir a sede da Colônia, mas não teve sucesso.

[...] já fomo ao Prefeito, já pedimo o chão, ele prometeu de dá, aí já fui de novo, sai bem umas 10 horas da noite de lá. Aí veio me oferecer um chão lá perto da barragem, vamos supor a gente faz a sede lá, vamos botar um computador, roubam. Aqui dentro da Jaguaribara, quanto mais isolado pra acolá, ninguém pode pagar um vigia, aí tamo esperando que Deus abençoe e que sobre um dinheirinho o restante que sobra da federação, de despesa com algum pescador e alguma coisa pra colônia o resto é depositado no banco. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

A oferta do prefeito foi recusada, pois a Presidente considerou o espaço oferecido longe da cidade e por isso vulnerável à ação de ladrões.

Para a gestão da Colônia, a Presidente destaca o apoio de Gisele (tesoureira) que, por ter concluído o ensino médio, resolve com maior facilidade questões relacionadas às documentações necessárias, ao acesso à internet para cadastro de pescadores, renovação das carteiras ou emissão de DAF.

Estas duas mulheres, entretanto, relatam sobre experiências desafiadoras para a gestão. A reunião dos pescadores é uma das grandes dificuldades relatadas pela Presidente, pois, segundo ela, alguns quando convidados a participar dizem que confiam no trabalho da Presidente e por isto não precisam ir às reuniões.

Gisele informou que normalmente as reuniões teriam que ocorrer bimestralmente, porém, elas só as realizam quando tem algo importante para comunicar ou definir, “quando tem um assunto, assim, que a gente quer passar pra eles, quer combinar alguma coisa com eles, bota anúncio pela rádio, pelo telefone [...] eles avisam uns aos outros”. (GISELE, julho 2010). Os pescadores relutam em participar das reuniões, mesmo elas utilizando os seguintes argumentos: “Vocês têm que saber o dinheiro que vocês paga, é de vocês né? Tem que saber pra onde que ta indo, o que é que nós estamos fazendo com ele”. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

Parece, contudo, que os pescadores não demonstram interesse em tomarem conhecimento sobre o destino dos recursos da Colônia. Segundo a Presidente, eles sempre retrucam algo semelhante à seguinte afirmação: “O que nós estamos fazendo tá aqui? Nós confia, nós confia”. Ela acrescenta que alguns deles, realmente, não se interessam, enquanto outros soltam indiretas em relação ao destino dos recursos arrecadados pela Colônia. “É assim, tem pescador que é bom, tem pescador que é chato, cheio de piada, é assim, mas lutar com gente é a coisa mais difícil que tem, é a gente pedir paciência a Deus”. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

A Presidente também percebe dificuldades para o exercício do cargo, no que concerne às diversas atividades que ela tem que realizar. Por exemplo, ter que se deslocar até Fortaleza, para periódicas reuniões, é um dos principais problemas, pois segundo, a entrevistada, não goza de boa saúde e ainda considera a Capital muito distante.

Eu não sou bem de saúde, é reunião por cima de reunião, eu não sou mulher de reunião, reunião em Fortaleza. Pra mim já chegou ali uma coisa, eu faço é adoecer imaginando na viagem que é tão longe pra gente ir, mas mesmo assim a gente vai. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

A Presidente enfatiza que o trabalho é complexo, principalmente nos 30 dias que antecedeu o período da piracema, momento em que todos os pescadores têm que renovar as carteiras, ficando todo o trabalho a cargo dela e de Gisele, que se desdobram para realizar as renovações. Assim, estranha que, mesmo com tantas atividades, ela não possa receber pelo trabalho, “tem o seu Raimundo da Federação (dos pescadores), ele é o presidente dos presidentes das Colônias, [...] ele tem o ordenado dele [...] e nós presidente das colônias não tem direito a nada”. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores). A mesma acrescenta que é;

Só trabalho, não dá direito a nós trabalhar ganhando dinheiro nenhum, eu já disse é o único trabalho que eu vejo trabalhar e não ter direito a ordenado nenhum, porque todo trabalho que você trabalha hoje em dia você ganha seu ordenadinho, e esse, você só ganha é abuso de pescador e trabalhar muito. Porque quando chega o tempo da piracema, menina é ajeitando papel de um pescador e outro e agora que tem essa burocracia agora de renovar carteira antes de 30 dias. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

A presidente, ao expor os desafios enfrentados com o trabalho na Colônia, os percalços vivenciados, confessa que ela e sua apoiadora pensam em deixar os cargos. A relação com os pescadores é um dos fatores apresentados como uma das principais causas para quererem desistir da atividade.

A Gisele tá querendo sair e eu também. A gente marca as reunião. Olhe fulano: de segunda a sexta até quatro e meia pra vocês ir pagar, fazer alguma coisa. Eles não quer ir, chegam seis horas batendo na porta dela, ela tá tomando banho, como tem pescador, ela já tá se afobando, se abusando com essas coisa. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

Em virtude de a Colônia não ter uma sede, a qualquer demanda, os pescadores procuram as gestoras em suas residências, principalmente a Gisele, fato que enseja problemas ela. Segundo informações da Presidente, o marido de Gisele orienta que ela deixe o cargo, mas, para Francineide, isto é algo temível, pois a tesoureira soluciona muitas questões que a Presidente não sabe resolver.

O marido dela também queria que ela saísse, ela saindo ela é meus pés e minhas mão, ela já terminou os estudo dela, é bem sabidona. Eu sei ler e escrever, mas é muito pouco, eu não sei fazer o que ela faz, aí ela saindo, pronto, quebra minhas pernas. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

As mulheres pescadoras e dirigentes da Colônia pensam em deixar o cargo, mas pretendem aguardar até o final do mandato. Elas mostraram-se preocupadas, em razão do grande desinteresse que os associados demonstram no concernente à sucessão da atual Presidência.

Antes de chegar o tempo de eu entregar, três mês antes, a gente já tem de ir preparando aquela assembléia, a gente ir falando pra eles é assim, é assim. Pra quando aquela assembléia entrar, eles saberem o que é pra fazer, aí é o que nós vamo fazer. Mas nas reunião que nós já conversemo com os pescador, a gente diz: fulano, olhe nós vamo botar você....eu mesmo não. Fulano é você... eu mesmo não. É você, não sei como é que vai ser, eu tenho até pena de nós sair e ir de água abaixo as coisa que já ta certo, graças a Deus. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

O problema presente em Nova Jaguaribara, relacionado com a apatia dos pescadores para a continuidade do trabalho, também foi verificado pelo estudioso que analisou a colônia de pescadores no Rio Grande do Norte. Para Moraes (s/d) “Uma das grandes dificuldades encontradas na colônia de pescadores no município de Rio do Fogo, é a renúncia ao poder. Um grande número de pescadores isola-se, deixa de participar da vida política de sua unidade de representação, parece viver no anonimato”. (Pág. 5).

A ausência de participação popular em alguns espaços específicos para este fim pode ser entendido a partir da abordagem de Carvalho (2002), que denomina esta cultura desinteressada pela participação de “estadania”, em oposição a cidadania. Os sujeitos sociais sempre confiam suas demandas e o seu destino ao representante político, buscam sempre “por um messias político, por um salvador da pátria”. Estas reflexões são esclarecedoras do cenário da colônia de Jaguaribara, pois os pescadores relutam em participar das reuniões e creditam todas as decisões a Presidência.

Trabalho e comércio da pesca na nova cidade

Os pescadores artesanais são definidos como aqueles que exercem a atividade da pesca sozinhos e/ou utilizam mão de obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes localizados próximos à costa; por não possuírem barcos maiores ou instrumentos adequados, dispõem de pouca autonomia. “Os pescadores artesanais mantêm contato direto com o ambiente natural e, assim, possuem um corpo de conhecimento acerca da classificação,

história natural, comportamento, biologia e utilização dos recursos naturais da região onde vivem”. (CLAUZET *et. alli.* 2005:01).

Na nova cidade, os pescadores artesanais continuam exercendo o mesmo trabalho, entretanto de forma diferente considerando a extensão e profundidade do açude Castanhão. Em contato com as mulheres gestoras da Colônia de Pescadores, que também exercem a atividade, a pesca é a alternativa possível dentro de uma realidade onde não existem outras oportunidades de trabalho. Para Gisele,

Tava tendo um mercado aqui de venda, mas parece que agora acabou, atacaram muito. A maioria das pessoas que chegam aqui fica perguntando: por que vocês ficam pescando? Porque é a única coisa que tá tendo, o comércio aqui é a pesca, aqui é parada a cidade se não cair na água pronto. (GISELE, tesoureira da Colônia de Pescadores).

Francineide corrobora a informação de Gisele:

Porque a cidade é morta, a cidade não tem nada, ai é a pesca, a sorte dessa cidade aqui é a pesca porque se não fosse todo mundo já tinha abandonado a cidade. Não tem emprego, o único emprego que tem aqui é da Prefeitura, não dá pra empregar todo mundo, não tem uma firma pra empregar.

As pescadoras já exerciam a atividade pesqueira na antiga cidade e acreditam que o trabalho com a pesca melhorou no espaço atual em virtude da existência da Colônia, que garante os direitos trabalhistas para os associados. Sobre o assunto, Francineide afirma que,

A diferença, é como eu disse, que aqui eu sou de Colônia e lá eu não era associada em nada. Era pescador mesmo sem ter direito a nada, era só o peixe mesmo, pegar e vender na rua. Porque toda vida nós vendemo na rua pra sobreviver, e aqui não, aqui tem a colônia e tem direitos. [...] Melhorou, melhorou por causa disso aí, a colônia é boa graças a Deus, Deus o livre, ninguém quer adoecer não, mas se Deus o livre adoecer tem como se encostar, você tem o direito de tirar, eu fiz hesterectomia, o médico me deu três meses eu me encostei os três mês e recebi, ai melhora foi essa daí pro pescador.

Em relação ao exercício do trabalho, todavia, muita coisa mudou, começando pela extensão e profundidade do açude Castanhão, que requer dos pescadores equipamentos adequados, como canoas, meios de transportes para o deslocamento até o açude. Assim, “Quem pode tem, coitado, quem não pode fica só na linha mesmo”. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores). Os pescadores que não têm canoas pescam, arriscando-se dentro de câmaras de ar, equipamento muito inseguro, considerando a profundidade do

manancial. Segundo Francineide, outro perigo para os pescadores são as piranhas existentes no local.

Perigoso é, até aqui tem piranha demais, a minha irmã tava até falando que saiu até na rádio que nunca viu tanta piranha que tava comendo os peito da vaca, é marreco é paturi, tudo localizado ai dentro da barragem, porque as piranha tá atacando. É muito perigoso o pescador ir pescar numa barragem dessa aí, pesca coitado porque quem vive e sobrevive da pesca tem que ir buscar lá dentro mesmo.

A dimensão e profundidade do açude é fator mencionado sempre como problema para os pescadores que estavam habituados a pescar em águas rasas. Assim, alguns deles se deslocam para a parte mais rasa do açude para facilitar o trabalho. Esta parte do açude é localizada no espaço onde está submersa a antiga cidade.

Ai pescador da cidade velha que era pescador de lá que nem o meu cunhado que vive tudo aqui, vão pescar tudo lá de novo como eu acabei de dizer. O meu saiu terça feira e vem chegando hoje da cidade, mulher. Dessa dita cidade que nós morava, ele chegou hoje de barco. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

Para a pesca na antiga cidade, os pescadores precisam de transportes para o deslocamento, e, em razão da distância, não voltam no mesmo dia. “Agora assim pra ir pra Jaguaribara passa dois, três dias, porque não adianta ir pra voltar de tarde, é longe. (GISELE, tesoureira da Colônia de Pescadores).

Outro problema enfrentado pelos pescadores no açude está relacionado à falta de segurança. Por exemplo, atualmente, para pescar, não se pode mais deixar o material (redes) para recolher depois, pois normalmente o material é roubado. O cunhado de Francineide passou diversas vezes por este problema, “[...] Ele deixou até de pescar disse que ia pasturar o cabra pra pegar, eu disse aqui eu não quero desmantelo não”.

Em relação à produtividade nas pescas, a Pescadora afirma que é variável:

[...] pegando sorte, quando a pescaria tá boa, pegando sorte mesmo, na semana dá pra pegar 100 kg de peixe, tando boa a pescaria, tando boa [...] agora tem dia que é ruim, ruim mesmo, que você vai é poucos quilo mesmo. Uma vez meu marido mais João Caetano ele passou a semana todinha pra fazer trinta reais, aí quando o peixe ta favorável, bom mesmo, ai tem vez que traz 50 quilos, 100 quilo. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

Os peixes existentes no açude, pescados e comercializados são:

[...] curimatã, tucunaré, piranha, piau, pescada só que a piranha ela só tem saída sendo a piranha branca, a vermelha ou a preta não, a que sai mais é a piranha branca

quando aparece comprador é um real o quilo e quando não aparece, aí a pessoa joga, que nem um dia desse, eu joguei não sei quantos quilo de piranha, o povo não quer. A gente oferece dado e o povo ainda não quer [...]. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

Relativamente à comercialização das diversas espécies capturadas pelos pescadores, a Presidente garante que, “quando chega com esse peixe, tem a saída muito bem aqui nas porta que a cidade cresceu, aí vende nas porta, quando não vende nas porta não falta comprador graças a Deus, é barato o peixe é dois reais”. A pescadora continua descrevendo a comercialização do pescado. Embora não revele quanto recebe por mês, afirmou que as vendas são boas e não faltam compradores, porém, para os pescadores, é mais rentável vender de porta em porta do que em quantidade.

Tem Tito que compra ali pro lado de Tabuleiro por ali, a Zuila que comprava e deixou de comprar, também o seu Tiago que compra e leva pra Fortaleza. Seu Geraldo aqui também que compra, tem o Antônio que compra também ali na Laje, não falta comprador não. É porque o peixe é R\$ 2,00 quilo, e aqui nas porta, a gente faz as palha por dez reais, a gente lucra muito mais, o peixe nunca caiu, graças a Deus. [...] Sendo peixe de nove pra cima, que é mais graúdo a gente bota cinco peixe e vende por R\$ 10,00, você vai pesa uma palha de peixe daquele ali, dá 2,8 kg, 3 kg. Aí se for pra vender no quilo só dá R\$ 6,00, R\$ 4,00. Na palha sai melhor, por isso que a maioria dos pescador só vende assim. (FRANCINEIDE, presidente da Colônia de Pescadores).

Gisele informa:

[...] quando chega com o peixe a gente vai ajeitar o peixe, vai vender. Também as vezes já chega gente querendo comprar né, já chega tá encomendado, a gente vai só deixar o comprador, as vezes vem comprar na porta também. A palha é R\$ 10,00, por exemplo, aí bota na palha e sai vendendo.

Ressalta, contudo, que existe um problema associado às vendas na palha:

Assim, porque o dinheiro tá difícil. Quem compra muitas vezes deixa pra pagar na próxima semana [...] A gente vende a pesca porque precisa né, a gente vende e quer ver o dinheiro [...] tem gente que às vezes deixa pra pagar com uma semana, com duas, aí vai acumulando. Tem um monte de peixe, aí ele leva e paga aquele que deixou, e leva aquele fiado, da outra vez paga aquele que deixou e leva outro fiado. Tem que vender o peixe.

Sobre a inserção de mulheres na atividade pesqueira, Gisele esclarece que, na nova cidade, a maioria dos pescadores são homens. Assim, as mulheres envolvidas na atividade a fazem na companhia dos maridos. Ela afirmou não ter conhecimento de pescadoras solteiras. “Às vezes pesca o casal, mas a mulher vai com menos frequência que os

maridos [...] a gente não vai todo dia pra água, mais eles não, dá pra ir todo dia [...] não tem como, mas pelo menos três a quatro vezes por semana a gente tem que ir”. (GISELE, tesoureira da Colônia de Pescadores).

A seguir, trataremos sobre as mudanças operadas nos modos de vida dos agricultores urbanos.

Os agricultores urbanos

De acordo com informações constantes no Plano de Reestruturação Econômica de Jaguaribara (SEBRAE, 2003), havia 82 agricultores urbanos no Município, antes da mudança. Foram considerados agricultores urbanos, os moradores da zona urbana que plantavam nas vazantes do rio Jaguaribe ou pequenas roças em terras quase sempre arrendadas no Município antigo. Após a transferência, passaram a residir em Nova Jaguaribara, enfrentando dificuldades para desenvolver atividades agrícolas, pois a cidade não dispõe de zona rural e o açude fica distante das residências.

Em virtude da inexistência de local adequado em Nova Jaguaribara para o cultivo, alguns agricultores, com idade adequada ou tempo de serviço, buscaram a aposentaria ao chegar ao local, abandonando a agricultura. A entrevistada a seguir refere-se a esta situação: “o meu pai, na época da antiga cidade, ele era agricultor, plantava nas margens do rio Jaguaribe. Devido à mudança da cidade para outra ele já não planta mais, se aposentou e não quis mais saber de agricultura”. (MARIA DAS GRAÇAS, abril 2008).

A seguir, na fala de uma entrevistada, podemos observar um exemplo da perda do espaço adequado para o plantio. “As mudanças é que, na cidade velha, as pessoas tinham mais facilidade de plantar perto do rio e ficava mais perto de sua casa e, hoje, depois da mudança, ficou mais difícil de arrumar terra para plantar”. (ALINE SILVA, abril de 2003). O antigo Município reunia as condições necessárias para o desenvolvimento da agricultura de subsistência. Observe-se a informação a seguir:

Mudou muito, pois lá onde morávamos, a minha família era dono da terra. Pois plantávamos tudo que queríamos e lá não tínhamos nenhum problema com água, pois o nosso terreno era próximo ao rio Jaguaribe. Quando não tinha inverno era só fazer uma irrigação, tinha muita fartura. Totalmente diferente da nova moradia. (MARIA JOELMA, abril de 2003).

No trecho da entrevista a seguir, a fala do interlocutor converge para as informações anteriores sobre a perda do espaço para o plantio:

Eu plantava na vazante lá, era lá debaixo da cidade, do outro lado assim da nossa terra. O período de plantar era de julho em diante, porque tinha o inverno, aí eu plantava o feijão [...] Plantava feijão, vendia que sobrava, batata, melancia, melão, tudo dava, e comer pra bicho, pras vacas, só comia o que era bom e aqui só come o que eu dou. (STÊNIO, 25/08/2003).

Uma entrevista com uma agricultora, em agosto de 2003 na nova cidade, foi significativa para a compreensão sobre as consequências da mudança, vivenciada pelos agricultores no novo espaço. Durante a entrevista na residência de dona Mazé, ela mostrou animada, tudo o que plantara no grande quintal de sua casa na Nova Jaguaribara. Apontou “jerimum, tomate, cheiro verde, limão, graviola, acerola, milho, feijão”, no entanto, logo em seguida, como que um “pequeno raio” de preocupação perscrutasse em seu íntimo, ela acrescentou “mas aqui a gente tem que esperar pela chuva ou aguar com água da CAGECE e o jeito é aguar, senão as plantinhas morrem”. (MAZÉ, agosto de 2003).

Dentro do Plano de Reestruturação Econômica estava prevista a reorientação dos trabalhadores para o desenvolvimento de atividades produtivas no novo espaço. Desta forma, eles realizaram cursos, palestras e missões técnicas para aprender a irrigar, organizar-se e comercializar a produção dentro dos reassentamentos. Os agricultores submetidos ao processo inevitável de mudança tinham o seguinte perfil, segundo entrevistas realizadas pela SEINFRA na antiga cidade:

87% dos entrevistados eram do sexo masculino; Aproximadamente 50% possuem no máximo 45 anos de idade; 48% acessam a terra que utilizam para trabalhar através do sistema de parceria; 53% não possuem qualquer habilidade para trabalhar em outro tipo de atividade diferente da agricultura; 58% não possuem outros rendimentos diferentes do obtido com a agricultura. (SEBRAE, 2002).

Os dados demonstram que os agricultores urbanos eram na maioria homens jovens com no máximo 45 anos de idade e com grande potencial produtivo, entretanto mais da metade deles possuía pouca ou nenhuma escolaridade, e não realizava outra atividade além da agricultura, fatores que dificultavam a inserção em outras atividades produtivas.

Como relatado no capítulo seis, a forma como os agricultores trabalhavam, orientados somente para a subsistência e com práticas rudimentares, foi considerada pelo

grupo que elaborou o Plano de Reestruturação Econômica como inadequada, de forma que necessitavam de outros saberes para continuar existindo na nova cidade.

Com a perda do local de trabalho, das terras para o plantio, os agricultores urbanos buscaram outras estratégias para a manutenção da sobrevivência familiar. Para alguns deles, a modificação esteve relacionada à mudança de profissão; com surpresa, encontramos antigos agricultores na nova cidade exercendo a piscicultura. Indaguei sobre a mudança e recebi mais de uma vez a mesma resposta: “A terra virou água, então para sobreviver tem que aprender a criar tilápia”. (LÍVIA, 30 de abril de 2009).

A possibilidade de os agricultores urbanos continuarem exercendo a atividade na lavoura seria a transferência destes para projetos de reassentamento, entretanto, sobre a relocação deste público, encontrei uma menção genérica em um relatório do SEBRAE, o que nos deixa a dúvida sobre o real destino destes trabalhadores:

Considerando a existência de um número significativo de agricultores urbanos, foi adquirida uma área de 50 ha que será disponibilizada para um projeto que visa beneficiar este grupo impactado com a transferência da sede do município. Nesta área serão produzidas e posteriormente beneficiadas frutas e/ou hortaliças que serão escoadas para diferentes mercados consumidores. (SEBRAE: 2003:10).

No relatório, não há menção acerca de quando ou do local onde as famílias dos agricultores urbanos seriam reassentadas. Em diversas entrevistas com moradores, contudo, comentou-se que os referidos agricultores foram transferidos para o Projeto de Agricultura Irrigada Mandacaru. Segundo uma entrevistada, “Eles trabalham em terrenos perto da cidade exercendo suas atividades rurais na mesma maneira antes da mudança, outros compraram terreno, outros estão assentados, reside na cidade, mas tem uma faixa de terra no assentamento Mandacaru”. (MARIA IGNEZ, abril de 2008)

Outra entrevistada, comentando sobre o trabalho desenvolvido pelos agricultores no espaço anterior, ressalta que

Os agricultores urbanos plantavam batata-doce milho e feijão nas margens do rio, pois as terras eram férteis e produtivas. Porém com a mudança essas categorias se desestruturou tanto na questão econômica como produtiva. Hoje os agricultores urbanos contam com terrenos que estão situados nos projetos de reassentamentos rurais, como o Mandacaru, para desenvolver seu plantio. (MARIA DAS CANDEIAS, abril de 2008)

Em 2008, tive a oportunidade de conhecer de perto o Projeto de Irrigação Mandacaru e conversar com alguns moradores. De acordo com uma entrevistada, o projeto ainda não tinha água para a irrigação. Assim, segundo ela, “os moradores plantam feijão quando tem inverno. Com o inverno deste ano, estão no momento colhendo a safra e vendendo uma saca de feijão por R\$ 85,00, porém, após a safra, ficam sem outra fonte de trabalho e renda”. (DONA ROSA, abril 2008). Neste período, tomei conhecimento de que a proposta inicial do projeto havia sido modificada, de sorte que, em vez de agricultura irrigada, a produção no local seria de vacas leiteiras.

Em março de 2011, busquei informações sobre a situação do reassentamento com o presidente da Associação dos Agricultores de Jaguaribara. Ele informou que 170 famílias, no final do ano de 2010, iniciaram o projeto de pecuária leiteira. Para o representante dos agricultores, até agora, no reassentamento, eles só têm renda no período de inverno. No ano passado não ganharam nada. “Este ano está em obras não dá pra plantar. É outra seca”. O líder estava ansioso pela visita do recém-empossado, Secretário de Desenvolvimento Agrário (SDA), senhor Nelson Martins, que ocorreria no dia 26 de março de 2011. A esperança era de que o Secretário pudesse trazer opções para oferecer renda para os reassentados.

De acordo ainda com o presidente do Sindicato, um dos grandes problemas enfrentados pelos reassentados do Mandacaru é a falta de água, entretanto, vale ressaltar que o Canal da Integração passa dentro do reassentamento, mas os agricultores não podem retirar água do local. O presidente do Sindicato mencionou uma recente conquista da Associação, que, por meio da COGERH do Município de Limoeiro do Norte, conseguiu uma adutora para a população usufruir da água.

A proposta inicial do Projeto de Agricultura Irrigada do Mandacaru previa a irrigação e esta não ocorreu. Ao longo do tempo de espera para a consolidação do projeto, algumas instituições propuseram ações para gerar e renda para os moradores que estavam totalmente dependentes da chuva para praticar a lavoura. Observe-se a seguir o relato de uma técnica do SEBRAE sobre uma tentativa frustrada para a criação de trabalho e renda para este público.

Os agricultores continuam sem trabalho, foi feito um projeto pelo SEBRAE para plantação de hortaliças e desenvolvimento de ovinocultura, os envolvidos receberam formação e acompanhamento para atividade. O BNB estava disposto a financiar o projeto através do PRONAF, mas foi inviabilizado devido à falta da Declaração de

aptidão ao Pronaf. A Ematerce, instituição habilitada para dar a referida declaração, negou-a, alegando que as famílias cadastradas tinham renda superior ao exigido pelo Pronaf. (TÉCNICA do SEBRAE, abril 2008).

Por questões relacionadas ao critério da emissão da DAF (segundo a EMATERCE, os agricultores não atendiam as exigências), outra ação para a inserção destes trabalhadores foi postergada e eles continuaram sem uma atividade produtiva. A irrigação também não ocorreu - foi o que pude constatar quando encerrava a pesquisa de campo em julho de 2010.

Foi característica desta obra hídrica do Estado do Ceará o grande atraso em relação ao que foi prometido para a população, em termos de infraestrutura para a manutenção dos seus trabalhos e reestruturação econômica do Município. Não é, porém, uma situação local, pois podemos perceber crescentes movimentos sociais lutando por direitos prometidos e não cumpridos, envolvendo projetos de deslocamento populacional. Arantes (1992) analisou direitos dos deslocados em diversas obras hídricas, evidenciando vários atrasos na implantação da infraestrutura necessária à relocação dos afetados.

A desvalorização do trabalho doméstico: a lavagem de roupas

Helena⁸⁴, diariamente, se deslocava ao açude Castanhão para lavar roupas; em meados de agosto de 2003, ao chegar ao açude, como era de costume, buscou uma pedra nas margens do manancial para realizar seu trabalho. Localizando a pedra, instalou-se nela com seu material de trabalho, entretanto, surpreendeu-se com a advertência de outra lavadeira que chegou em seguida: “esta pedra é minha, foi eu quem colocou ela aí”. Em virtude da intensidade da expressão, ela retirou seus instrumentos de trabalho da referida “pedra” e só depois parou para pensar no que acontecera.

Este episódio relatado por Helena mostra indícios das mudanças que ocorreram nas relações de trabalho e sociabilidade dos moradores de Nova Jaguaribara, no Ceará. A lavadeira acrescentou que na “Jaguaribara antiga”, não existia “essa briga por pedras”. Ela relembra o tempo em que o trabalho era realizado às margens do rio Jaguaribe, com

⁸⁴ Helena é uma das lavadeiras entrevistadas por mim no ano de 2003 em Nova Jaguaribara.

abundância de pedras de todos os tamanhos, possibilitando a lavagem coletiva⁸⁵. Nas margens do açude Castanhão, inexistem pedras encravadas naturalmente, as existentes foram trazidas por algumas lavadeiras de forma a facilitar trabalho.

A lavadeira continuou relatando na entrevista sobre o seu trabalho, e na sua fala relacionava dois tempos, da antiga e da nova cidade, situando aí as mudanças no seu modo de vida. “Lá o rio era bem pertinho, a gente saía de manhã, pegava as roupas na casa das freguesas e ia para o rio e a gente levava nossos meninos, aqui o rio (açude) ficou longe e a gente só pode ir se for de carona ou pagando transporte”. (HELENA, agosto de 2003).

Neste mesmo dia, além de Helena, entrevistei duas outras lavadeiras que apontaram problemas semelhantes vivenciados no novo espaço: a distância para o deslocamento até o local de trabalho, a dificuldade para a lavagem de roupas nas pias e a despesa com o pagamento da conta da água. As duas lavadeiras expressaram em suas falas a vontade e a necessidade da instalação de uma lavanderia pública na cidade nova, proposta que fizeram à Prefeitura Municipal⁸⁶.

Como forma de proporcionar oportunidade de trabalho e renda para as lavadeiras, inclusive é uma ação constante no Plano de Ação Imediato (PAI), o SEBRAE propôs a criação de uma associação e, com base nela, a produção de material de limpeza para a comercialização. A ideia agregou poucas lavadeiras que aprenderam a produzir e a comercializar os produtos, entretanto o grupo se desmobilizou⁸⁷ em pouco tempo e elas voltaram a buscar formas de sobrevivência individualmente.

Sobre a criação do empreendimento, uma lavadeira afirmou que

Através da Associação, entramos em contato com o SEBRAE, aí o SEBRAE ajeitou, falou com nós, aí nós ajeitamos, e botemos uma fábrica. Era pra ser as 33 pessoas (lavadeiras) na fábrica. Mas, no início teve uma reunião com o Prefeito, que ele dava uma ajuda de custo, nós passava quatro meses sem ganhar (não mexiam no lucro). Muitas não quiseram, pois queriam ganhar um salário. Ficaram 10 (dez mulheres), hoje só estão seis. Agora as seis (seis mulheres) está recebendo 50 reais com a produção que nós estamos vendendo. (MARIA, 2003).

⁸⁵ De acordo com o Plano de Reestruturação Econômica de Jaguaribara (SEBRAE: 2003), aproximadamente 20 mulheres exerciam o trabalho de lavagem de roupas, dentre elas, algumas tinham na ocupação o sustento de suas famílias e algumas como complementação da renda familiar.

⁸⁶ Constatei na visita que realizei em abril de 2009 que o pedido das lavadeiras ainda não foi atendido pela Prefeitura Municipal de Jaguaribara.

⁸⁷ Em visita ao SEBRAE (Jaguaribara) em agosto de 2008, obtive a informação de que a cooperativa deixara de existir devido falta de um responsável químico.

Coadunado com o trabalho de fabricação dos produtos de limpeza, a Associação negociou com a Prefeitura Municipal o custeio⁸⁸ das contas de água das lavadeiras, que passaram a exercer a atividade em casa. O pleito foi aceito e as lavadeiras interessadas buscaram a instituição para realizar o cadastro. Em contrapartida, a Prefeitura exigiu que as lavadeiras ingressassem no curso de “Alfabetização Solidária”, durante o ano de 2003, cabendo, depois, a cada uma continuar nas escolas da cidade. As aulas ocorreram em um prédio da Prefeitura cedido para este fim.

A minha ele paga, mas eu num trabalho não, só sou lavadeira, sabe, só lavadeira, aí estudo de noite, porque é assim, ele paga nossa água, mas é para nós todos estudar, porque ele quer que todas aprendam, porque nós é tudo analfabeta, sabemos, mas é pouco, ele diz eu pago a água de vocês, mas é pra vocês estudarem, pra vocês aprenderem alguma coisa na vida, aí nós vamos pra aula e ele paga nossa água. (LINDALVA, 2003).

O custeio das contas de água pela Prefeitura foi importante e necessário para as lavadeiras que, na cidade anterior, exerciam a profissão e não pagavam nada para isto, “Se fosse pra lavar em casa, pra nós pagar, eu num lavava, porque não dava não [...] Lá, a gente pegava água do rio não pagava um tostão, aqui a gente tem que pagar. Aqui num tem nada de graça, tudo é pago”. (LINDALVA, 2003).

As lavadeiras, para se deslocarem até ao açude a fim de exercer a atividade, criaram algumas estratégias, como o transporte em bicicletas, mototáxi ou ônibus. Os dois últimos transportes implicam um gasto que as lavadeiras não tinham anteriormente. Em entrevista realizada em abril de 2009, uma moradora alude ao trabalho, fazendo um paralelo entre a antiga e nova cidade:

[...] antes na velha Jaguaribara todas lavavam as roupas no rio e hoje elas encontraram dificuldade; porque precisam se deslocarem de suas casas que não ficam perto do rio, e lá era bastante perto, algumas tiveram uma ajuda da prefeitura por alguns anos para pagarem as contas de água, pois era muito cara, e agora elas não tem mais essa ajuda e precisam continuar lavando essas roupas, pois ganham dinheiro disso e muitas sustentam suas famílias com esse pouco dinheiro, e assim algumas delas vão no ônibus de Lulica Tur bem cedinho esse ônibus vai todos os dias para Jaguaribe com pessoas que vão fazer compras ou resolver alguns problemas que aqui em Jaguaribara não podem ser resolvido ex: documentação, banco de dinheiro e estudar, mais tem também as lavadeiras que continuam lavando em suas casas e pagam as suas contas de água sem nenhuma ajuda. (FRANCISCA IRACIMAR, abril de 2008).

⁸⁸ Na gestão da Prefeitura Municipal na época da mudança, foram custeados 100% do valor da água para as lavadeiras cadastradas. Na gestão do prefeito posterior, o benefício foi reduzido para 50% e na gestão atual (momento da conclusão da pesquisa), o prefeito não deu continuidade ao benefício.

Outras entrevistadas mencionaram a dificuldade para o deslocamento das lavadeiras até o açude, conforme trechos de entrevistas a seguir.

Na velha Jaguaribara as lavadeiras lavavam roupas no rio e era bem próximo de suas casas. Hoje as dificuldades são maiores por conta da distância do rio, elas têm que ir pegando carona ou até mesmo pagando moto-taxi, para não perder seu trocado. (FRANCELMA, abril de 2008).

As lavadeiras antes lavavam roupas no rio livremente sem dificuldade de chegar ao local, hoje elas têm dificuldade de lavar suas roupas porque o deslocamento é um pouco difícil, muitas delas deixaram de lavar roupas no rio, lava em suas casas, mas tiveram promessas de um lavatório, mas até agora nada foi feito, até agora tudo continua só na promessa. (SONIVANIA, abril de 2008).

Para as lavadeiras ficou mais difícil porque na cidade velha o rio era perto de suas casas, depois da mudança o rio ficou muito longe e também a água aqui na cidade nova custa mais caro e paga esgoto, na velha não pagava porque tinha o rio para lavar as roupas. Hoje o rio fica bastante longe e para ir tem que ter moto ou carro. Mas só que tem pessoas que vai de bicicleta. (ALINE, abril de 2008).

Além da distância a ser percorrida na nova cidade para chegar ao açude e do custo da água para aquelas que não fizeram o cadastro na Prefeitura, algumas mulheres reclamaram da perda da sociabilidade compartilhada com outras lavadeiras no Rio. Durante a labuta diária, existia uma ajuda mútua entre essas mulheres: “eu lavei uma rede aqui no maior sufoco, eu e esse bichim (seu filho) pra torcer, e no rio não acontecia uma coisa dessa não, porque lá era umas ajudando às outras”. (LINDALVA, 2003).

No relato de uma lavadeira percebemos como era a convivência e a rotina do trabalho diário:

Saia de manhã cedo pegava as roupas na casa de [...] ia pro rio, levava os menino, lá num tinha dificuldade, a gente levava o tanto de menino que tivesse vontade, porque areia lá era à vontade. Eu lavava, tinha bastante quarador, e deixava as roupas enxugando no rio, só ia buscar quando estava enxuta [...] Ficava todo mundo conversando, era uma zoadá danada. (LINDALVA, 2003).

Nesta citação, é visível a “dádiva” que era o Rio para essas mulheres e seus filhos, oferecendo lazer para crianças e fonte de renda para as mães. Ao mesmo tempo, o Rio era sinônimo de tranquilidade e barulho. Tranquilidade no sentido de poder trabalhar e ter os filhos sob os cuidados das mães, como também deixar as roupas enxugando e só recolhê-las

no final da tarde. E barulho devido às várias conversas que se desenvolviam, simultaneamente, seja entre as mulheres ou entre crianças.

Para a sobrevivência na nova cidade, as lavadeiras estão tendo que aprender novas estratégias para continuar ajudando na manutenção da família com o trabalho que sabem executar. Seja na adaptação ao uso das pias e torneiras ou em deslocamento diário para o açude. O que percebi, no caso das lavadeiras, porém, foi um desinteresse por parte do Poder Público em incluir as lavadeiras nos projetos produtivos existentes na nova cidade. Sabemos que, dificilmente, a lavagem de roupas pode se incluir num processo produtivo lucrativo, visto que esta prática está associada ao trabalho doméstico, que, em oposição ao labor fora de casa, é desvalorizado.

Para Saffioti (1987, apud SANTOS 2008, pág. 54),

Os afazeres domésticos não são considerados trabalhos por se tratar de atividades de manutenção das condições para a realização do legítimo trabalho; este sim, verdadeiramente produtivo, posto que se consubstancia em produtos com valor monetário. Além disso, esse trabalho é pago por meio de salário e realizado no domínio público [...] O ocultamento das tarefas domésticas não parecem ser unicamente uma discriminação contra o trabalho realizado dentro do lar. Essencialmente, diz respeito à tradição e aos costumes da sociedade em relação ao papel feminino, ao qual secularmente foi atribuído o exercício dessas atividades. Seu lugar legítimo continua sendo referido ao lar.

A desvalorização do trabalho doméstico tem longa história, relacionada à sua impossibilidade de se incluir no processo produtivo capitalista, mas também a implicação deste trabalho está associada ao labor da mulher, que se encontra ainda num decurso de legitimação no mercado de trabalho. Historicamente, foi atribuído às mulheres o papel doméstico, sem remuneração. Esta compreensão parece refletir no universo das mulheres lavadeiras em Nova Jaguaribara.

O declínio da prática da lavagem de roupas no açude e a persistência de duas lavadeiras

O trecho do açude no qual as lavadeiras exercem atualmente suas atividades em Nova Jaguaribara dista 6 km da cidade, sendo ida e volta 12 km. O local fica sob a ponte que dá acesso à cidade. É uma parte estreita do açude, com espaços laterais de terra e vegetação rasteira. Existem algumas pedras que foram levadas pelas lavadeiras, de forma a possibilitar o trabalho no local. O espaço elegido pelas lavadeiras tem aspectos positivos, como ficar sob a sombra, água corrente rasa, facilitando a atividade. Já o aspecto negativo está associado ao

local ficar distante da cidade e ser desabitado. Mesmo tendo em suas margens um bar, o estabelecimento somente é frequentado aos finais de semana.



Fotografia 18: Local atual das lavagens de roupas em baixo da ponte do Açude Castanhão.
Fonte: Arquivo da autora, 2010.



Fotografia 19: Local atual das lavagens de roupas em baixo da ponte do Açude Castanhão.
Fonte: Arquivo da autora, 2010

Em visita ao local, encontrei duas lavadeiras realizando o trabalho e poucas pessoas, adultos e crianças tomando banho no açude. Na oportunidade, conversei sobre a atividade destas mulheres na nova cidade. Das 20 lavadeiras que trabalhavam no rio, hoje somente quatro frequentam o açude. Algumas delas estão lavando em casa⁸⁹ ou nas residências das freguesas.

⁸⁹ Uma das lavadeiras que visitei em sua residência adquiriu um “tanquinho” para ajudar no trabalho.

No momento da visita ao açude, duas lavadeiras estavam desenvolvendo os seus trabalhos - Dona Cícera, que exerce a atividade desde a cidade anterior, e Neide, que só ingressou na atividade na cidade nova. Na cidade antiga, Cícera trabalhava na seguinte dinâmica “pegava roupa pela manhã nas casas das freguesas, lavava no rio, deixava secando e ia pegar à tarde”, para engomar e devolver as peças, completando o ciclo diário de trabalho.

Atualmente a lavadeira veterana trabalha no açude de segunda a sábado. No dia da visita, a encontrei concentrada: de cabeça baixa, esfregava com cuidado e insistência cada peça; algumas eram batidas sobre as pedras. Depois de lavadas e enxaguadas, as roupas eram estendidas sobre uma rala vegetação que encobre o entorno do açude.

A lavadeira descreveu a dinâmica do trabalho. Segundo ela, diariamente, ao final da tarde, com as roupas lavadas e reunidas, é o momento de ligar para um serviço de mototaxi para o retorno à cidade. A tarefa não é fácil para a lavadeira, considerando a sua falta de habilidade para operar o telefone celular, dependendo sempre de terceiros para ajudá-la. Quando leva algum neto, fica mais fácil, pois eles rapidamente fazem o contato com o transporte; entretanto, às vezes, ela enfrenta problemas ou por falta de sinal embaixo da ponte ou por falta de alguém que faça a ligação para ela.

Quando a lavadeira não consegue contato com o serviço de mototaxi, deixa a roupa no local e caminha até a cidade para buscar o transporte. Ante as dificuldades elencadas pela lavadeira, hoje, para exercer a atividade, ela lembrou o trabalho na cidade antiga, onde, em razão da proximidade do Rio para as residências, ela deixava as roupas secando no rio, enquanto se ocupava de outros afazeres, retornando somente à tarde para recolher as roupas. Sobre o novo local de trabalho, esclareceu que, “Aqui tem passar o dia todo. Tem dia que está esquisito. Terça-feira eu estava sozinha, só eu e Deus, mas tando aqui não dá mais para voltar”. (CÍCERA, julho de 2010).

A lavadeira novata também se encontrava neste dia no açude. Justificou o ingresso na profissão: “é o que tem pra fazer aqui”. Informou que foi a amiga Cícera que conseguiu o trabalho para ela no açude. A lavadeira cobra por saco de roupa lavada e passada a quantia de R\$ 35,00. De acordo com ela, lava em média dois sacos por dia e consegue com isto ganhar cerca de R\$ 500,00 por mês. Acrescenta que para isto conta com a ajuda do marido: “ele trabalha comigo, lava roupa, engoma, do jeito que eu faço, ele faz”. (NEIDE, julho de 2011).

Assim, das 20 lavadeiras que lavavam no Rio (conforme dados do SEBRAE), hoje restam poucas no açude, em relação ao número de lavadeiras que hoje frequentam o Rio. Uma lavadeira assegurou, “mas certa no rio só tem quatro: eu, Cícera, Mariinha e Socorro”. (NEIDE, julho de 2011). As condições para a lavagem de roupas no açude na nova cidade não foram bem assimiladas pela maioria das lavadeiras e a principal implicação do abandono da prática é a distância da cidade para o açude. Como bem afirmou a lavadeira entrevistada, “Eu acho que na cidade velha era melhor, aqui é mais ruim, lá era mais melhor, aqui é tudo mais difícil, até o rio [...] O rio era em cima de casa”. (NEIDE, julho de 2011).

As condições de trabalho das lavadeiras foram bruscamente modificadas com a mudança para o novo espaço. Aquelas que persistem na atividade tiveram que reorganizar sua dinâmica de trabalho no que concerne à utilização de transportes para chegar ao açude e a necessidade de permanência no local de trabalho o dia todo. Aquelas que não frequentam o açude mudaram de estratégia, lavando na casa de quem contrata ou lavando na própria residência e por isto pagando a conta da água encanada.

7 NOVOS TEMPOS, OUTROS TRABALHOS: A EXPERIÊNCIA COM A PISCICULTURA

A transferência do Município submerso para o novo espaço ensejou uma alteração das esferas física, social, cultural e econômica para todos os moradores. Como detalhado ao longo deste trabalho, o objeto desta análise são as alterações nos modos de vidas de lavadeiras, pescadores e agricultores, moradores da zona urbana do antigo local. As atividades desenvolvidas pelos trabalhadores em Jaguaribara foram alteradas, em razão de, antes, estas serem realizadas, principalmente, no rio Jaguaribe e em outros pequenos açudes da região, hoje, ocorrentes no açude Castanhão.

A mudança de espaço e a transferência das atividades para um lago artificial dificultou a vida destes trabalhadores; por exemplo, as lavadeiras que antes favorecidas pela localização do rio Jaguaribe dentro da cidade, carregavam o material de trabalho normalmente na cabeça e, hoje, para chegar ao açude têm que se deslocar cerca de 6 km, sendo 12 km o percurso de ida e volta (SEBRAE, 2003b). Quanto aos pescadores, que pescavam em águas rasas, o açude Castanhão, obra hídrica de grande porte, dificultou o trabalho destes, em razão da grande profundidade e extensão do reservatório, demandando a aquisição de redes de pesca maiores e canoas. Em relação aos agricultores urbanos, o cultivo da lavoura de subsistência foi impossibilitado, exceto para aqueles que migraram para os projetos de reassentamentos ligados à agricultura.

A alteração do local de trabalho de *status* de rio para açude trouxe outras consequências, a primeira das quais se liga a uma questão legal em relação ao domínio do manancial, pois, como rio, este pertence ao Estado e ao Município, e conseqüentemente, os usos são mais acessíveis e menos controlados. Quando, porém, o Governo Federal intervém para o represamento do rio, a responsabilidade sobre o manancial é da União e seu uso passa a ser fiscalizado e administrado por esta. A segunda questão está relacionada ao Plano de Reestruturação Econômica de Jaguaribara que, coadunada com uma lógica de desenvolvimento econômico, invalidou (CHAUÍ, 1986) a forma como os trabalhadores desenvolviam suas atividades no espaço anterior, difundindo a necessidade do aprendizado de novas formas de trabalho, inserindo neste âmbito a piscicultura.

Segundo Chauí (1986), a invalidação social é gerada por informações repassadas aos sujeitos sociais fundamentadas na objetividade científica.

Assim, tendo sido excluídos do processo real de produção, criação e invenção das idéias e dos valores (pois a informação só divulga o já estabelecido e confirmado), os indivíduos também se encontram socialmente invalidados por sua suposta ignorância. (Pág. 35).

Invalidados socialmente naquilo que desenvolviam antes, alguns agricultores e pescadores ingressaram na atividade piscícola. Levando em consideração, entretanto, o início da difusão da ideia da piscicultura pelo SEBRAE para 50 pescadores, conforme explicitado no capítulo posterior, somente oito destes restaram para o início do primeiro empreendimento. Isto aponta para a dificuldade de os trabalhadores se convencerem da real necessidade de participar de um processo no qual não se identificam com as informações passadas. “O informante veicula e divulga todos os conhecimentos como saberes que cada um de nós deve possuir se quiser participar validamente da vida social” (CHAUÍ, 1986:35). O percebido no processo, porém, ainda utilizando uma categoria analítica da autora, foi uma situação de “intimidação social”.

Aqueles que persistiram no processo o fizeram atraídos pela imagem que os órgãos governamentais difundiram sobre a potencialidade da atividade para a geração de renda, e ainda, segundo alguns agricultores entrevistados, porque “a terra virou água” e, diante da inviabilidade de se plantar, sequer, para a própria sobrevivência, alguns deles passaram a se ocupar com a piscicultura.

7.1 A ORGANIZAÇÃO DO CENÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PISCICULTURA: ASSOCIATIVISMO

Para o desenvolvimento da piscicultura no açude Castanhão, por se tratar de uma atividade desconhecida na região, os trabalhadores, bem como as instituições que se ocupavam com a reestruturação econômica do Município, enfrentaram dificuldades para que o projeto fosse implementado. De acordo com o DNOCS, para o enfrentamento do problema inicial relacionado ao desconhecimento das atividades, diversos cursos foram disponibilizados para os interessados sobre o cultivo de tilápias em tanques-rede. A atividade, porém, demandava também um aporte financeiro, recurso de que os trabalhadores não dispunham.

Como forma de organizar os trabalhadores para a consecução dos recursos a fim de viabilizar o início das atividades, foi criada em 2001 a primeira entidade de classe da Microrregião do Médio Jaguaribe - a Associação dos Piscicultores da Barragem do Castanhão

(ASPBC). A entidade iniciou com oito associados, tendo como primeiro presidente Pedro Chaves de Oliveira. (SOUZA, 2010).

Os associados iniciaram o trabalho associativo com recursos do Programa de Apoio a Pequenos Empreendimentos (PROAPE), em parceria com o SEBRAE. Para Souza (2010), o empréstimo concedido, de R\$ 4.900,00, possibilitou somente a aquisição, por parte dos associados, de novas redes e outros equipamentos para a continuidade do trabalho com a pesca artesanal, não dando para iniciar a atividade da piscicultura. O grupo, percebendo que a atividade pesqueira não era suficiente para o sustento das famílias, no primeiro trimestre de 2003, buscou novamente o SEBRAE na intenção de adquirir recursos para a implementação da atividade piscícola no Castanhão. (DUARTE, 2007).

Após negociações realizadas pelo SEBRAE com algumas instituições financeiras, em junho de 2003, o Banco do Nordeste do Brasil – BNB liberou a quantia de R\$ 57.040,00 para a aquisição de equipamentos e insumos. Um mês após a liberação do recurso, o primeiro tanque-rede foi colocado no Castanhão, em local previamente definido pelo DNOCS. Em dezembro do mesmo ano, houve a primeira despesa⁹⁰ de tilápias, com um montante de quatro toneladas de pescado⁹¹. Com as vendas, cada piscicultor recebeu a quantia de R\$ 268,12, valor superior ao salário mínimo deste período, que correspondia a R\$ 240,00.

A descoberta de que a atividade na piscicultura rendia mais do que aqueles homens ganhavam mensalmente com a pesca artesanal ou na agricultura foi decisiva para que aumentasse a procura pelo trabalho e, conseqüentemente, por mais investimento no setor. Segundo Duarte (2007:6), “esse fato causou um alvoroço na cidade. Aqueles que diziam que gaiola só servia para criar passarinho, agora acorriam ao projeto na ânsia de entrarem na atividade.”

Segundo o SEBRAE (op. Cit.) o trabalho na piscicultura não ocupava todos os dias do mês do trabalhador. Assim, eles se inseriam noutras atividades para o aumento da renda. Esta estratégia ensejou um poder de consumo para os trabalhadores que trocaram

⁹⁰ O termo despesa é utilizado, na aquicultura, para definir a operação de retirada do organismo cultivado do viveiro quando este o tamanho comercial (SEBRAE, 2007).

⁹¹ Segundo Souza (2010), o sucesso da produção e comercialização das quatro toneladas iniciais de tilápia deve ser creditado, em boa medida, ao 1º Festival do Peixe – FESPEIXE, realizado pela ASPBC, SEBRAE/CE e Prefeitura de Nova Jaguaribara. Esse evento teve repercussão regional, inclusive abrindo o mercado de Fortaleza para os piscicultores do Castanhão, segundo alguns entrevistados.

eletrodomésticos e trocaram as bicicletas por motos⁹². “A primeira moto foi adquirida na segunda quinzena de 2004. Em dezembro, os sócios da associação já contavam com 40 motocicletas”. (Pág.7).

As notícias decorrentes do sucesso da atividade fez surgir grupos de piscicultores independentes e duas novas entidades associativas. No primeiro semestre de 2004, a comunidade do Curupati, localizada em uma península no açude Castanhão, ingressa na piscicultura com a criação da Associação dos Piscicultores do Curupati Peixe – APCP, e em 2005 um grupo de trabalhadores urbanos funda a Associação dos Criadores de Tilápia do Castanhão – ACRITICA.

A ASPBC teve expansão com o surgimento de outros grupos que se associaram à entidade. Os novos trabalhadores interessados em ingressar na atividade conseguiram empréstimo individual no valor de 14 mil pelo BNB, por meio de uma linha de crédito denominada Aval Solidário⁹³. Os recursos foram investidos em tanques-rede, alevinos, rações etc.

O primeiro grupo de associados vinculado a ASPBC, denominado “grupo dos pioneiros”, foi acompanhado no projeto de instalação das atividades piscícolas pelo SEBRAE, que prestou suporte tecnológico durante o primeiro semestre de atividade, por intermédio de um engenheiro-agrônomo que orientou os trabalhadores na criação de tilápias em cativeiro. O segundo grupo, denominado “grupo de expansão”, com 58 piscicultores, recebeu suporte do referido órgão durante um ano para a solidificação do empreendimento. Foram orientados a produzir e comercializar os peixes.

Os piscicultores foram beneficiados, ainda, pela aquisição de computadores com programas de gestão instalados, e pela contratação de secretárias pela ASPBC, as quais, foram orientadas para manejar os programas que processavam informações sobre o crescimento dos alevinos, a quantidade e o horário de alimentação dos peixes, a mortalidade, a conversão alimentar, o estoque de rações e de peixes, o custo com a produção e o faturamento. (DUARTE, 2007). As informações eram importantes na tomada de decisões e na gerência do negócio.

⁹² De acordo com depoimentos que obtive na pesquisa de campo, a elevação do consumo contribuiu para a derrocada do empreendimento, acreditando-se que os bens foram adquiridos com recursos do capital de giro.

⁹³ Financiamento para micro e pequenas empresas, sendo o empréstimo é individual, mas a responsabilidade no caso de inadimplência é do grupo.

Em 2005, a renda líquida dos 65 piscicultores da ASPBC era equivalente a 1,5 salário mínimo, ou seja, R\$ 381,00 por piscicultor.

Estratégia da gestão na atividade piscícola

Com a expansão das atividades piscícolas no Castanhão e o aumento do número de associados, a Diretoria da ASPBC implantou uma estratégia da gestão para organizar o trabalho dos 65 associados. Os associados foram orientados a dividir-se em oito grupos, que passaram a ter gerência sobre a produção, as compras de insumos, as vendas da tilápia, bem como da divisão dos lucros. A estratégia descentralizou as ações e deu autonomia para os grupos.

Para cada grupo, foi escolhido um líder, que tinha a responsabilidade de administrar os recursos coletivos, e prestar contas semanalmente, e depois mensalmente, sobre todas as ações realizadas. Os oito líderes integravam a Diretoria da ASPBC, juntamente com o presidente.

No interior de cada grupo, as tarefas foram divididas. A atividade de vigilância dos empreendimentos era comum aos grupos. Assim, seus integrantes se revezavam de forma que em nenhum momento o projeto ficava sem vigilante. Outras atividades necessárias para o desenvolvimento do trabalho, como o manejo das canoas, o arraçamento, a despesca, lavagem das gaiolas etc., eram divididas entre os piscicultores de cada grupo.

Como forma de deixar claro o modelo de organização do trabalho e para esclarecer sobre direitos e deveres dos associados, foi criado um Regimento que estabelecia as regras de convivência. O regimento proibia atos de vandalismo, ingestão de bebidas alcoólicas e promiscuidade na área do projeto. (SEBRAE, op. cit.).

Se alguma regra fosse desrespeitada, o grupo reunia-se para deliberar acerca da sanção que caberia ao transgressor, e, dependendo da infração, no regulamento estava previsto, inclusive, o afastamento do piscicultor.

De acordo com Souza (2010), os ganhos eram divididos pelo grupo conforme as horas trabalhadas por cada piscicultor. Com esta estratégia da gestão, a atividade piscícola da ASPBC permaneceu lucrativa até meados de 2005, quando começou a apresentar os primeiros problemas com alguns grupos.

Novo cenário da piscicultura no Castanhão: a dissolução da ASPBC

Ao final de 2005, os piscicultores começaram a passar por problemas no empreendimento. De acordo com Duarte (2007), houve um aumento no preço da ração, que representava 70% dos custos de produção. De acordo com Souza (2010), o preço foi gradativamente aumentado, devido ao custo do frete, já que o produto vinha de outros estados, como São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

Com a redução dos ganhos, alguns piscicultores não conseguiram quitar suas parcelas de financiamento junto ao BNB, provocando o declínio dos demais piscicultores que não puderam arcar com o pagamento de suas parcelas somadas às parcelas dos inadimplentes, em razão do caráter do empréstimo, Aval Solidário, que responsabilizava todo o grupo pelas prestações não pagas. A inadimplência de alguns causou um clima de desconfiança entre os membros dos grupos, agravado por denúncias de desvios do recurso de capital de giro para a aquisição de bens de uso pessoal.

No início de 2006, a ASPBC entrou em processo de falência (depois foi dissolvida), seus associados dispersaram-se e alguns poucos, que possuíam recursos financeiros próprios, deram continuidade ao trabalho, inclusive empregaram alguns ex-associados que não conseguiram se manter na piscicultura de forma independente.

Além do pequeno grupo que restou da ASPBC, duas entidades, a Associação dos Piscicultores do Curupati Peixe – APCP, localizada na zona rural de Jaguaribara, e a Associação dos Criadores de Tilápia do Castanhão – ACRITICA na zona urbana, ainda se mantêm até hoje inseridas na atividade piscícola no Castanhão.

A Associação dos Piscicultores do Curupati-Peixe iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2004, com o apoio do Governo Federal em convênio com o Governo Cearense, por intermédio da Secretaria de Agricultura (SEAGRI). No projeto, foi investido recurso da ordem de 1,2 milhão, para aquisição de 450 tanques-rede e insumos para a inserção na atividade de 70 famílias atingidas pela construção do açude. O recurso foi pleiteado pelo Movimento do Atingidos por Barragens, MAB que atuava na região do médio Jaguaribe. (DUARTE, 2007). O SEBRAE prestou assessoria ao projeto na área da gestão.

O projeto é alvo de estudos em diversas áreas do saber. Algumas análises destacam os aspectos positivos da atividade, no que concerne ao desenvolvimento do Estado e

a inclusão da população deslocada, ao passo que outros ensaios se preocupam com os efeitos negativos que a prática pode produzir ao meio ambiente⁹⁴. O projeto foi noticiado em vários meios de comunicação, como por exemplo, destaque na capa da Revista *Globo Rural*, em fevereiro de 2011, sob o título “O rebanho das águas”.

A descrição e a análise sobre a organização e funcionamento da ACRITICA estão no próximo tópico.

7.2 CONHECENDO POR DENTRO A EXPERIÊNCIA COM PISCICULTURA A PARTIR DA ACRITICA

As experiências bem-sucedidas, relacionadas ao desenvolvimento da piscicultura no Castanhão, atraíram novos interessados. Trabalhadores desejosos de se inserir na atividade compuseram uma lista com cerca de 600 nomes. Diante da demanda, o BNB fez uma seleção, sendo contemplados, do montante, 62 homens que, para iniciar a atividade, constituíram a Associação dos Criadores de Tilápia do Castanhão - ACRITICA em maio de 2005, tendo como presidente o senhor Francisco Evandro Feitosa.

Com recursos do BNB e assessoria técnica do SEBRAE, os associados iniciaram o empreendimento, colocando cerca de 60 tanques-rede para criação de tilápias no açude. O grupo manteve-se firme na atividade e em 2010 já contava com cerca de 600 gaiolas. O presidente da Associação, assim como outros trabalhadores envolvidos na piscicultura, eram agricultores na cidade anterior. Nas entrevistas realizadas, busquei compreender sobre as mudanças enfrentadas por estes trabalhadores após a transferência para a nova cidade. Na fala do presidente da Associação, ele avaliou a mudança com a seguinte expressão: “Pra mim eu digo que melhorou 78% porque [...]”. Questionei a afirmação: “Por que diz 78%”?

Porque o sistema que nós trabalha, porque nós viemo ter uma ajuda do governo faz tanto tempo que nós nem lembra, tudo nosso foi financiado junto ao Banco do Nordeste. Porque se nós tivesse uma ajuda do governo com o que nós peguemo que não foi 100% o governo tivesse dado uma ajuda em ração, em gaiola essas coisa ai, tudo bem hoje nós não tava com 150 gaiola tava com 250 ou mais, nós não temo ajuda, temo ajuda de financiamentos e hoje tá aparecendo [...]. (PRESIDENTE da ACRITICA, julho de 2010).

⁹⁴ Alguns estudos sobre a temática são encontrados em Nascimento (2007); Nascimento e Araújo (2008); Souza (2010); Santos, Mota et. al. (2011); Salinas & Porto (2011).

A resposta do piscicultor em relação ao percentual decorreu do fato de o Governo não ter financiado 100% do empreendimento, ou seja, o BNB financiou uma parte e faltou um aporte para compra de gaiolas (tanques-rede) e capital de giro para adquirir ração e outros insumos. O presidente da Associação acredita que, se o financiamento tivesse sido maior, hoje, o empreendimento teria uns 100 tanques-rede a mais. Ao longo da pesquisa, ficou mais clara para mim a inquietação do piscicultor em relação ao financiamento. Segundo Souza (2010), existem conflitos entre piscicultores da ACRITICA (produtores urbanos) com a APCP (produtores rurais), pelo fato de estes últimos terem sido beneficiados com investimentos, recurso a fundo perdido e maior apoio técnico, o que resultou em melhores condições de desenvolvimento do trabalho para o grupo.

Embora descontente com o tratamento diferenciado que o grupo urbano recebeu, comparando-se com o apoio e financiamento recebido pelo grupo de piscicultores rurais - o que fez com que o grupo ligado à ACRITICA demandasse mais força para a atividade ter êxito - o presidente da Associação afirmou que o modo de vida usufruído, hoje, comparando-se ao passado, está bem melhor. Hoje é possível um rendimento maior para a sobrevivência da família, “[...] porque lá pra gente ter um salário onde a gente trabalhava não tinha, quando muito chegava era meio salário e a gente ta trabalhando hoje a gente recebe um salário que dá para sustentar a família que lá não dava. (PRESIDENTE da ACRITICA, julho de 2010).

O entrevistado, além de atribuir à atividade na piscicultura a melhoria de vida em Nova Jaguaribara, também mencionou um melhoramento na estrutura da nova cidade, “que mudou de lá pra cá, a estrutura de moradia mudou, as nossas casas a maioria era de taipa, as de tijolo não tinha reboco, não tinha nada, lá não tinha saneamento, nunca a prefeitura procurou fazer, se tinha saneamento era coisa muito pouco [...]”. (PRESIDENTE da ACRITICA, julho de 2010).

A Associação, no período da pesquisa de campo, julho de 2010, contava com quatro grupos, que se organizavam sob o mesmo formato sugerido pela ASPBC com a divisão de grupos e a definição de líderes. Cada grupo tinha cerca de dez homens que se revezam nas diversas atividades de piscicultura no açude Castanhão.

A existência dos grupos foi importante para o trabalho na piscicultura, mas a reunião de todos dentro da associação constituiu-se estratégia importante na gestão, pois, por

via da Associação, é possível uma melhor negociação nas compras dos insumos, nas vendas, na proposição de projetos de financiamento e na manutenção de uma secretária, que orienta todos os grupos por meio de informações importantes, manipuladas com o auxílio de um *software* específico. Dados importantes, como o cálculo para definir a quantidade de ração que deve ser distribuída em cada tanque-rede, são informados pelo programa.

De acordo com o presidente da ACRITICA, alguns piscicultores trabalham sozinhos, mas adverte para o fato de que, nesta atividade, ou se trabalha em grupo ou não há êxito.

 Ou você trabalha em grupo ou quebra, porque você fica no poder de compra. Porque uma pessoa só, hoje com 40 gaiolas, vai comprar 40 sacos de ração por semana, e você em grupo vai comprar 150 sacos por semana só da grossa, vai mais da fina 30 sacos, uns 200 sacos por semana. Assim é juntar o poder de compra, juntar todo mundo e compra junto, compra uma carreta por semana. (PRESIDENTE da ACRITICA, julho de 2010).

Em relação ao apoio das instituições governamentais ao projeto da piscicultura, o entrevistado informou que o SEBRAE deu as condições iniciais para a consolidação do projeto: “o SEBRAE criou o projeto todinho, botou nós dentro d’água, ele ensinou nós a criar, mas não ensinou a comercialização. Quem já dá a comercialização a nós, muita coisa [...] é o menino lá de Russas, o Zé Ricardo⁹⁵”. (PRESIDENTE da ACRITICA, julho de 2010).

No que concerne à comercialização da produção, a ACRITICA mantém um convênio com a CONAB, a compradora principal dos peixes, entretanto, a Associação também comercializa com particulares por meio dos líderes dos grupos, “[...] Evandro, que é outro líder, ele carrega pra Russas, Limoeiro. No grupo do Moacir que é outro líder, ele leva pra Quixadá”. A produção também é vendida para comerciantes em Fortaleza: “aí nós leva lá pro Carlito [Carlito Pamplona, bairro de Fortaleza], pro seu Marcos, ele compra por semana 3.000 kg a nós”. De acordo com o entrevistado, a procura pelo produto é tão grande que os compradores se responsabilizam pelo transporte.

Para expandir a produção e a comercialização dos peixes, a Associação busca parceria com instituições governamentais que atuantes em Jaguaribara. Estas instituições, por meio de seus técnicos, ajudam a Associação a propor projetos para solicitação de financiamentos em diversas instituições financeiras e órgãos governamentais. No período

desta entrevista, os associados estavam aguardando o recebimento de uma fábrica de gelo⁹⁶, que seria concedida pelo Ministério da Piscicultura e Agricultura, e uma usina de visceração, financiada pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – (FECOOP), com mediação da Secretaria das Cidades no Ceará. Os dois equipamentos foram pleiteados pela ACRITICA com o apoio da EMATERCE. A unidade de higienização de peixes representa um valor de 300 mil reais, aproximadamente, e o recurso não é reembolsável.

De acordo com o presidente da Associação, a fábrica de gelo é um instrumento importantíssimo para a piscicultura, pois a conservação adequada dos produtos é necessária para que se mantenham apropriados para a venda e consumo. Ainda de acordo com o entrevistado, a aquisição da fábrica de gelo pela Associação é importante, pois a única fábrica de gelo existente em Jaguaribara não atende à demanda local.

Descrição da atividade piscícola com origem na ACRITICA

O projeto de piscicultura da ACRITICA localiza-se na zona urbana de Jaguaribara⁹⁷. Chega-se ao local seguindo por uma extensa vereda sinuosa cheia de altos e baixos em direção ao açude. Após percorrer o caminho de terra até a margem do açude, ainda é necessário o deslocamento em canoas por alguns minutos até o local onde os piscicultores desenvolvem o trabalho. Na visita ao projeto estive acompanhada por uma colega que me auxiliou na pesquisa de campo e por dois técnicos da EMATERCE, que mediarão os contatos com os piscicultores.

À margem do açude, alguns trabalhadores limpavam os peixes, preparando-os, para a venda e deixando a sujeira no açude. As escamas e vísceras dos animais eram descartadas no local, causando acúmulo de lixo e deixando a água turva. Usufruíam dos detritos diversos porcos que transitavam no local. Os suínos são criados pelos piscicultores e não são os únicos que usufruem dos restos ali deixados, pois dezenas de urubus rondam pacientemente o ambiente à espera de uma oportunidade para desfrutar da farta alimentação.

⁹⁵ O piscicultor refere-se ao engenheiro, dono da empresa Aquanorte, fornecedora de alevinos para os projetos de piscicultura do Castanhão.

⁹⁶ A fábrica de gelo foi concedida pelo MPA para as associações ACRITICA e para a Associação dos Pescadores e Processadores de Jaguaribara e Lages – APLAGES.

⁹⁷ A visita *in-loco* ocorreu em julho de 2010.



Fotografia20: Açude Castanhão - entrada para o Projeto de Piscicultura.
Fonte: Arquivo da autora, 2010.

A travessia de canoa até chegar ao local onde os piscicultores desenvolvem o trabalho foi tortuosa para mim, pois o ambiente cheira mal, as águas turvas, com algas e restos de peixes flutuando era indício da existência de outros animais, como cobras, por exemplo, já que o local é rico em detritos. Associado à repulsa da grande sujeira, juntava-se o temor em razão da falta de qualquer equipamento de segurança na canoa.



Fotografia 21: Canoas utilizadas na piscicultura.
Fonte: Arquivo da autora, 2010.

Dentro do açude, em canoas, plataformas ou nas “casinhas flutuantes”, os piscicultores desenvolviam o trabalho. Na chegada ao projeto, paramos numa plataforma flutuante, local onde vários homens separavam os peixes. Segundo informações do técnico da EMATERCE presente no momento da visita, rotineiramente é necessário este trabalho, uma vez que alguns peixes crescem mais do que outros e, conseqüentemente, os menores não conseguem competir e, se não forem separados, morrem. A atividade é minuciosa e demorada e durante todo o tempo da tarefa os piscicultores permanecem submetidos ao sol escaldante. Observe-se a seguir uma fotografia mostrando este trabalho.



Fotografia 22: Separação dos peixes.
Fonte: Arquivo da autora, 2010.

Como é possível perceber na fotografia, os piscicultores utilizam calças e blusas com mangas compridas, protegem a cabeça com o uso de chapéus ou improvisando camisas amarradas à cabeça. Próximo ao local, outro homem, dentro do açude, lavava uma gaiola, trabalho que é feito em todas as gaiolas, observando-se a periodicidade de três meses.

Do local onde os piscicultores separavam os peixes, já se avistava os tanques-rede que abrigam os peixes no açude, 80% submersos, sustentados por cordas que formam uma extensa trilha, sustentados por boias.



Fotografia 23: Vista das casinhas flutuantes e tanques-rede submersos.
Fonte: Arquivo da autora, 2010.



Fotografia 24: Casinhas-flutuantes.
Fonte: Arquivo da autora, 2010.

Na oportunidade, visitamos duas das quatro casinhas flutuantes de apoio aos grupos de piscicultores da ACRITICA. As casinhas dispõem de uma área externa para chegada e saída das canoas. Na parte interna, há uma divisão separando a cozinha do outro compartimento onde ficam as diversas porções de ração distribuídas nas gaiolas durante o dia. As casas são embaladas pelas pequenas ondas do açude e pelo vento forte, fazendo-as balançar em demasia, causando náuseas a quem não tem costume.

Como relatado anteriormente, a gestão da ACRITICA segue o mesmo modelo da ASPBC, no que concerne à separação por grupos e à divisão das tarefas entre os piscicultores.

Os trabalhadores de um grupo se revezam nas “casinhas flutuantes” desenvolvendo as diversas etapas que compõem a cadeia produtiva do cultivo do peixe em cativeiro. No momento da pesquisa, não encontramos no local nenhum dos líderes. Estes personagens desenvolvem um trabalho mais externo, que concerne ao controle das finanças, aquisição dos insumos, e ainda no contato com as instituições na busca de novos financiamentos.

No local do trabalho, homens de idades diversas trafegam em canoas dentro do açude, enquanto outros permanecem nas casas de apoio à espera do início do trabalho a que foi designado. Dos piscicultores entrevistados, a maioria era de antigos agricultores que viviam do cultivo em terras de terceiros.

Foi recorrente nas falas dos entrevistados a comparação do trabalho atual em relação à atividade desenvolvida no espaço anterior, e, nos depoimentos colhidos, foi coincidente a compreensão de que o novo trabalho é melhor do que a agricultura; foram várias as vantagens apontadas, como tempo de trabalho menor, não dependência do inverno para o sustento da família, o ganho na piscicultura ser maior. Observe-se o depoimento de um piscicultor: “aqui é bem melhor porque o trabalho era todo dia de roça. Aqui tem dia que trabalha meio dia, trabalha um dia tá de folga, e na agricultura você trabalha direto no sol quente [...] trabalha no inverno pra no verão comer. (VALDIR, julho de 2010).

Em relação ao crescimento nos rendimentos, um piscicultor se pronunciou, “Mudou porque está melhor, tem o dinheiro certo e na agricultura nem sempre”. (BENÍCIO, 2010). Outro trabalhador acrescenta, “É melhor, ganha mais um pouquinho. Agricultura tá fraco”.

Outro piscicultor mencionou a autonomia que tem no trabalho, não dependendo de patrão e tendo um ganho certo.

Mudou um bucado de coisa, pra mim, pra melhor porque eu to trabalhando pra mim e eu tava trabalhando de empregado. Já comprei um lote, cada piscicultor fez o projeto. Nosso grupo de 12 tem 158 gaiolas. Cada um ganha R\$ 550,00. Pra mim, melhor tá, dá vista que era. (RAIMUNDO, julho de 2010).

A questão da melhoria nos rendimentos e permanência do trabalho foi ratificada por outro piscicultor.

Graças a Deus melhorou muito, porque nós tem salário todo os mês né? Antigamente quem trabalhava na agricultura não tinha a renda que nem trabalhando no peixe. Era mais difícil, trabalhava, recebia uma diária aqui e acolá e hoje a gente tem salário fixo. (VALDIR, julho de 2010).

O caráter positivo mencionado na atividade piscícola é a frequência, não deixando o trabalhador refém da falta de inverno, como ocorria no roçado. O exercício deste trabalho, contudo, demandou a necessidade de aprender a nova atividade. Comparando-se com o trabalho que desenvolviam antes, na agricultura ou na pesca artesanal em águas rasas, o cultivo de peixe em água profunda demanda conhecimento técnico que foi concedido pelo SEBRAE com o apoio de outras instituições governamentais. Segundo um piscicultor: “Porque a gente já vem pra dentro d’água sabendo. O cabra tem que ter uma instrução. O mais difícil de aprender foi remar canoa. Evandro e Deivin fazem a medida da comida porque têm mais estudo e já mexia com peixe”. (PISCICULTOR, 2010).

Os piscicultores, para o ingresso na atividade, fizeram alguns cursos pelo SEBRAE, e, em relação ao aprendizado que experimentaram para o desenvolvimento do trabalho, um entrevistado mencionou que: “Os cursos você tendo um grau de estudo é fácil, [...] tem que ser à maneira deles, porque se você não tiver um grau de estudo pra pegar o que eles dão no curso, não tem como criar peixe”. (PRESIDENTE da ACRITICA, julho de 2010).

A criação dos peixes em cativeiro envolve o conhecimento técnico sobre diversos aspectos da atividade. São muitos detalhes que o piscicultor não pode ignorar para que o empreendimento seja bem-sucedido. Daí a afirmação do piscicultor de que é necessário “estudo” para o aprendizado da atividade, pois é um processo minucioso. De acordo com o piscicultor, “eles começam com meia grama (os alevinos) quando é com 28 dias nós muda pra uma gaiola maior, aí com mais 28 muda pra outra gaiola de malha 13, aí com malha 13 vai até o final, é 6 mês pra poder tirar 1 kg”. (PRESIDENTE da ACRITICA, julho de 2010). São conhecimentos técnicos diversos aprendidos para o exercício da piscicultura.

Outro piscicultor informou que teve de realizar muitos cursos para exercer a piscicultura. “Foi fácil para quem quer aprender. Foi bom porque o açude deu emprego pra nós”. Ele enfatizou a vontade para aprender e satisfação em poder trabalhar nas águas do Castanhão, considerando que no início da reestruturação dos modos de vida na nova cidade o açude era uma possibilidade de trabalho incerta, porque desconhecida.

De forma geral, é perceptível na análise da experiência com a piscicultura uma satisfação dos trabalhadores com a nova atividade. Surgiram como recorrentes nas falas a menção ao caráter permanente do trabalho e a constância dos rendimentos. Em termos de aprendizado, a experiência mostrou que, a partir da cultura dos trabalhadores, foi possível o estabelecimento de significados às novas situações expressas pelo novo trabalho orientado para o mercado. (GOHN, 2001).

A angústia inicial da perda do domínio do que faziam antes, como fora anunciado pelo SEBRAE por meio do diagnóstico para a proposição do Plano de Reestruturação Econômica, conforme explicitado no capítulo anterior, foi substituída pela descoberta de que o trabalho pode ser ressignificado por meio da aprendizagem de técnicas. Os saberes que os trabalhadores detinham antes foram invalidados e considerados inadequados para o novo espaço, entretanto, com a ação das instituições públicas e o trabalho conjunto entre os recém-piscicultores foi possível, a reinserção no mundo do trabalho.

Compreendendo, assim como Castel (2008), o trabalho não como relação técnica de produção, mas como um suporte privilegiado na estrutura social, pode-se assegurar que a passagem do modo de vida da antiga cidade ameaçou os trabalhadores a transitar da “integração” para a “vulnerabilidade”, mas, felizmente, conseguiram reconstituir os seus percursos, inserindo-se na nova atividade produtiva, assim evitando a temível “inexistência social”.

O aprendizado foi absorvido de acordo com os ritmos e habilidades de cada trabalhador, bem como de acordo com o grau de estudo formal que eles detinham. Assim, o aprendizado a que foram submetidos esteve de acordo com os princípios de uma educação não formal, em que [...] “o tempo da aprendizagem não é fixado *a priori* e são respeitadas as diferenças existentes para a absorção e reelaboração dos conteúdos, implícitos ou explícitos, no processo de aprendizagem”. (GOHN, 2001:101).

Após alguns anos do exercício da piscicultura no açude, no trato diário com os peixes, tanques-rede e canoa, os trabalhadores se mostraram bem integrados ao grupo e à nova atividade. Os conhecimentos técnicos aprendidos e a labuta rotineira fizeram do trabalho estranho uma atividade familiar, mostrando que a ação é formadora e a experiência cria o saber. (DELORY-MOMBERGER, S/D).

Neste âmbito, os trabalhadores aprenderam a atividade piscícola na vivência cotidiana da experiência com o novo; entendendo-se aqui a experiência como um termo que abrange as diferentes maneiras mediante as quais uma pessoa conhece e efetiva a realidade. Para Yi-fu Tuan (1983:10), “[...] a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experimentar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele.”

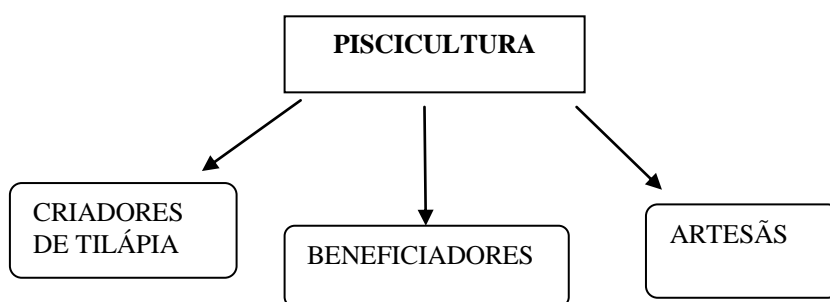
Esteve presente nas narrativas dos trabalhadores do açude uma posição comparativa entre o antigo e o novo tempo, no que concerne à reprodução dos modos de vida. Os trabalhadores pesquisados compreendem e avaliam o novo tempo, influenciados pela experiência do passado. Segundo Castel (2008), “o presente não é só o contemporâneo. É também um efeito de herança, e a memória de tal herança nos é necessária para compreender e agir hoje”. (Pág.23).

A experiência nova dos trabalhadores após o trabalho da Associação também teve que ser aprendida por ocasião do novo contexto que a exigiu. Nestes termos, o aprendizado na prática associativa também pode ser entendido como face da educação não formal.

Um dos supostos básicos da educação não-formal é o de que a aprendizagem se dá por meio da prática social. É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado. A produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações-problema. (GOHN, 2001:103).

Nesta dinâmica de novos aprendizados, outras duas categorias de trabalhadores, além dos criadores de peixes em cativeiro, surgiram com a piscicultura no Castanhão, conforme demonstrado no esquema a seguir.

ESQUEMA 1: Trabalhadores que surgiram com a Piscicultura no Açude Castanhão



Fonte: Elaborado pela autora, 2011

A exemplo dos criadores de tilápias, os beneficiadores e as artesãs da pele do peixe tiveram que aprender técnicas do novo trabalho, bem como a inserção em um tipo organização associativa. É o que veremos nos próximos tópicos.

7.3 TRABALHO INÉDITO: O BENEFICIAMENTO DO PEIXE

Com a grande produção de tilápia em tanques-rede, no Castanhão, o Ministério da Integração Nacional, por meio da sua Secretaria de Programas Regionais, levou para Jaguaribara o Projeto Produzir, com vistas a diversificar a produção e, com isso, incluir mais pessoas no trabalho com a piscicultura. Conforme Duarte (2007), o Projeto Produzir teve início em novembro de 2005, com uma capacitação para 186 pessoas nas seguintes áreas: cultivo, processamento, taxidermia e artesanato da pele do peixe. Para o acompanhamento das atividades no novo trabalho, o Produzir contratou o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) que, durante nove meses, acompanhou o grupo de trabalhadores em Jaguaribara.

O trabalho com o processamento do pescado e o artesanato da pele teve êxito no Município e fez de Jaguaribara vencedora do Prêmio Prefeito Empreendedor 2005, com o Projeto “Da Pesca à Piscicultura: Construindo um Novo Modelo de Desenvolvimento”. Jaguaribara concorreu com outras 34 cidades, tendo o Município recebido do então governador do Ceará, Lúcio Alcântara, o prêmio de cem mil reais, que foram aplicados na primeira Unidade de Beneficiamento de Pescado do Médio Jaguaribe.

A unidade de beneficiamento foi organizada pela Associação dos Produtores e Processadores de Peixes de Jaguaribara e Lajes - APLAGES, que agrega, em torno do seu estatuto, os beneficiadores e as artesãs. A unidade de beneficiamento faz a transformação do pescado, gerando diversos produtos novos no mercado, como filé, bolinhas, linguças, carne para hambúrguer e também carne moída. Já o grupo de artesanato produz bolsas, carteiras, cintos etc.

Segundo dados do SEBRAE (2010), “[...] a unidade beneficia três toneladas de peixe por mês, que resultam em 1,5 toneladas de carne processada”. A quantidade de carne processada, porém, ainda é insuficiente para incluir na atividade os 31 associados. De acordo com informações do presidente da Associação, na unidade, atualmente, somente 19 pessoas participam do trabalho, em razão do número de pedidos, ainda reduzido. Ele acrescenta que a renda atual por beneficiador é de R\$ 300,00 a R\$ 350,00 por mês, valor superior ao que

recebia antes na agricultura. O beneficiador conclui a fala, ressaltando que a venda ainda está pouca, mas que tem a perspectiva que aumente quando a Associação receber o selo de inspeção federal⁹⁸.

Segundo o gestor de Projetos de Agronegócio do SEBRAE/CE, Sr. Carlos Viana Freire Júnior, a APLAGES está pleiteando recursos junto ao Fundo de Combate à Pobreza do Governo Estadual – FECOOP para a aquisição de novos equipamentos, com vistas à ampliação da produção. “O projeto está em fase de tramitação. Com esses recursos, a APLAGES poderá se adequar para obter o selo de inspeção federal, tornando-se a primeira unidade comunitária com esse selo no Ceará”. (SEBRAE, 2010).

A APLAGES é localizada na zona urbana de Jaguaribara em um prédio cedido pela Prefeitura. O local é bem amplo e limpo, equipado com diversas máquinas e instrumentos para o beneficiamento do peixe. Vários homens e mulheres trabalham em conjunto nas diversas tarefas da produção dos derivados da carne de tilápia. A produção é coletiva e os rendimentos também, divididos de acordo com o tempo dedicado ao trabalho pelos beneficiadores.

O que distingue a atividade no beneficiamento de outras práticas a que os trabalhadores estavam habituados é o caráter inédito do trabalho, no que concerne ao aprendizado das técnicas para realizar a atividade e também à experiência de caráter associativo.

⁹⁸ A instituição que recebe o Selo de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura fica fazendo parte do Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal (SIF), que atesta a qualidade dos produtos de origem animal, sob o aspecto sanitário e tecnológico, oferecidos ao mercado consumidor. O SIF atua junto a quase quatro mil estabelecimentos registrados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/servicos-e-sistemas/sistemas/sif>. Acessado em 24 de abril de 2011.



Fotografia 25: Trabalhadores do beneficiamento do peixe em atividade.

Fonte: Arquivo da autora, 2010.



Fotografia 26: Trabalhadores do beneficiamento do peixe em atividade.

Fonte: Arquivo da autora, 2010.

A matéria-prima da unidade de processamento são tilápias de cerca de 800 gramas compradas da ACRITICA. Os peixes, ao chegarem na APLAGES, são descamados, viscerados e transformados em filés e nos demais produtos que são comercializados. Segundo informações do presidente da Associação, o maior comprador dos produtos é a CONAB, que adquire mensalmente 60% dos produtos processados. O restante da produção é destinado 30% a um comprador fixo e 10% vendas fracionadas a compradores que adquirem o produto na própria Associação.

Os produtos adquiridos pela CONAB são distribuídos para escolas urbanas e rurais de Jaguaribara. O produto tem boa aceitação entre os alunos das escolas jaguaribarenses, de acordo com informações da Secretária de Educação de Jaguaribara:

No início, tínhamos dúvidas se a criançada ia gostar. Começamos com a bolinha de peixe, que ficava parecida com a alimentação que eles já comiam. Depois, introduzimos o filé e o baião e, de imediato, houve boa aceitação. Hoje virou rotina e três vezes na semana o peixe compõe o cardápio [...] Todas as escolas municipais recebem a doação da Conab, na área urbana e na zona rural. O projeto beneficia 2,6 mil alunos de 14 escolas, da creche ao ensino fundamental. A gente nota que as crianças comem com satisfação. Elas pedem mais, principalmente o baião e o bolinho. (EDIANA MARIA, Secretária de Educação de Jaguaribara apud SEBRAE, 2010).

Do ponto de vista social, o trabalho com o beneficiamento foi bem-sucedido, pois conseguiu absorver um grupo de trabalhadores que, hoje, conta com um trabalho certo e com possibilidades de expansão. A produção também contribuiu para que, no Município, todos os alunos da rede pública de ensino pudessem ter uma alimentação mais saudável na merenda escolar. O convênio da Associação com a CONAB atende duas perspectivas importantes para o Município, a venda da produção do beneficiamento para o mercado e a destinação destes produtos para atender à escola pública.

Do ponto de vista dos trabalhadores, embora estranhando inicialmente a novidade apresentada pelo trabalho e a necessidade da Associação, hoje, se mostram bem adaptados ao novo e se sentem satisfeitos por terem aprendido coisas novas, embora os trabalhos desenvolvidos anteriormente tenham sido totalmente “invalidados” no novo contexto.

Compreensão e organização do trabalho com o beneficiamento

O trabalho com o beneficiamento de pescados é novidade para todos os associados, inclusive é uma atividade nova na região do vale do Jaguaribe e, de forma geral, no Ceará. O caráter inédito do trabalho foi ressaltado pelos beneficiadores no momento da pesquisa. Um trabalhador que desenvolvia seu trabalho como agricultor nas terras de terceiros ressaltou que: “Mudou muita coisa, quem diria que iríamos falar em filé de peixe, criatório de peixes”. (BENEFICIADOR DE TILÁPIA, 2010).

O caráter associativo da atividade também é novidade para os trabalhadores. Uma beneficiadora reconheceu que na nova cidade surgiram outras oportunidades de trabalho: “Pra

mim, eu não trabalhava lá, mas pras pessoas só tinha trabalho lá quem era agricultor, lavadeira e aqui não, tem artesanato, piscicultura e o trabalho municipal também aumentou muito.” (BENEFICIADORA DE TILÁPIA, 2010). Outro associado conta que: “antes não sabia de nada [...] que podia processar peixe”. “Hoje aprendeu esta profissão que, para muitos, ainda é uma novidade”. (BENEFICIADOR DE TILÁPIA, 2010).

Somente uma das entrevistadas mostrou-se insatisfeita com o novo trabalho, considerando que na cidade anterior desenvolvia a função de agente de saúde, tendo salário fixo. Hoje, a trabalhadora recebe de acordo com a produção do grupo, e, como vimos anteriormente, o valor é menor do que um salário mínimo. A associada não morava na Jaguaribara antiga, mas noutro município que teve uma parte submersa pelas águas do Castanhão. “se não fosse isso [a submersão do seu local de moradia] eu ainda tava com meu trabalho garantido”. (BENEFICIADORA DE TILÁPIA, 2010).

Em relação ao trabalho desenvolvido pelos beneficiadores, um associado informou que faz um pouco de tudo, da limpeza do peixe até a embalagem do filé. Outros relatos demonstraram que os associados, sem distinção, executam todas as atividades de tratamento e beneficiamento do peixe. Foi destacado por alguns o fato de que existem atividades mais “ruins” do que outras, como limpar e descamar o peixe. A melhor parte do trabalho é o corte dos filés, pois os trabalhadores já recebem o peixe limpo; no entanto, nas diversas falas, é dada ênfase ao fato de que todos fazem tudo e o produto do trabalho é coletivo.

Alguns beneficiadores ressaltaram positivamente o aprendizado que tiveram para executar o trabalho. Um dos entrevistados elencou alguns cursos que realizou pelo SEBRAE, como PRODUZIR e SENAR. Ressaltou, com orgulho, que, dentre os cursos oferecidos por estas instituições, ele fez um sobre formação de preços, destinado para quem tinha mais estudo.

O aprendizado foi importante para a garantia de um rendimento, mas, também, para mostrar que são capazes de aprender coisas totalmente novas, mesmo com baixa escolaridade. O que mostrou o aprendizado desta atividade foi que a ação é formadora e que a experiência cria o saber. E a participação dos trabalhadores neste processo permitiu a conscientização e sua formalização para fins de validação social. (DELORY-MOMBERGER,

S/D). Acrescento que o apoio dado pelas instituições governamentais foi e continua sendo importante para a continuidade e expansão das atividades novas.

7.4 CONHECIMENTO TÉCNICO E CRIAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO ARTESANATO

Conforme explicitado no tópico anterior, para a diversificação da produção de tilápias, o Projeto Produzir capacitou pessoas interessadas em ingressar na atividade em diversas áreas envolvendo o trabalho com peixes. Destes interessados, 13 pessoas fizeram o curso para o aprendizado de fabricação de bolsas, cintos, agendas e calçados da pele de tilápia. Após o treinamento, estas mulheres também, associadas à APLAGES, formaram o grupo Kardume e passaram a trabalhar no artesanato.



Fotografia 27 – artesanato produzido pelo grupo Kardume
Fonte: <http://www.nordestecerrado.com.br>

O grupo desenvolve o trabalho em um pequeno imóvel, situado no mesmo terreno da unidade de beneficiamento. O imóvel é dividido em alguns cômodos, onde são organizadas as diversas etapas para a preparação da pele do peixe, matéria-prima do artesanato. No cômodo inicial, ficam expostos os produtos para a venda; em quartos distintos, são organizados: o curtimento do couro em máquina apropriada ao trabalho, bem como os produtos químicos utilizados no processo; em outro cômodo, as artesãs preparam as peças e noutro são realizados estiramento e secagem dos couros, à sombra.

Das 13 mulheres que realizaram o curso, hoje somente cinco ainda se dedicam ao trabalho, sendo que, destas, somente três são mais assíduas. Mesmo assim, as três desenvolvem outros trabalhos - uma delas divide seu tempo entre o trabalho no artesanato e

no beneficiamento de peixes; outra trabalha na limpeza em um posto de gasolina e também se dedica à confecção de peças em “ponto cruz”; a outra divide o seu tempo com a agricultura.

Nesta circunstância, a forma que estas mulheres encontram para garantir uma divisão equitativa no pagamento é o controle coletivo dos dias trabalhados:

A gente faz assim a gente anota aqui no ponto, que tem o livro de ponto ai a gente assina o ponto, no dia que juntar o apurado que for dividir quem tiver mais dias divide pelo total de dias que a pessoa trabalhou, soma o dinheiro vê quanto vai dá pra cada um, quem tiver mais dias vai receber pelos dias que trabalhou. (ARTESÃ, julho de 2010).

As artesãs são responsáveis por todo o preparo do couro até a confecção das peças. O trabalho inicia com o curtimento da pele do peixe, uma rotina que dura cerca de duas semanas. A tarefa é realizada sob a atenção cuidadosa das artesãs que operam a máquina, girando durante todo o período do curtimento, com algumas paradas programadas para a troca de produtos químicos e lavagem dos couros. Este processo demanda que as artesãs permaneçam o tempo todo no local, mas em dias só de transformação do couro em peças artesanais elas só vão à tarde: “Só à tarde, a gente só passa o dia aqui quando ta fazendo o curtimento de couro, a gente passa o dia todinho aqui, porque a máquina fica trabalhando o dia todinho, tem que ficar né não pode parar”. (ARTESÃ, 2010).

Após a retirada dos pedaços de couro da máquina, as artesãs iniciam o estiramento do material em tábuas de madeira. Os pedaços do material curtido medem cerca de vinte centímetros. Eles são tingidos em cores diversas e afixados um a um com pregos e martelos para a secagem. Após o processo, a pele torna-se uma espécie de couro resistente, momento em que as artesãs atuam sobre o material, cortando, moldando, transformando-o em diversos produtos: bolsas, carteiras, porta-moedas, capas para agendas, chaveiros, porta cartões etc. As pequenas peças do material curtido também são vendidas para fabricantes de bolsas e calçados em Fortaleza, que o adquire por três reais cada peça, valor relativo a julho de 2010.

O trabalho desenvolvido no artesanato permite as artesãs se dedicarem a outras atividades. Uma delas associa o trabalho do artesanato com a agricultura; a mesma todos os dias pela manhã, bem cedo, ela se desloca de bicicleta ao local onde cultiva a terra; à tarde se dedica ao artesanato. A artesã justifica a continuação na agricultura por ser um trabalho a que está acostumada. “Depois que a gente se mudou pra cidade, aí foi que ficou diferente, só não

quero deixar a roça porque é uma das coisas que eu nasci e me criei, me acostumei, que pra mim até agora não deu vontade de deixar”. (MARIA HELENA, julho de 2010).

Para exercer a atividade artesanal, as artesãs participaram de vários cursos no SEBRAE, SENAR e Projeto Produzir. Em relação às mudanças no trabalho, uma delas relatou que a vantagem do trabalho no artesanato é ser mais contínuo, já que na roça tem época que não tem serviço, pois depende do inverno. Assim o trabalho do artesanato é uma boa opção para suprir a falta de trabalho na agricultura. “Hoje está bem melhor, porque aqui o ganho é mais um pouco, mas não falta”. (ARTESÃ, 2010). Ressaltou ainda, como positivo o aprendizado que teve com as pessoas novas com as quais fez amizade, quando da inserção no projeto. “Aprendi o que eu não sabia”. Acrescentou que

[...] viemos morar aqui na cidade, aí surgiu esse artesanato, eu resolvi participar e gostei. Aí foi uma mudança na minha vida, conheci novas pessoas, fiz novas amizades, conheci muitas coisas através de curso, através de feira, pra mim foi maravilhoso, foi uma mudança, acho que não foi bem total porque eu ainda continuo indo pra roça e a tarde eu venho pra cá. (MARIA HELENA, julho de 2010).

Segundo Porto Alegre (1994 *apud* MENDES, 2007), é necessária uma compreensão do contexto onde se produz o artesanato, pois questões econômicas de produção e comercialização se relacionam àquelas referentes ao significado que esse trabalho adquire para quem o faz. Identifica-se uma dimensão econômica no caso analisado, quando a artesã valoriza a constância nos rendimentos, possibilitado no trabalho com o artesanato, entretanto questões culturais estão aí imbricadas, considerando seu apego à prática da agricultura.

A agricultora/artesã mostrou-se dividida entre os dois trabalhos; um que possibilitou o aprendizado de coisas novas, a possibilidade de criar, de comercializar, de conhecer pessoas novas por meio dos cursos, das feiras e a vantagem de ter renda, independentemente de haver inverno, ou não. E o outro na agricultura, que faz parte da tradição, da cultura desta mulher e da lembrança da cidade antiga.

A outra artesã já desenvolvia o trabalho nesta área da criação, entretanto em outras modalidades como o bordado, o ponto de cruz. Ela se diz seduzida pela possibilidade da criação, da transformação. De acordo com Porto Alegre (1994 *apud* MENDES, 2007), a inserção de aspectos como habilidade e criatividade do artista no domínio de sua arte são fundamentais para que ele se reconheça como tal. Observe-se na fala da artesã a satisfação que experimenta com o trabalho artesanal.

[...] pra mim tudo é artesanato, foi pra criar eu gosto de adrenalina, de criar, de inventar as coisas, não gosto de rotina, de todo dia as mesmas coisa não. Então o artesanato pra mim é ótimo por isso, porque a cada dia a gente pode inventar coisa nova, a gente já chega com a idéia de inventar coisa nova, a gente saindo assim nessas feiras de Lajes a gente vai vendo alguma coisa a gente já chega com a idéia de fazer coisa nova, sempre, sempre tem novidade, a gente sempre chega com novidade, alguma coisa diferente pra fazer, pra mim é ótimo inventar, criar. (CONCEIÇÃO, julho de 2010).

A compreensão que a artesã tem sobre o artesanato remete à definição de Mills (2009), para quem “no padrão do artesão não há ruptura entre trabalho e diversão, entre trabalho e cultura. (Pág.61).

Segundo Mills (2009), o trabalho do artesão é um meio de desenvolver sua habilidade, bem como de desenvolver-se a si mesmo como homem. Para o autor, o autodesenvolvimento proporcionado pelo artesanato

[...] não é uma meta velada, mas o resultado cumulativo da devoção às suas habilidades e ao exercício delas. À medida que confere a seu trabalho a qualidade de sua própria mente e habilidade, está também desenvolvendo sua própria natureza; nesse sentido simples, vive no seu trabalho e através dele, e esse trabalho o manifesta e o revela para o mundo. (Pág. 61).

Na próxima citação, a artesã acrescenta a importância das oportunidades surgidas com o trabalho no artesanato, no que concerne ao contato com pessoas diversas, seja para o aprendizado ou para a comercialização dos produtos.

E o que muda na vida da gente, até as pessoas, a gente através de curso, de palestra, nessas viagens a gente aprende até a conviver com as pessoas, a fazer amizade, a conversar. Porque antes, antes se você chegasse aqui pra mim perguntar eu ficaria calada eu não sabia responder, não sabia conversar com você, logo eu me encabulava, a gente gagueja, às vezes a gente se engancha mesmo. E a gente aprendendo assim no dia a dia, assim com curso, com essas pessoas, com várias pessoas que vem de fora pra dá curso pra gente, a gente aprende vai desamando a conversar, aprendendo a conversar com as pessoas. (CONCEIÇÃO, julho de 2010).

O artesanato do couro do peixe é sempre divulgado pelas artesãs nas diversas feiras que ocorrem no Ceará. Assim, as mulheres que antes viviam somente da casa para a roça, hoje, viajam a trabalho. Quando os recursos para as viagens contemplam duas pessoas,

as artesãs vão juntas, mas quando a passagem e hospedagem é somente para uma pessoa quem vai é a Conceição.

Não, a gente não tá em todas não, a gente vai quando tem o apoio do SEBRAE, da EMATERCE, eles sempre nos apóiam né, eles alugam stand. O SEBRAE ajuda nas passagens. O stand, a passagem e alimentação tudo é por conta deles né, por conta dos órgãos públicos, aí a gente vai só vender e apurar [...] porque o que fizer é da gente. (CONCEIÇÃO, julho de 2010).

A artesã acrescentou que as peças já foram levadas por outras pessoas para fora do Ceará, mas elas, pessoalmente, só fizeram a exposição dentro do Estado. “Foi peça da gente pro Rio de Janeiro [...] o lugar mais longe, agora peça da gente já foi até Brasília e hoje as pessoas levam da EMATERCE pra Brasília, a gente mesmo só no Ceará”. (CONCEIÇÃO, julho de 2010).

Considerando que as mulheres antes trabalhavam na agricultura juntamente com seus maridos, fiquei curiosa em saber como estes encaravam o novo trabalho que envolvia a viagem de suas esposas para outros municípios. Ela respondeu que

Não acha ruim não, porque homem faz o que a mulher não quer, não tem que achar não, a gente não tem emprego, ele não tem emprego, o emprego dele é dentro de casa mesmo ele conserta bicicleta, pesca. O trabalho dele é pescaria, também é pescador, então o trabalho dele é em casa, não tem como ele sair, apareceu pra mim sair, o trabalho que tem pra mim é esse mesmo, então vamos lá né. (CONCEIÇÃO, julho de 2010).

De forma geral, as artesãs se mostraram felizes com as novas oportunidades de trabalho e denotaram que a mudança geográfica foi também uma mudança de vida para elas. Foi-lhes permitida a possibilidade de criar e se manter destas criações. Destacaram a importância do aprendizado com outras pessoas, aprenderam a comercializar, a conversar e até enfrentar viagens para a venda dos produtos em outros municípios.

Por conseguinte, em relação às três categorias de trabalhadores surgidas com a piscicultura, a experiência mostra-se exitosa em relação ao refazimento dos percursos de trabalho de homens e mulheres que, antes, temerosos do que os esperava na nova cidade, encontraram um trabalho novo no qual conseguiram se inserir.

A experiência para os três grupos teve base comum, a associação das pessoas em grupos produtivos. Nestes termos, o aprendizado foi coletivo, já que a vivência em grupo

proporciona muito mais do que conhecimento técnico. Antes, se aprende a solidariedade, a partilha, o entendimento do outro. Segundo Gohn (2001:104), as ações interativas dos indivíduos são importantes para a aquisição de saberes e essas ações ocorrem por meio da “comunicação verbal, oral, carregadas de todo o conjunto de representações e tradições culturais que as expressões orais contêm.”

Os trabalhadores adquiriram outros saberes, experienciando o projeto de piscicultura na vivência cotidiana. (YI-FU TUAN, 1989). Aprenderam na relação com o grupo, uns com os outros, com os técnicos das instituições envolvidas no processo, com as situações que vivenciaram, com origem no novo trabalho ao longo do processo produtivo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os deslocamentos populacionais compulsórios para a construção de grandes obras hídricas ocorrem em diversas partes do mundo, inserindo-se dentro de uma lógica ampla de globalização e desenvolvimento econômico, que traz conseqüências políticas, econômicas e sociais nos lugares onde ocorre. A intenção deste trabalho foi analisar esta mudança por dentro, ou seja, compreender quais as conseqüências enfrentadas pelos sujeitos deslocados nos seus modos de vida, em decorrência da implantação destes grandes projetos nos seus locais de moradia.

Enfoquei este problema no contexto da Política de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, mais especificamente, com a construção da barragem do Castanhão. Para a consecução da obra, foi necessária a remoção compulsória de toda a população do Município de Jaguaribara. Os moradores transplantados, de um dia para outro, experimentaram inexoravelmente mudanças nas suas vidas. Mudaram suas residências, trajetos, vizinhos. Tiverem que alterar seus saberes e saberes-fazer para a convivência com o novo.

A mudança física e social acompanhada com base nesta pesquisa compreendeu um longo tempo de observação e interação com os atingidos, mostrando a alteração nos trajetos que os moradores faziam todos os dias para ir ao rio, ao mercado, à casa dos vizinhos, parentes e conhecidos, à igreja e ao trabalho. A relação de vizinhança foi alvo de grande modificação em decorrência da nova estrutura da cidade com quadras bem definidas e as casas separadas umas das outras, respeitando os padrões urbanos para a construção de imóveis.

Os jaguaribarenses passaram a conviver com outros personagens - pessoas oriundas de outros locais que vieram ao Município para trabalhar nas obras do Castanhão, técnicos de várias instituições do Estado que, com a mudança, se tornaram mais presentes no cotidiano da população; e ainda a convivência com uma cidade planejada, com açude administrado pelo Governo Federal e com as novas técnicas de trabalho.

Os trabalhadores migrantes foram “orientados” pelos técnicos do Governo a exercer o trabalho de uma forma mais rentável, e, neste sentido, a intenção era “ajudar” no desenvolvimento do Município. Este suposto desenvolvimento não dava para ser alavancado somente com os conhecimentos do senso comum que os trabalhadores adquiriram durante

anos de prática. Antes só viria a ocorrer a melhoria das condições de vida (na visão dos técnicos) se conhecimentos técnicos fossem agregados ao trabalho anterior. Assim, desde a preparação para a transferência para a nova cidade, os moradores foram orientados a participar de um processo de racionalização dos seus modos de vida, antes respaldado principalmente pelos conhecimentos adquiridos e refeitos cotidianamente.

Os grupos estudados nesta tese - lavadeiras, pescadores e agricultores - por ocasião da mudança para a nova cidade, foram acompanhados por instituições ligadas ao Governo, no intuito de inseri-los em uma atividade produtiva. Inicialmente, após um diagnóstico do SEBRAE, em relação aos trabalhos que desenvolviam dentro e no entorno do rio Jaguaribe, foi-lhes informado que estavam inadequados e, para continuar sobrevivendo do trabalho anterior no espaço novo, teriam que mudar a forma de o fazer.

As experiências que os transferidos do antigo Município trouxeram de seus modos de vida anteriores foram confrontadas com os saberes exigidos na nova cidade, pois não é só o espaço físico que difere, mas também a forma de sociabilidade requerida no novo espaço. Os trabalhadores aqui analisados foram “mudados” de um espaço com valores característicos da vida rural para um ambiente urbano.

A esta mudança rápida, que incidiu não somente no mundo do trabalho, mas sobre todos os aspectos da sociabilidade jaguaribarense, denominei “mudança na mudança”. A alteração nos modos de vidas impostos pela nova ordem global e, mais especificamente, pela migração compulsória, toma um caráter específico em Nova Jaguaribara, pois é confrontado com suas organizações sociais, econômicas e culturais. A transferência dos moradores está inserida no processo de rápidas transformações que têm alterado significativamente os modos de vida, globalmente, mas a mudança é acentuada pelo fato de cidade ter sido literalmente transplantada, em um curto tempo, do seu local de origem para um espaço planejado, que exige uma nova forma de vida.

Assim, em virtude das mudanças requeridas no novo espaço, os grupos retromencionados se reorganizaram de uma forma diversa daquela do Município anterior. A piscicultura, atividade surgida na nova cidade, inseriu agricultores e pescadores. A atividade teve boa aceitação e, para sua criação e expansão, contou com investimento financeiro e técnico, por parte dos Governos Estadual e Federal. O desenvolvimento do empreendimento

criou mais duas categorias de trabalhadores, além dos criadores de tilápias - os beneficiadores e as artesãs.

De acordo com entrevistas realizadas com os piscicultores associados à Associação dos Criadores de Tilápia do Castanhão - ACRITICA, percebi que as características do novo trabalho são apontadas como pontos positivos no novo espaço, como: a constância da atividade, não depender do inverno, não ter patrão, rendimento mensal maior do que aqueles recebidos no desenvolvimento das antigas atividades. Estes trabalhadores também se mostraram satisfeitos com o novo aprendizado que adquiriram com a prática na atividade piscícola.

Em relação aos pescadores, estes, habituados a pescar em águas rasas, passaram a desenvolver a atividade de forma diferente, seja se adaptando a pescar nas águas profundas do açude Castanhão, seja se deslocando até o local onde ficava a antiga cidade para pescar, justificando que lá é a parte mais rasa do manancial; ou se adaptando com a organização do trabalho a partir da Colônia de Pescadores, criada na nova cidade.

Com suporte nas informações concedidas pelas dirigentes da Colônia de Pescadores (que também são pescadoras), pude compreender o cenário onde os diversos pescadores atuam; a descrição envolveu a importância da filiação à Colônia para a garantia dos direitos trabalhistas; a relutância de alguns pescadores em participar do processo decisório ou mesmo para se associar; as diferentes estratégias de pesca, conforme as condições do pescador; a inserção da mão de obra feminina etc.

Já os agricultores urbanos foram transferidos para o projeto de reassentamento de Agricultura Irrigada Mandacaru. Estes, desde a mudança, vêm enfrentando problemas de sobrevivência em virtude da consolidação do projeto, no que diz respeito à viabilização da irrigação, assim continuam a depender do inverno para a lavoura. Ao final da pesquisa, descobri que, em virtude da não consolidação da irrigação, o projeto foi alterado para a criação de vacas leiteiras. Em razão do encerramento da pesquisa, contudo, não pude analisar os efeitos da inserção deste grupo no referido projeto.

As lavadeiras que constituíam um grupo de 20 mulheres que lavavam no rio Jaguaribe, hoje somente quatro ainda freqüentam o manancial, em decorrência da distância da cidade ao açude Castanhão. As demais lavadeiras estão exercendo o trabalho nas casas de quem as contrata, ou em suas residências, neste caso, arcando com os custos da conta da água.

Nos relatos sobre a interação das lavadeiras no açude, foram citados conflitos que surgiram com a demarcação dos espaços - as pedras - por algumas mulheres. Segundo uma entrevistada, isto ocorre porque “aqui não tem aquelas pedras pregada por natureza, como tinha em Jaguaribara não; aqui o povo leva, tanto que elas dizem, ‘essa pedra aqui é minha.’” (LINDALVA, 2003).

A própria configuração espacial do açude está produzindo alguns conflitos, como no caso das pedras, em que as próprias lavadeiras tiveram que colocar; dessa forma, elas se acham donas daquele espaço, e quando outra “desavisada” chega para ocupá-lo, é advertida da propriedade da pedra, ensejando, como efeito, constrangimentos em algumas mulheres.

Concluindo, os modos de vida dos grupos analisados mudaram significativamente. Em todos os casos, esteve envolvida a necessidade do aprendizado de um saber técnico difundido pelas instituições governamentais que conduziram a transferência da população. Os saberes foram difundidos para que os trabalhadores continuassem exercendo a mesma atividade ou para inserção em novas atividades surgidas em Nova Jaguaribara. Outro aprendizado importante relaciona-se à participação dos trabalhadores em entidades associativas para o exercício da atividade. A prática constitui permanente desafio para indivíduos habituados ao exercício do trabalho individualmente.

A mudança foi significativa, positiva para alguns, como no caso dos piscicultores - que adquiriram rendimento constante, e para os pescadores, que adquiriram direitos sociais e trabalhistas a partir da colônia. Negativa para os agricultores que ainda não se engajaram a um trabalho rentável e para as lavadeiras que na sua maioria deixaram de lavar no Rio.

Embora a transferência tenha sido estudada, analisada e acompanhada previamente por instituições governamentais, umas das questões que dificultou a consolidação dos projetos foram as diversas mudanças de governos que permearam a história da mudança de Jaguaribara. As ações estiveram restritas a uma política de governo do período da construção da obra; assim, nas demais gestões, estes pontos não foram prioridades.

É sabido, todavia, que para a consolidação de um projeto muitos fatores e interesses estão envolvidos. É necessária inicialmente uma articulação entre as diversas instituições nos planos municipal, estadual e federal. Também relevantes são: investimentos financeiros e acordos políticos para reestruturar a economia. No caso de Jaguaribara o

envolvimento popular e dos movimentos sociais também influenciou e ainda influencia para a consecução destes projetos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Andréia Duarte; JUSTO, José Sterza. **Impactos da construção de usinas hidrelétricas na vida de ribeirinhos. Emancipação.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, Departamento de Serviço Social e Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, v. 1, n. 1 (2001)

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Etnografia da prática escolar.** Campinas, SP: Papirus, 2005.

ARANTES, Antonio Augusto; RUBEN, Guilherme Raul; DEBERT, Guita Grin. **Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

ARAÚJO, Zita. Novo Paradigma Cearense: uma Lei de águas construída por várias vertentes. In: **Águas do Brasil.** Revista do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. Ano um. Número 1. 2010.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar.** A aventura da Modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BORGES, Manfredo Cássio. **A face oculta da Barragem do Castanhão: em defesa da engenharia Nacional.** Fortaleza: IMOPEC, 1999.

BOURDIEU, Pierre (coord). **A miséria do mundo.** 4ª edição. Vários tradutores. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRAZ, Milena Marcintha Alves. Ação Popular no contexto da construção da barragem do Castanhão: um resgate dos movimentos sociais. In: **Anais.** Encontro Latinoamericano de Ciencias Sociales y Represas: Salvador: EDUFBA, 2008. CD ROOM

_____. Nova Jaguaribara: lugar da política religiosa. Fortaleza: **Jornal O Povo/Opinião,** 25/09/2004.

_____. Nova Jaguaribara: **Representações sobre o modo de vida urbano.** Fortaleza: Dissertação de Mestrado/UFC, 2005.

CANCLINI, Nestor García. O diálogo Norte-sul nos estudos culturais, in: **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTEL, Robert. A nova questão social. In: **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro. Vozes, 2008

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CERNEA, Michael. **Primero la Gente**. Variables Sociológicas en el Desarrollo Rural. México City: Fondo de Cultura Economica, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**. Aspectos da cultura popular no Brasil. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAVES, Christine de Alencar. A marcha dos Sem-terra: estudo de um ritual político. In: PEIRANO, Mariza (org.). **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

CLAUZET, M., RAMIRES, M. & BARRELLA, W. Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (enseada do mar virado e barra do una) no litoral de São Paulo, Brasil. **Multiciência**. A Linguagem da Ciência, 2005. Disponível em: http://www.multiciencia.unicamp.br/artigos_04/rede_01_.pdf

COTRIM, Décio Souza. **Agroecologia, sustentabilidade e os pescadores artesanais: O caso de Tramandaí (RS)**. Mestrado em Desenvolvimento rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

DELORY-MONBERGER, Christine. **Biografia e Educação: figuras do indivíduo projeto**. Rio Grande do Norte: Paulus; Editora da UFRN, s/d.

DUARTE, Renata Barbosa de Araújo. **Histórias de Sucesso: agronegócios, aquicultura e pesca**. Brasília: SEBRAE, 2007. Disponível em:

<http://www.casosdesucesso.sebrae.com.br/include/arquivo.aspx/311.pdf>. Acessado em 23 de abril de 2011.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da Cidade: A vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares de vida religiosa**. 2ª edição. São Paulo: Paulus, 1898.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

FAILLACE, Sandra Tosta. **Comunidade, Etnia e Religião: Um Estudo de Caso na Barragem de Itá (RS/SC)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1990.

FURTADO, Celso. **Seca e poder entrevista com Celso Furtado**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GOHN, Maria da Glória M. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo, Cortez Editora, 2001

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca**. Fortaleza, DNOCS, 1981.

HABERMAS, J. Técnica e ciência como ideologia. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril cultural, 1975.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0**, 2008.

IMOPEC, **Jaguaribara: Resistindo e Vivendo**. Memória do Ceará 2. Fortaleza: IMOPEC, 1995.

_____. **Minha Lembrança Não Para**. Fortaleza: IMOPEC, 1998.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. Tradução de João Manuel Ribeiro e Sérgio Coelho. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LEACH, Edmund Ronald. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

LIMA, Francisco Pardaillan Farias Lima. **Castanhão: do sonho à realidade**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2007.

MAGNANI, José Guilherme C. **Na Metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: EDUSP, 2000.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MATTA, Roberto da, 1936. **A casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. **Carnavais, Malandro e Heróis**. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MEMÓRIA DO CEARÁ, **Jaguaribara resistindo e vivendo**. Fortaleza: IMOPEC, 1995.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

_____. **Sobre o ideal do artesanato e outros ensaios**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MONTE, Francisca Sylvania de Sousa. **O uso e controle das águas no processo de modernização do estado do Ceará: o caso da barragem Castanhão**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, 2005.

MORAES, Sérgio Cardoso. **Colônias de pescadores e a luta pela cidadania**. Disponível em: www.ici.ufba.br/.../Colônias de Pescadores e Luta Cidadania.rtf. Acessado em 30 de março de 2011.

NASCIMENTO, Maria Anezilany Gomes do. A construção do lugar na cidade planejada: um olhar sobre Nova Jaguaribara. In: **Revista de Humanidades**. Volume 20, n. 1. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2005.

NASCIMENTO, Sandra Carla Oliveira do. **Avaliação de sustentabilidade do projeto de piscicultura Curupati-peixe no açude Castanhão, Jaguaribara-Ce**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2007.

_____. ARAÚJO, Rogério César Pereira. Avaliação de sustentabilidade do projeto de piscicultura Curupati-peixe no açude Castanhão, Jaguaribara-Ce. IN: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais**. 2008.

OLIVEIRA, Francisco. Quem canta de novo l'internationale? In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PEIRANO, Mariza. Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. In: **Série Antropológica**. 305. Brasília, 2001 (<http://www.unb.br/ics/dan/Serie305empdf.pdf>)

PEROTE, Lícia Tereza Rodrigues. **Jaguaribara: a cidade submersa**. História de uma cidade planejada no sertão do Ceará. Dissertação de Mestrado. Campinas: PUC Campinas, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br>. Acessado em 04 de abril de 2009.

PONTES, Raquel Cristina Batista Vieira. Um olhar sobre os impactos socioeconômicos decorrentes da construção de uma obra de infraestrutura hídrica, no Brasil. In: BORGES, César; CORTEZ, Fátima; PONTES, Raquel. **Desenvolvimento: formas e processos**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

PRADO, Antonia Ieda de Souza. A etnografia da Prática Docente. In: BRAZ & CAMPOS. **Gestão Escolar: saber fazer**. Fortaleza: UFC, 2009.

PROPOSTAS ALTERNATIVAS. **Vale do Jaguaribe natureza e diversidade cultural.**

Fortaleza: IMOPEC, 1999/2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Empresas Transnacionais: um grande projeto por dentro.** Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Editora Marco Zero e Anpocs, 1991.

RODRIGUES, Cintya Maria Costa. **Águas aos olhos de Santa Luzia.** Um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sítiantes em Nazaré Paulista (SP). Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Memória - Unicamp, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Bomtempo Editorial: 2007.

SANTOS, Diana Lúcia Vieira. **Cordimarianas em Jaguaribara (1979 – 1999).** Fortaleza: IMOPEC, 1999.

SANTOS, Emanuel Soares dos; MOTA, Suetônio (et. alli). **Avaliação da sustentabilidade ambiental do uso de esgoto doméstico tratado na piscicultura.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/esa/v16n1/a08v16n1.pdf>. Acessado em agosto de 2011.

SANTOS, Luciana da Silva. **A (des) valorização do trabalho doméstico como desdobramento da (in) visibilidade do feminino.** Dissertação de Mestrado (Psicologia Clínica e Cultura). Brasília, DF: Universidade de Brasília 2008. Disponível em <<http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplif.php?codArquivo=4057>>. Acessado em 18 de out. de 2009.

SCHILLING, Flávia. Um estudo exemplar: os parceiros do Rio Bonito de Antônio Cândido. In: **Sociabilidades.** São Paulo: LASC, 1996.

SILVA, Francisco Isac. **Jaguaribara de Santa Rosa.** Fortaleza: IMOPEC, 1999.

_____. **O sertão que virou mar.** Fortaleza: Premium, 2007

SILVA, Ubirajara Patrício Alvares. **Análise da importância da gestão participativa dos recursos hídricos no Ceará:** um estudo de caso. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. PRODEMA. Universidade Federal do Ceará, 2004.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Tradução de Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TURNER, Victor. **O processo Ritual.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.

VELHO, Gilberto. **A Utopia Urbana.** Um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

VILLA, Marco Antônio & CAMPOS, Nivalda Aparecida. **A representação da seca no nordeste semi-árido brasileiro.** Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/TA271-11032006-192301. DOC. Acesso em 21 de fevereiro de 2009.

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

DNOCS - Encontro das Águas – **I Fórum** Interamericano de Gestão dos Recursos Hídricos. Fortaleza, Novembro, 1997.

DNOCS. Folder informativo sobre a obra do Castanhão. 2001

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Plano de Mudanças. 1987 –1991.** Fortaleza. s.d.

_____. Consolidando o novo Ceará. **Plano de desenvolvimento sustentável/1998-2002.** Fortaleza: SEPLAN, 2000.

_____. **Mensagem à Assembléia Legislativa. 1995.** Fortaleza: IPLANCE, 1996.

_____. **Contrato – PGE 17/2002** – Serviços de Consultoria para fechamento de um plano simplificado de reassentamento da população rural impactada pela implementação das obras do açude público Castanhão no estado do Ceará. Fortaleza: Plena Consultoria e Projetos, 2002.

_____. **Projeto Nova Jaguaribara** - diagnóstico dos atuais núcleos urbanos de Jaguaribara - sede e distrito de poço Comprido. Fortaleza: SDU, Junho/1996.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/
DIÁRIO DO NORDESTE. Eixo de Integração Castanhão-RMF. Fortaleza: DN-Regional, 27/09/2002.

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS. **A nova política de águas do Ceará**. V.1. Fortaleza: SRH, jan. 1992.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará. **Plano de Ação Imediato**. Fortaleza: Ed. SEBRAE/CE, 2001.

_____. Plano de Capacitação para a população de Jaguaribara-Ce. Ed. SEBRAE/CE, 2003.

_____. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município de Jaguaribara**. Fortaleza: Ed. SEBRAE/CE, 2003 a.

_____. **Plano de Reestruturação de Jaguaribara**. Fortaleza: Ed. SEBRAE/CE, 2003b.

SITES

<http://www.ceara.gov.br>

<http://www.seinfra.ce.gov.br>

<http://www.srh.ce.gov.br>

http://www.dnocs.gov.br/html/relatorios/dnocs_relatorio_anual_2008.pdf

<http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/dap/DAPCredenciamentoOrientacaoColoniaDePescadores.pdf>

<http://www.mte.gov.br/cecp/default.asp>

www.ici.ufba.br/.../Colônias de Pescadores e Luta Cidadania.rtf